TL 4394

J R H
NOBEL da PAZ
TIMOR

CONTRIBUTO PARA A PRIMEIRA CONVENÇÃO NACIONAL TIMORENSE NA DIÁSPORA

Rua de São Lázaro, 16 - 1.º
1150 LISBOA

Tel. + 351 - 1 - 886 37 27
Fax + 351 - 1 - 886 37 91
E-mail:np98g@mail.telepac.pt

INTRODUÇÃO

O presente volume reúne algumas intervenções públicas, comunicados, apelos, cartas artigos de opinião, um capitulo do livro ***Timor Leste: Amanhã em Díli*** que revela o pensamento do autor ao longo dos últimos anos.

Por julgar de alguma utilidade como um modesto contributo para a Convenção Nacional Timorense na Diáspora e para informar os delegados e outras pessoas interessadas sobre a acção política do autor, decidi reunir alguns textos mais relevantes neste volume.

A lista de documentos não é exaustiva como é obvio. Mas uma leitura dos mesmos esclarece o leitor sobre as ideias, acção e estratégia politico-diplomáticas seguidas pelo autor na promoção do direito do povo de Timor Leste à autodeterminação, paz e liberdade.

J R H
NOBEL da PAZ
TIMOR

TIMOR LESTE: PERSPECTIVAR OS CAMINHOS DO FUTURO

José Ramos-Horta

II Jornadas de Timor
Universidade do Porto
28/04 – 01/05 de 1990

A

TIMOR LESTE: PERSPECTIVAR OS CAMINHOS DO FUTURO

De: José Ramos-Horta *

Timor Leste no contexto histórico

Timor Leste sempre esteve circunscrita à margem da história, à periferia do mundo moderno, um pé de página dos grandes acontecimentos mundiais e regionais, um apêndice do defunto império colonial português, ilha de desterro dos anti-salazaristas e anarco-sindicalistas dos anos 20 e 30, paraíso da mediocridade do funcionalismo público português e de alguns meninos-bem cujos padrinhos os conseguiam livrar das guerras coloniais africanas.

Durante a II Grande Guerra, Timor Leste foi palco secundário de acções militares entre forças beligerantes estrangeiras, um "sideshow" num teatro maior, parafraseando William Shawcross, jornalista e historiador inglês, ao referir-se ao conflito no Camboja como um "sideshow", um acto de diversão num teatro de operações maior, o Vietname. (1)

Para a Austrália, o então Timor português era um pequeno "buffer zone", zona tampão, a 364 milhas a Norte de Darwin, onde algumas poucas centenas de comandos australianos tornariam a presença japonesa na ilha a mais incómoda possível. Para o Estado-Maior das forças do Império do Sol Nascente, Timor Leste era um posto avançado em relação à Austrália, mas muito menos importante que a ilha da Nova Guiné. Já no período da II Grande Guerra em que a autonomia de vôo dos "caças" era reduzida, a importância estratégica de Timor Leste era negligível.

---

(1) Shawcross, William. SIDESHOW: Kissinger, Nixon and the Destruction of Cambodia, Simon and Schuster, New York (1979).

No final da guerra, dada a neutralidade de Salazar no conflito, houve quem em Canberra aventasse a hipótese de interditar o regresso de Portugal a Timor. Outras opiniões, mais imaginativas, propunham a compra da colónia a Portugal, a qual seria transformada numa estância de veraneio para as forças australianas. Os ingleses foram abordados no sentido de servirem de intermediários junto de Salazar na transacção. Estes, conhecendo o apego do velho ditador as relíquias históricas, desencorajaram os australianos de insistir na compra desse "real estate". Timor Leste reverteu assim em 1945 a Mãe Pátria lusa, impotente, resignada, exauste e mais uma vez recambiada para a marginalidade histórica, para uma colonização medíocre que duraria até 1975.

Nos anos 70, a insignificância estratégica de Timor Leste era assinalada por três bandeiras consulares. A Indonesia, representada por um Cônsul, o Sr. E. M. Tomodok, que era bem o protótipo da corrupção institucionalizada no seu país. Taiwan ou República da China, "séde provisória" do governo de toda a China, também era representada por um Cônsul que velava pelos interesses de cerca de 15 mil chineses em Timor Leste. Finalmente, tínhamos a Austrália, cujo desinteresse e presença precária não podiam ser melhor ilustradas pelas instalações provisórias do consulado, em contra-placado, erigidas ne encosta de Lahane, e que foram definitivamente abandonadas em 1969 quando Canberra decidiu que Timor Leste nem merecia um consulado e fechou a tasca. A viatura do sr. cônsul foi adquirido ao desbarato pelo agente consular da França. Este que até aí circulava num velho " jeep" herdado das sucatas da II Grande Guerra, não perdeu tempo em içar o "drapeau" napoleónico no velho "Holden" cremoso australiano e podia assim representar mais condignamente a Pátria de Charles De Gaulle junto das autoridades coloniais portuguesas.

Para a Indonésia, apesar dos protestos oficiais de que a República se considerava apenas sucessora histórica e legítima das antigas Índias Holandesas Orientais, Timor Leste era a peça que faltava no mosaico malaio-polinésio de 13 mil ilhas habitadas por 185 milhões de pessoas, representando 200 grupos étnicos distintos, falando mais de 300 línguas. E se Sukarno, a vedeta terceiro-mundista dos anos 50, tivesse embarcado numa "jihad" anti-colonial para "libertar" Timor Leste do jugo colonial em vez de se ter lançado na desastrosa campanha contra a Federação da Malásia, o emergente bloco afro-asiático, apoiado pelas famigeradas ditaduras do Leste, teria aplaudido esse acto de agressão. E não faltaria uma esquerda folclórica e oportunista do Ocidente a dar o seu aval. Afinal essa mesma esquerda apoiou a brutal anexação de Nova Guiné Ocidental (Papua Ocidental para os nacionalistas) porque o invasor anexionista era Sukarno e Sukarno agitava a bandeira da causa anti-imperialista. Logo que se lixem os pigméus da Idade da Pedra, a sua etnicidade, cultura e história, o seu direito à auto-determinação. A direita colonial, não mais virtuosa nem menos inconsistente, tinha duas preferências: a preservação do "status quo" colonial holandês ou a independência da Papua Ocidental. A direita tinha a sua lógica: se a Nova Guiné Ocidental não pode ser nossa para a explorarmos como sempre fizemos sem grandes impedimentos que ao menos seja independente para podermos continuar a explora-la. Hoje, os dois grupos, a esquerda folclórica e a direita colonial, decidiram inverter as suas posições. Porque o Gen. Suharto é um ditador de extrema-direita, anti-comunista que conta no seu inventário mais de um milhão de comunistas e camponeses massacrados em 1965-66, pro-Ocidente e "moderado" e porque, acima de tudo, inaugurou em 1967 a chamada política de "portas abertas" para a rapina do país pelas grandes multinacionais, a direita hoje defende a soberania indonésia sobre os papuanos. Pelas mesmas razões, a esquerda hoje desfralda a bandeira de libertação da Papua Ocidental.

Timor Leste no contexto geopolítico de 1975

1975, ano negro da história de Timor Leste, de uma descolonização abortada, de guerra civil, negligência e desprezo, imaturidade colectiva dos aspirantes à liderança política timorense e invasão sangrenta, foi igualmente um ano de grandes convulsões na região e no mundo. Do corno da Africa à Africa Austral e à Indochina, os dominós foram caindo. No corno da Africa assistiu-se ao derrube de Hailé Selassié e uma longa presença americana foi terminada. Somado ao contrôle soviético sobre o golfo de Aden e a enorme base naval de Berbere, os americanos viam assim as suas posições no Mar Vermelho e no Índico serem seriamente comprometidas. A derrota americana no Camboja, Laos e Vietname (o segmento de filme mostrando o helicóptero americano aterrando sobre um helioporto improvisado no tecto da Embaixada americana em Saigão, safando dezenas de americanos e colaboracionistas em pânico ilustra bem o drama da debandada americana de 1975); o fiasco da intervenção da CIA em Angola, a intervenção cubana e a vitória do MPLA; a conquista do poder em Moçambique pela FRELIMO; a ameaça da instalação em Portugal de um regime que seria anátema aos interesses americanos e da NATO, foram eventos que pareciam confirmar a "teoria do dominó" de Lyndon B Johnson. É nesse contexto de dramáticas alterações no equilíbrio regional que surge a questão de Timor Leste. Assim, para os E.U.A., humilhados a tramautizados por Vietname, a sua credibilidade de guardiã de "status quo" e estabilidade seriamente afectada, o problema de Timor Leste não iria certamente ocupar as atenções das altas hierarquias do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional. Aliás, o então Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, instruiu no Verão de 1975 o seu Embaixador em Jakarta para reduzir o volume de relatórios sobre Timor Leste para o Departamento de Estado porque, segundo ele, "os E.U.A. têm outras preocupações maiores em outras partes do mundo".(2) O desinteresse e desengajamento americanos traduzir-se-iam assim em "luz verde" para os militares indonésios resolverem o problema como melhor entendessem.

Também para os militares indonésios, os dramáticos eventos de 1975 tiveram um impacto profundo. A onda de vitória das forças de esquerda nos vários continentes não deixava de os inquietar. Assim, a instalação em Timor Leste de um regime marxista era simplesmente intolerável. No entanto, a paranoia dos generais indonésios foi sempre um expediente para esmagar impiedosamente toda e qualquer dissidência doméstica. Sempre defendi e defendo a tese de que a invasão de Timor Leste pela Indonésia pouco tinha a ver com uma ameaça comunista, mais imaginária do que real, e muito com uma preocupação mais real e racional: um Timor Leste independente daria novas esperanças aos vários grupos separatistas que estão pouco mais do que latentes no arquipélago. Por outro lado, sempre existiu e existe na Indonésia uma certa escola que não esconde os sonhos de ver recriada uma Indonésia Maior para além das fronteiras coloniais holandesas. Para essa escola, na qual se conta muito boa gente de esquerda, incluindo membros do extinto Partido Comunista Indonésio, a incorporação de Timor Leste na Indonésia não só seria mais um passo na recriação de uma Indonésia Maior como era lógico.

A teoria da "ameaça" soviética no Sudeste asiático (SEA) era negada pelos próprios estrategas indonésios os quais viam a URSS e o Vietname como elementos neutralizadores de uma possível expansão chinesa para o sul. Em sequência lógica desse pensamento, Jakarta nunca hostilizou

---

(2) Ver Dunn, James, Timor: A People Betrayed, Queensland University Press (1981).

Moscovo e vice-versa. Não seria pois em nome da "fraternidade socialista" por uma FRETILIN ideologicamente indefinida (no seu seio se misturavam Marxistas, Sociais Democratas, estes em esmagadora maioria, e anti-comunistas primários, estes em maior número que os marxistas mas menos influentes) que o Kremlin iria alterar a sua estratégia no SEA. Aliás, qualquer observador atento da política externa de Moscovo dos anos 60, não deixaria de notar que ela era ditada pelos seus próprios interesses estratégicos independentemente das côres ideológicas de outros regimes. As relações amistosas com Jakarta eram igualmente estendidas à junta militar argentina e a Idi Amim do Uganda. Não é pois de admirar que nunca um dirigente da FRETILIN foi recebido em Moscovo, e, muito menos, que a FRETILIN tenha recebido um rublo ou um fusil russo. A actual concepção soviética em matéria de política externa, fora dos grandes centros estratégicos, pouco se alterou e julgo que será cada vez mais pragmático e não ideológico, traduzindo isso num provável maior "rapprochement" entre Moscovo e Jakarta em detrimento de Timor Leste.

Já em 1974, menos de um mês após a formação da Associação Social Democrata Timorense (ASDT) em 20 de Maio desse ano, desloquei-me ao Kupang, capital do Timor indonésio, onde mantive conversações com o Governador El Tari, e a Jakarta onde tive uma série de três encontros com o então Ministro de Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, e com outras personalidades civis e militares. Em todos os encontros acentuei os seguintes pontos:

a. Um Timor Leste independente teria relações preferenciais com a Indonésia e outros países da ASEAN e com a Austrália;

b. Um Timor Leste independente optaria pela integração na ASEAN;

c. Um Timor Leste independente coordenaria as suas posições no plano de segurança e relações externas com a Indonésia.

Com Adam Malik abordei mesmo algumas questões concretas e imediatas que confirmavam a nossa boa vontade e seriedade: o envio para a Indonésia de jovens timorenses para iniciarem estudo e treino diplomático no MNE indonésio. Oficiais militares timorenses seriam igualmente preparados na Indonésia.

Não é minha intenção, neste contributo, historiar todo o complexo problema de Timor Leste. Assim, muitos dados que poderiam melhor apoiar a minha tese de que a invasão de 1975 tinha pouco a ver com uma hipotética instalação em Timor Leste de um regime de esquerda ficam relegados para outra oportunidade. (3)

Situar Timor Leste no seu contexto histórico e geopolítico será indispensável para melhor perspectivarmos os caminhos do futuro.

O contexto de 1990.

O quadro regional e internacional de 1990 é dramaticamente diferente do contexto de 1975 como descrevi atrás. A paranoia da ameaça comunista que justificava todos os desmandos dos regimes autoritários de direita está desacreditada. A paranoia da ameaça imperialista que justificava os desmandos dos regimes totalitários de esquerda está igualmente e decisivamente desacreditada. Os mitos de irreversibilidade foram destruídos. Os tabus das fronteiras de Yalta, o pacto secreto Riebentrop-Molotov, o poder sacrossanto dos Estados e da jurisdição doméstica, cederam lugar à democracia, auto-determinação dos povos e a uma maior aceitação da universalidade da aplicação das legislações de defesa dos direitos humanos.

---

(3) Ver FUNU: The Unfinished Saga of East Timor, de José Ramos-Hor+a, Red Sea Press (1987), Trenton, New Jersey.

Inebriados pelos ventos de mudança na Europa Central e na própria União Soviética, o eurocentrismo leva os europeus a esquecerem-se que foi na Ásia e na América latina onde se iniciou o processo de democratização. Filipinas, Coreia do Sul, Peru, Bolívia, Uruguai, são alguns casos que antecedem as transformações na Europa Central.

Os ventos de mudança que sopram em todos os continentes pouco têm feito sentir-se na Indonésia. Essas transformações só poderão beneficiar os povos da Indonésia e de Timor Leste se houver agentes de mudança domésticos que sejam intervenientes activos no processo. Enquanto que em Timor Leste a resistência arrasta-se vai para 15 anos numa luta heróica e onde toda uma nova geração timorense tem sido interveniente na luta pela transformação social e política, na Indonésia não vislumbramos uma alternativa séria ao actual regime. O Gen. Suharto continua a deter todas as iniciativas e um controle quase absoluto da situação no seu país. A élite militar continua a ser a única força política organizada. Um potencial desafio ao Gen. Suharto virá muito provavelmente de facções das forças armadas e não significaria uma viragem democrática. A situação económica que parecia deteriorar-se em consequência da queda brusca do preço do petróleo e de outras matérias primas e ameaçava assim o regime, estará salvaguardada se a previsão de uma nova subida do preço do petróleo se confirmar. A verificar-se uma nova alta do preço do petróleo nos próximos meses e um certo relaxamento político interno, o regime do Gen. Suharto desiludirá muitos observadores políticos, incluindo o autor deste contributo, que previam uma crise social e política sem precedentes nos próximos dois a três anos. Assim, com a recuperação económica que virá com a nova alta do preço dos hidrocarbonetos e na ausência de uma força alternativa credível, Suharto e a sua clique comprarão mais anos no poder, distribuindo as benesses entre os militares, a classe média e camponeses.

No plano táctico militar a Indonésia detém todas as iniciativas e a superioridade ofensiva em Timor Leste. A resistência continua sem os meios mais básicos que poderiam influenciar uma alteração no plano estratégico. As acções da guerrilha são limitadas, esporádicas e sem grande impacto. No entanto, a guerra em Timor Leste é uma hemorragia social e política que poderá seriamente afectar a presença indonésia. Não digo hemorragia económica porque os dispêndios com a guerra, dada as limitações da guerrilha em infligir danos substanciais, têm sido facilmente absorvidos e podem classificar-se como estando dentro de despesas de treino e preparação das forças armadas. A verdade é que Timor Leste tem sido um campo de treino excepcional com fogo real para as forças armadas indonésias. Por outro lado, esta situação poderá arrastar-se por muitos mais anos com custos humanos inimagináveis para os timorenses.

No plano político a Indonésia perdeu a guerra. Os 14 anos de uma ocupação selvagem só servirm para alienar mesmo os apologistas da integração e fortalecer os sentimentos nacionalistas daqueles que sempre idealizaram um Timor Leste independente. A nova geração timorense que cresceu ou nasceu após a invasão está na linha da frente do combate pela liberdade e é a garantia de que a resistência prosseguirá. Nos últimos meses tenho podido ouvir de viva voz testemunhos da determinação dessa bela nova geração timorense. Através de inúmeros contactos com líderes estudantis e da resistência, pude constatar essa determinação férrea de não cederem perante as adversidades.

A guerra é a continuação de política por outros meios e as negociações para a sua resolução terão lugar quando as partes em conflito chegarem à conclusão de que os custos são demasiado elevados (4) . Para o lado timorense, os custos têm sido demasiado elevados e daí as reiterações da Resistência sobre a sua disposição de se sentar à mesa de conversações sem pre-condições. Do lado indonésio, os custos são significativos mas não extremos. No plano político e diplomático é onde se têm registado alguns reveses mais sérios para o regime. Mas mesmo assim, a Indonésia tem podido continuar a desempenhar um papel activo no plano regional, quer no quadro da ASEAN, agrupamento cada vez mais importante à escala internacional, quer no plano extra-regional onde se salienta o seu papel no processo de paz no Camboja.

Não havendo perspectivas de uma alteração política substancial na Indonésia ou no equilíbrio militar em Timor Leste, resta-nos uma alternativa: fazer elevar os custos políticos e diplomáticos da guerra para que a Indonésia se sinta incentivada a procurar, pela via do diálogo, uma solução séria para o conflito. As relações internacionais deste final do Séc. XX são dramaticamente diferentes do período descrito por Clausewitz. A maior interdependência dos países torna cada país mais vulnerável à forças externas. Daí podermos actualizar as concepções do famoso estratega e filósofo prussiano recorrendo a outras formas de pressão cujo impacto seria equivalente aos custos militares.

Para se elevar os custos políticos e diplomáticos, a componente diplomática da Resistência timorense terá que delinear e implementar uma estratégia multifacetada, dinâmica e imaginativa. É sabido que a Resistência pouco poderá fazer se forças amigas, governamentais e não-governamentais, não assumirem em pleno as responsabilidades que lhes cabe.

---

(4) Clausewitz, Carl Von. ON WAR, The Pelican Classics. Original alemão publicado em 1832.

Negociações sem pre-condições.

Essa ofensiva diplomática, a meu ver, deve assentar-se no conceito de conversações de mesa redonda, sem pre-condições, no quadro da Res. 37/30 ou em paralelo ao mesmo. O texto da Res. 37/30 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de que fui autor, é suficientemente ambíguo, logo flexível, para que o conceito de conversações sem pre-condições possa ser considerado como uma continuação do processo de consultas que se arrasta desde 1983. Não seria necessária, portanto, a adopção de uma nova resolução pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Antes de mais, talvez seja pertinente lembrar que negociações significam cedências de parte a parte. Discursos sloganescos terão relevância para fins políticos domésticos imediatos, como por exemplo para assegurar o eleitorado da inflexibilidade dos negociadores, mas condenarão ao fracasso o processo de negociações se o sentido de responsabilidade e realismo não prevalecer.

Na ausência de melhores ideias, reafirmo a minha proposta de se iniciar uma ofensiva diplomática com base no conceito já definido. Aliás, a ideia não é nova. Dado o imobilismo da diplomacia portuguesa logo após a adopção de 37/30 em 1982, apresentei a ideia, em Junho de 1984, ao então MNE australiano, Bill Hayden, com o pedido de que a Austrália fosse impulsionadora da mesma. Este declinou o convite. Em 1986 abordei a equipe do Secretário-Geral (SG) das Nações Unidas encarregada da questão de Timor Leste com a sugestão de que o SG promovesse a ideia. Não houve resposta. Preferiu-se prosseguir os "contactos" iniciados no quadro de 37/30 e que, no entanto, se limitavam a questões humanitárias.

Finalmente, em Fevereiro de 1989, no primeiro encontro entre o Ministro de Negócios Estrangeiros (MNE) João de Deus Pinheiro e uma delegação da Convergência Nacionalista (CN), Coube-me a tarefa de elaborar o documento, o que completei em 48 horas, antes de viajar para a Austrália. Era um documento de trabalho que exigia estudo e reflexão da parte dos meus colegas da direcção da FRETILIN, os quais se pronunciaram finalmente sobre o projecto quatro meses depois, mais precisamente em Julho de 1989. O documento foi enriquecido com comentários e críticas de todos os meus colegas e mereceu a aprovação geral da D.F.S.E..Era necessário agora a U.D.T. pronunciar-se sobre o documento da D.F.S.E. para que o mesmo fosse depois entregue ao MNE como uma posição da CN. No momento em que escrevo este texto desconheço o destino a que finalmente se deu ao projecto.

O conceito de conversações sem pre-condições atiraria a Indonésia para a defensiva, retomando nós a iniciativa diplomática, multiplicando as nossas acções em várias frentes chaves, a saber:

a. Nos E.U.A., junto do Congresso americano, Departamento de Estado, Casa Branca, CIA, Pentágono (são todas as agências que intervêm na formulação das grandes iniciativas diplomáticas americanas), Imprensa, ONGs, etc;

b. Para isso, seria indispensável que na Embaixada portuguesa em Washington fosse colocado um diplomata senior, experiente, que se ocupasse exclusivamente do "lobby" junto do Congresso. O próprio Embaixador teria que intervir mais frequentemente pois a sua intervenção é indispensável a certos níveis.

c. O "lobby" é intrínseco ao sistema político americano e só um americano saberá circular nos círculos de poder em Washington. Será assim necessário contratar-se os serviços de um "lobbyist" americano, cujas actividades seriam supervisionadas pela Embaixada.

d. Em NY julgo que a Missão portuguesa está bem entregue. No entanto, a Resistência timorense não tem aí uma presença permanente por falta de meios financeiros. Seria necessario encontrar-se uma verba para se manter em NY dois timorenses dinâmicos com bons conhecimentos de pelo menos duas das cinco línguas oficiais da ONU, o inglês e o francês ou espanhol. É perda de tempo e dinheiros enviarem-se para NY pessoas que não poderiam comunicar-se com clareza e persuasão e sem sentido de disciplina. Os rituais anuais do Comité Especial de Descolonização têm um interesse relativo, mas o seu impacto se perde se não houver um trabalho contínuo ao longo do ano. Muita boa gente pensa que o trabalho na ONU se limita a fazer uma discursata. Essa mesma boa gente não parece ter a ideia de quantos discursos os diplomatas são obrigados a ouvir, da boca de pessoas muito mais importantes, e que mesmo assim mal prestam atenção.

e. A Resistência timorense deve ter uma presença mais contínua em Estrasburgo, Bruxelas e Genebra. Strasburgo e Bruxelas passam a ser grandes centros de poder mundiais e cometemos um grave erro se não intensificarmos as nossas actividades junto do Parlamento Europeu, Conselho da Europa, parlamentos nacionais europeus. Lembrar que em Genebra não se situa apenas a Comissão de Direitos Humanos. As mais importantes agências especializadas da ONU estão sediadas nessa agradável cidade suiça, assim como uma grande parte das ONGs com estatuto consultivo junto da E.C.O.S.O.C.. Já em 1986 propus que o Representante da FRETILIN em Lisboa passasse seis meses do ano em outras capitais europeias. As restrições orçamentais e a falta de quadros não permitiram que tal proposta fosse implementada. Com a celebração da CN em Março de 1986, reunem-se melhores condições. Por outro lado, a CN deverá recorrer a outros timorenses não filiados em nenhum dos partidos mas que têm dado provas de dedicação e competência para representar a causa. É do nosso interesse aceitarmos o facto, bem visível em Portugal e na Austrália, que a esmagadora maioria das nossas comunidades, embora nacionalista, não está associada aos dois partidos da CN.

f. A Resistência deve estar igualmente representada no Japão com um Representante em Tóquio o qual cobriria igualmente alguns países da ASEAN (as Filipinas e a Tailândia) e a Coreia do Sul. Nunca acreditei numa possível mudança de atitude do Japão em relação a Timor Leste. Mas hoje acredito que será possível levarmos o Japão a jogar um papel mais construtivo na busca de uma solução para o problema. Visitei o Japão pela primeira vez em 1985 e pela segunda e terceira vezes em 1989. O quadro político japonês alterou-se dramaticamente. Por outro lado, o Japão de hoje ensaia os primeiros passos de uma política mais actuante na arena internacional e, sobretudo, no campo dos direitos humanos.

g. Tudo isto implica um orçamento adequado. No entanto, os custos não serão exagerados e poderiam ser facilmente cobertos desde que haja vontade política de quem de direito. Existe boa vontade da parte dos governantes portugueses e têm havido provas disso. Julgo que um esforço concertado entre organismos oficiais, não-oficiais e empresariais poderia resultar numa solução para o problema financeiro o que permitiria pôr em execução o plano acabado de esboçar. Dada a natureza sensível da questão e a discreção de que a mesma deve merecer, reservarei para outra ocasião uma elaboração mais específica sobre este tema.

h. O plano de acção que proponho cobriria três anos, tendo em consideração que ninguém faz milagres da noite para o dia, que o trabalho de sensibilização e "lobby" é moroso, exige paciência, determinação e meios financeiros e humanos altamente qualificados e dedicados. Por outro lado, o prazo de três anos, prorrogável se necessário, joga com os impodenráveis da vida política interna na Indonésia.

i. Pretende-se que o Congresso americano, o Conselho da Europa, Parlamento Europeu, a União Interparlamentar, Parlamentos nacionais europeus, a Dieta japonesa, endossem o conceito de conversações sem pre-condições.

j. Concomitantemente, a nossa estratégia deve ser focalizada para um embargo de armas ofensivas à Indonésia caso a Indonésia mantenha uma posição de inflexibilidade.

l. A actual conjuntura regional e internacional joga a nosso favor. A Indonésia não enfrenta hoje, como aliás nunca enfrentou, qualquer ameaça externa à sua segurança. O relaxamento das tensões mundiais e regionais retiram aos generais indonésios a sua paranoia da ameaça comunista e que justificava a aquisição de meios sofisticados de defesa. Em quase todos os países industrializados e produtores de armas existem legislações proibindo a transferência de armas para zonas de conflito. É o caso dos E.U.A. onde existe legislação específica proibindo o uso de armas americanas em guerras de agressão. Com base nessa legislação não seria irrealista iniciar-se um processo legal num Tribunal estadual com vista a obter-se uma proibição de venda de armas à Indonésia. Outros países como o Canadá, Reino Unido e a Suécia têm idêntica legislação.

m. Finalmente, devem-se encontrar formas de apoiar a Resistência timorense nas várias frentes de luta. Dada a natureza sensível do assunto, abstenho-me de ser mais explícito. A verdade é que a Resistência, pelo menos nesta fase, exige apenas apoios modestos para a sua actuação e para melhor fornecer a componente externa os dados que necessita para a sua acção de denúncia da barbárie indonésia e de sensibilização da comunidade internacional, dentro do plano já elaborado. De novo, dada a natureza da questão, a mesma só deve ser discutida em lugares apropriados.

Conclusão.

A tarefa não é fácil. Ela é gigantesca e complexa. Mas os sacrifícios já consentidos pelo povo maubere são inimagináveis por nós no exterior. O testemunho vivo daqueles que viveram anos a fio nas montanhas de Timor Leste, combatendo o inimigo, fugindo ao seu cerco, que sofreram torturas inimagináveis nas prisões indonésias, alguns estão hoje entre nós nestas jornadas, jovens, homens e mulheres, nos dão uma ideia do seu sofrimento. Por eles, por aqueles que tombaram, por aqueles que neste preciso momento são humilhados, violados e torturados, por aqueles combatentes anónimos nas várias frentes de combate, nas montanhas de Timor Leste, nas ruas de Dili, nas várias cidades da Indonésia, devemos fazer um esforço suplementar para que a guerra termine, para que a paz seja possível num futuro que não seja demasiado longe. Nós, timorenses, o Estado português, o povo português, as ONGs, podemos encontrar os meios indispensáveis para levar a cabo o plano que proponho, o qual não será certamente exclusivo de outros, mas que se me afigura indispensável.

---

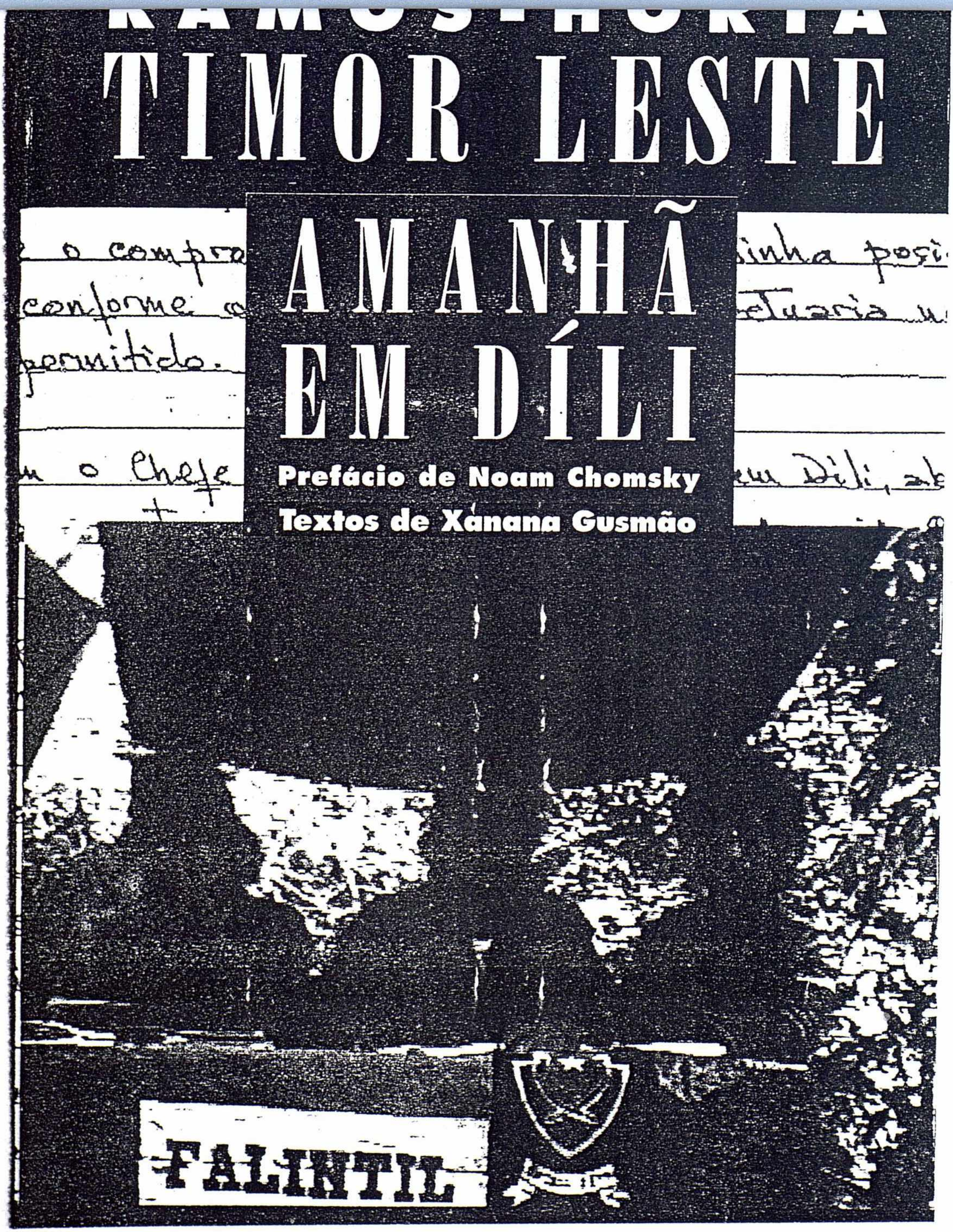
* José Ramos-Horta é membro fundador da A.S.D.T./FRETILIN, tendo exercido diversas funções, Secretário para Relações Internacionais & Informação e Representante para as Nações Unidas, até a sua resignação da direcção da FRETILIN em Outubro de 1989. Mantém-se fiel à direcção da FRETILIN e da Resitência no interior com a qual se comunica directamente. Exerce actualmente as funções de Director Executivo e professor do Programa de Estudos Diplomáticos na Faculdade de Direito da Universidade de Nova Gales do Sul, em Sidney. No Verão de 1975 fêz estudos da Política Externa dos Países da ASEAN na Australian National University, em Canberra.

Estudou Relações E.U.A./U.R.S.S. na New School for Social Research em Nova Iorque (1976), Jornalismo, na Columbia University (1977). Em 1983 voltou a frequentar a Escola de Relações Internacionais da Columbia University em Nova Iorque onde fêz Estudos Estratégicos Americanos sob a supervisão de Z. Brzezinski, Conselheiro do Presidente Jimmy Carter para Segurança Nacional. Licenciou-se em Relações Internacionais com "Honours" pela Antioch College com especialização em Política Externa Americana e Direito Internacional Público. Fêz também estudos de Direito Internacional Público na Academia de Direito Internacional de Haia e de Direito Internacional Humanitário no Instituto Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo, França (1983). A sua tese de "Masters Honours" é intitulado: Timor Leste: Um Caso de Estudo em Direito Internacional (1984). Em 1988 foi eleito por unanimidade para Investigador em Relações Internacionais da Universidade de Oxford. Foi Membro Associado da Academia de Ciências Políticas de Nova Iorque e da Sociedade Americana de Direito Internacional. É autor do livro FUNU: The Unfinished Saga of East Timor, Red Sea Press, Trenton, New Jersey, o qual mereceu extensa crítica favorável do New York Times, New York Review of Books, London Times Literary Supplement (TLS), The Guardian e inúmeras outras publicações.

TIMOR LESTE:
AMANHÃ EM DÍLI
"PERSPECTIVAR OS CAMINHOS DO FUTURO"

José Ramos-Horta

Publicações Dom Quixote, 1994



PERSPECTIVAR OS CAMINHOS DO FUTURO

As voltas que o mundo dá

Desde que comecei a rabiscar as linhas deste livro a partir de 1984, com múltiplas interrupções, às vezes de meses, e a sua publicação na versão original em inglês em 1986 até à data, 1994, o mundo deu muitas voltas. A ilustração mais dramática será o drama do cosmonauta soviético que tinha sido enviado para o espaço em 1989 quando o seu país era ainda a URSS e quando se aprestava para regressar ao planeta Terra alguns meses depois, a URSS tinha deixado de existir e ele ficou sem pátria. Teve que continuar no espaço até que homens de boa vontade na Terra decidissem quem é que pagaria pela factura do seu regresso. A Jugoslávia, até há bem pouco arrogante aliada da Indonésia no conflito de Timor Leste, foi retalhada. Ela é hoje um «cadáver», parafraseando as palavras de um diplomata jugoslavo ao referir-se a Timor Leste numa reunião ministerial do MNA em Luanda em 1985. O muro de Berlim caiu, as forças de ocupação soviéticas abandonaram o leste europeu e os Estados bálticos, o grande povo arménio que sobreviveu ao genocídio perpetrado pelo império otomano e cujo sonho de independência foi sempre considerado surrealista conquistou uma pátria chamada Arménia. O heróico povo eritreu sobreviveu a todos os *complots* internacionais contra a sua existência e a Eritreia hoje existe, independente e orgulhosa da sua história de luta. Americanos, russos e cubanos todos conluiaram contra o sonho de independência dos eritreus. Os israelitas e palestinianos que juraram ódio eterno parecem ter reconhecido agora a inevitabilidade de co-existência.

O fim da Guerra-Fria (que ninguém prognosticava) e a dramática alteração da configuração política mundial beneficiaram a luta do povo maubere. Primeiro, foi a visita do Papa João Paulo II a Timor Leste em 1989, visita por muitos criticada. Mas julgo que devemos hoje agradecer a Sua Santidade ter visitado Timor Leste pois colocou-nos no mapa político do mundo. Hoje acredito que o Papa, na sua sabedoria centenária, decidiu visitar Timor Leste porque achou que era a forma de ajudar-nos a ganhar um espaço na agenda internacional.

Depois foi Saddam Hussein que presenteou Timor Leste com a invasão do Koweit em Agosto de 1990. Este foi o primeiro incidente internacional que teve efeito salutar na questão de Timor Leste. O paralelismo foi notado e o Presidente Mário Soares e outros amigos de Timor Leste não cessaram de o explorar.

Mas foi o massacre de Santa Cruz em Díli no dia 12 de Novembro de 1991 que verdadeiramente colocou Timor Leste na agenda portuguesa e impulsionou o debate em vários foruns internacionais, nomeadamente na ONU e, em particular, na Comissão de Direitos Humanos em Genebra. Timor Leste deixou de ser uma questão marginal nos EUA para passar a ocupar lugar de destaque na grande imprensa, Congresso e Administração americanos.

Incompreensivelmente, Abílio Araújo e certos mentecaptos timorenses tiveram a audácia de publicamente criticar as centenas de jovens que optaram por uma procissão religiosa e manifestação pacífica para expressarem os seus sentimentos nacionalistas. Os jovens que tombaram no dia 12 de Novembro de 1991 juntaram-se a milhares de outros timorenses massacrados em inúmeras outras ocasiões. O exército indonésio, esse sim, deve ser alvo da condenação e repúdio por massacrar a sangue-frio jovens, mulheres e crianças indefesos. Abílio Araújo, estranhamente, fez coro com aqueles que preferem sempre criticar a própria vítima. Eram aventureiros os jovens de Sharpeville e do Soweto? Eram aventureiros os estudantes de Tianamen? Eram aventureiros os homens, mulheres, crianças e estudantes do movimento de democracia da Birmânia massacrados em 1989 pelos militares? Eram aventureiros os democratas assassinados nas ruas de Banguecoque em 1992?

A Indonésia, que gozava de uma posição vantajosa na época da Guerra-Fria, tendo sabido sempre explorar o fantasma do comunismo e da rivalidade Este-Oeste para ganhar as benesses de Washington e da CE, vê-se agora sem a mesma importância estratégica embora reconheçamos que continue a gozar de influência não negligenciável dada a sua situação geográfica numa região nevrálgica e os seus imensos recursos naturais. Mas mais do que isso, a Indonésia detém considerável influência pelo seu papel predominante na ASEAN, cujas economias têm tido um considerável índice de crescimento económico numa altura em que todos os países industrializados e o resto do Terceiro Mundo atravessam um período de recessão. A ASEAN é sem dúvida um influente bloco de pressão e a sua força já foi medida com êxito em muitas ocasiões, nomeadamente no caso de Camboja.

No entanto, o conjunto dos países da ASEAN necessita igualmente dos seus parceiros comerciais de fora da região asiática, a CE e os EUA. Seria impossível para os países da ASEAN manterem o actual índice de desenvolvimento sem as fortes injecções de ajuda, empréstimos e trocas comerciais com os países industrializados.

O Domingo de Ramos e o calvário de Xanana

Em Novembro de 1991 a resistência timorense conheceu alguns sucessos mediáticos espectaculares, resultado de um hediondo crime fortuitamente filmado para a história por um cineasta corajoso. O mundo acordou finalmente para o drama e a luta de um povo. A Indonésia não conseguiu mais desinteressar a comunidade internacional através da cortina do bambu que impede o livre acesso ao território.

Mas um ano depois, precisamente no dia 20 de Novembro de 1992, a resistência timorense foi sacudida pela captura de Xanana Gusmão. Como se isso não bastasse para abalar os ânimos, Xanana é apresentado na TV a renunciar os 18 anos de uma luta heróica. Xanana não era o mesmo. Era um homem derrotado e humilhado. Como seu porta-voz estive na linha da frente, aguentando o embate e tentando contrariar a propaganda indonésia, acalmar os ânimos, encorajar os pessimistas. Não foi missão fácil. Tive que defender a figura de Xanana e, ao mesmo tempo, defender-me a mim próprio de insinuações, sem o menor fundamento, de que eu teria sido o «denunciador» de Xanana Gusmão. Algumas dessas pessoas, fontes dessas insinuações, sempre estiveram ligadas aos serviços secretos indonésios. Foi um tal Alam, de origem árabe, residente em Díli e um dos maiores torcionários do regime, que fez um telefonema para Melbourne, para a Emília Gusmão, logo a seguir à captura de Xanana Gusmão, lançando a semente da desconfiança. A verdade é que eu nunca tomei a iniciativa, uma única vez, de telefonar para Timor Leste, incluindo para a minha própria família. Das poucas vezes que falei com elementos do interior a iniciativa partiu sempre de lá e nunca soube de onde falavam. Nunca uma única vez falei com Xanana ao telefone e só vinha a saber de uma ou outra ida a Díli muitos meses depois. Era impossível saber-se do exterior onde se encontrava Xanana num dado momento.

Mário Soares revelou ser o verdadeiro amigo dos timorenses. Foi ele, mais do que ninguém, que neutralizou a campanha indonésia nas veses em que os nossos corações eram apunhalados com as «confissões» de Xanana. Mário Soares foi o amigo dos timorenses que dada a sua autoridade moral e peso político melhor conseguiu fazer a defesa da imagem de Xanana. Mas líderes timorenses no exterior, que deviam ter assumido com coragem, lucidez e serenidade a liderança na hora de crise, só semearam a confusão e desmoralização.

Ao nível da base houve um cerrar de fileiras em volta de Xanana. Raras foram as vozes que se insurgiram contra o nosso líder. Outro tanto não aconteceu com a liderança. Enquanto que a UDT se manteve na ambiguidade, a Delegação Externa da FRETILIN multiplicou-se em declarações absurdas e contraditrórias. De Maputo, Mari Alkatiri declarava que Xanana se preparava para sair de Timor Leste para participar nas negociações do dia 17 de Dezembro de 1992 em Nova Iorque. Até tinha havido uma alegada transferência de poderes em Setembro de 1992 de Xanana para Ma'huno. Alkatiri declarava ainda que um barco seguia rumo a Díli para levar Xanana e que o atraso do mesmo é que levou à sua captura. Abílio Araújo declarava que havia um plano sinistro de certos grupos de solidariedade para fazer Xanana sair de Timor Leste. Disse-me que tinha provas do envolvimento desses grupos. Mas nunca as apresentou. A verdade é que as mais recentes mensagens de Xanana Gusmão, datadas de Setembro e Novembro de 1992, não davam qualquer indício de um alegado plano para sair de Timor Leste. Se tal plano existia eu desconhecia-o em absoluto. E acredito que Xanana não teria tomado uma tal decisão sem me ter consultado. E ele sabia que sempre me opus à sua saída enquanto as condições políticas e de segurança não existissem para a sua participação plena nas negociações. Insinuava-se na altura que eu não estava interessado numa possível saída de Xanana para o exterior porque perderia o lugar de Representante Especial do CNRM. Nada mais absurdo. Primeiro, em bom português digo sem hesitação: «Estou-me borrifando para os títulos.» Cederia o lugar a Xanana Gusmão ou seja a quem for por ele designado e seria com verdadeiro alívio que me recolheria a uma vida mais privada, tranquila e cómoda. No entanto, a lógica daquela insinuação pretendia que Xanana Gusmão, saindo de Timor Leste, deixasse de ser o Líder da Resistência para passar para o lugar hierarquicamente inferior de Representante Especial.

Se alguém faz guerra ao Xanana e deseja o seu honroso lugar, esse alguém não sou eu. No exterior há apenas uma pessoa que teria a recear uma saída de Xanana Gusmão pois esse alguém era (e é) quem sempre o desafiou e questionou a sua liderança, reivindicando para si certos títulos pomposos, e que perderia com isso. Xanana seria a figura consensual, incontestada, de que os timorenses na diáspora necessitam e de que a diplomacia timorense necessita mais ainda.

Houve traição na captura de Xanana Gusmão, mas não foi na cúpula da Resistência. Ainda hoje persistem acusações e muitos timorenses apontam o dedo para Abílio Araújo pois afinal Xanana foi apanhado em casa de uma irmã sua, esta casada com um polícia. Em sua casa vivia também um sobrinho do Abílio Araújo o qual namorava certa rapariga, ambos conhecidos como informadores dos indonésios. Os familiares de Abílio Araújo foram detidos mas libertados poucos dias depois. As alegações de que a sua irmã teria sido violada, o cunhado torturado, o sobrinho morto foram afinal infundadas. De estranhar que elementos em cuja casa Xanana se albergou em várias ocasiões tivessem sido libertados sem qualquer consequência de maior. Aliás o cunhado, o polícia, até parece que foi promovido pouco depois. Refiro-me a estas insinuações não para as empolar e as aspergir contra Abílio Araújo, mas apenas para ilustrar a fertilidade das especulações e insinuações. Recuso as ilações que pretendem atribuir a Abílio Araújo a responsabilidade pela captura de Xanana Gusmão pois embora a animosidade entre ele e Xanana sempre fosse intensa, mais da parte do Abílio Araújo do que da parte de Xanana, não acredito que o Abílio Araújo pudesse chegar a crime tão ignóbil.

Entretanto, poucos meses a seguir à captura de Xanana, em Março de 1993, estava eu no meu escritório em Sidney quando recebi um segundo choque. O substituto de Xanana, o comandante Ma'huno, tinha sido capturado. Outro revés para a Resistência.

Houve reveses e fortes solavancos. Há os pessimistas e derrotistas. Alguns dão a Resistência como derrotada militarmente e diplomaticamente. O jornalista João Gabriel cuja simpatia pela causa timorense não é questionável, escreveu: «Xanana no banco dos réus é o símbolo de uma Resistência que está, efectivamente, vencida e acabada».[1] Mas não são apenas jornalistas cujo cepticismo em relação à luta é compreensível. Também líderes timorenses, melhor, um líder timorense parece ter-se dado por vencido. Abílio Araújo, líder da FRETILIN, declara peremptoriamente que «a luta armada faliu»[2].

Mas mais grave ainda, fez coro com os inimigos da Pátria e «sem papas na língua» disse o pior de Xanana, chamou-lhe «traidor» e acusou-o de «aventureirismo, amiguismo e amadorismo»[1].

---

[1] «"Tim-Tim" já não Resiste» *in* revista *Grande Reportagem*, 20 de Março de 1993, pág. 46.

[2] «A luta armada faliu», entrevista ao semanário *Expresso*, 31 de Julho de 1993, pág. 10.

Xanana, herói de ontem, humilhado por alguns dos seus, fez o calvário de Cristo, foi rei no Domingo de Ramos, traído e escorraçado alguns dias depois, crucificado na 5.ª feira.

A máquina de propaganda indonésia tentou enxovalhar o herói nacional timorense. Depoimentos extraídos de «testemunhos» timorenses e pseudo-reportagens na imprensa indonésia apresentavam um Xanana «violador» de menores e falavam de preservativos ultra-grandes encontrados no seu esconderijo.

Finalmente, Xanana teve também o seu primeiro domingo de ressurreição no dia 21 de Maio de 1993. O seu depoimento de defesa, escrito à mão e datado de 27 de Março de 1993, tinha sido passado para o exterior pelo Enviado Pessoal do Secretário-Geral da ONU, o Procurador-Geral da Justiça do Quénia, o advogado Amos Wako. Recebi-o alguns dias antes da data prevista para o seu depoimento de defesa. Na véspera do dia em que Xanana deveria ler o seu depoimento enviei-o por fax para o *Público* e para a agência Reuters e convoquei uma Conferência de Imprensa em Nova Iorque para denunciar a ignomínia do julgamento e divulgar o eloquente e histórico documento. Foi um sucesso mediático que desacreditou completamente toda a farsa do processo de julgamento. As autoridades indonésias multiplicaram-se em declarações contraditórias e embaraçosas, acusando Amos Wako de ter «influenciado» Xanana Gusmão a mudar de posição. Na realidade Xanana preparava a sua defesa desde Fevereiro de 1993, muito antes, portanto, da visita de Amos Wako, enquanto publicamente ia fazendo o jogo de inimigo. Ali Alatas, o MNE indonésio, embaraçado, dizia que iria exigir explicações ao chefe de justiça queniano. Na realidade, os militares indonésios nunca tinham enfrentado um adversário do calibre de Xanana Gusmão, intelectualmente superior a qualquer general indonésio, tão astuto quanto os seus guardas e interrogadores, tão manhoso quanto o javanês falso e traiçoeiro. Subestimaram Xanana e acreditaram na sua própria propaganda.

Xanana teve o seu domingo de ressurreição. De novo revelou a sua coragem e inteligência excepcionais. Os seus detractores engoliram em seco e não tiveram a coragem dos homens grandes para dizer com humildade: «Eu errei.»

A resistência maubere sempre soube renovar-se, renascendo das cinzas das derrotas. Jornalistas que só se familiarizaram com a Resistência timorense após o massacre de Santa Cruz não têm presente a história dessa resistência nos anos setenta a oitenta. Quando a Indonésia invadiu Timor Leste em Dezembro de 1975, deparou com um pequeno exército convencional de três mil homens, relativamente bem treinados pelos portugueses, bem equipados e municiados. O próprio Mário Carrascalão me dizia em Nova Iorque em 1981 que as baixas indonésias até àquele ano se cifravam em 20 mil mortos. Mas a resistência foi completamente desarticulada aí em 1979.

---

[1] «Abílio Araújo Acusa Xanana de Traidor», entrevista ao semanário *Actual* de 7 a 13 de Janeiro de 1993, págs. 1 e 12 a 13.

Os grandes cercos de aniquilamento de 1977-78 resultaram na destruição de quase todo o material bélico da Resistência, na morte, captura ou rendição de quase todo o Comité Central da FRETILIN e importantes quadros militares. Houve também desavenças internas muito sérias entre a ala marxista da FRETILIN e elementos mais moderados, tendo-se registado emboscadas e troca de tiros. A fome grassou por entre a população e milhares de homens, mulheres, velhos e crianças sucumbiram. Timor Leste era uma espécie de Biafra, dizia um funcionário de uma organização católica americana. A frente armada era então praticamente a única vertente da Resistência. Com ela aniquilada, estava desbaratada a Resistência. Os contactos com o exterior eram escassos, quase nulos. Não havia uma frente política clandestina organizada que fizesse escoar para o exterior informações sobre as condições no terreno. Mesmo alguns dos mais ardorosos defensores da causa timorense resignaram-se ao *débâcle* e procuraram novos pastos para a sua solidariedade.

Em 1981 Xanana era o único sobrevivente da liderança inicial. Aliás ele nem sequer fazia parte do primeiro Comité Central da FRETILIN. Modesto, reservado e discreto, nunca tinha assistido sequer às nossas intermináveis sessões de debate. Ma'huno e Hodu também não faziam parte da liderança. Fizeram-se ao longo dos anos de guerra. Na realidade, em 1981, o Comité Central da FRETILIN original tinha sido aniquilado ou neutralizado na sua totalidade. Toda a ala marxista tinha sido morta em combate. Elementos da ala moderada tinham sido capturados ou renderam-se. Da ala consevadora houve elementos que passaram para o lado inimigo, casos de Alarico Fernandes e Afonso Redentor Araújo, irmão de Abílio Araújo.

Foi em 1981 que Xanana Gusmão iniciou o processo de reorganização da Resistência. Em 1983 já tinha em campo companhias inteiras bem treinadas e armadas. Um elemento dos serviços secretos australianos, o super-secreto «Intelligence Signals Directory» no Norte da Austrália, actualmente repórter de TV em Sidney, dizia-me que os serviços de intercepção, captando todas as comunicações militares em Timor Leste e entre Timor Leste e Bali, ficaram «estupefactos» com a intensidade dos combates entre 1983 a 1985 e com o elevado número de baixas indonésias.

Em Março de 1983, o então comandante indonésio em Díli, o Cor. Purwanto, encontrou-se com Xanana Gusmão em local predeterminado por este e um cessar-fogo foi acordado vigorando até Agosto do mesmo ano. Sempre astuto, Xanana recusou prosseguir o diálogo com a Indonésia bi-lateralmente sem o envolvimento de Portugal e da ONU. Fez saber assim a Purwanto que o encontro seguinte (que nunca se verificou) teria que ter a participação portuguesa e da ONU.

A pretexto de um incidente em que alegadamente seis militares indonésios teriam sido assassinados a sangue-frio por elementos da FRETILIN em Julho de 1983, o Gen. Benny Murdani anunciou o recomeço das hostilidades em Agosto. A AFP referia-se a 20 mil soldados indonésios envolvidos na operação. Em Kraras, 300 homens e crianças foram massacrados em retaliação pela morte dos seis militares indonésios. Hoje a aldeia é conhecida como «aldeia das viúvas» pois apenas as mulheres sobreviveram ao massacre.

O exército indonésio não deu tréguas à resistência timorense. Mas ela já tinha passado para uma nova etapa, a etapa política, cultural e religiosa. A componente armada era (e é) apenas uma parte da estratégia global. Tinha surgido nas vilas e cidades uma vasta frente de luta, uma resistência às vezes subtil, discreta, passiva, outras vezes audaciosa, mais difícil de identificar, não visível, porque ela estava praticamente em cada casa, escola, esquina, igreja, em cada loja de rua, nos corações e mentes dos estudantes, professores, padres, freiras, intelectuais, funcionários, trabalhadores, vendedores de rua, motoristas de táxi. Hoje a resistência confunde-se na própria igreja porque esta tem assumido com coragem a sua responsabilidade moral perante a injustica da ocupação.

«Somos um povo profundamente determinado», diz o Pe. Domingos Soares, pároco de Ermera, em entrevista transmitida pela cadeia de rádio australiana ABC no dia 5 de Julho de 1993. Esse homem de coragem e dignidade acrescenta, referindo-se a Xanana, à sua captura e resistência: «Acima de tudo, Xanana Gusmão é o dirigente do povo timorense... a Resistência não morreu e tem um novo dirigente, Konis Santana, dirigente da Resistência armada e da resistência silenciosa — o povo».

Era impensável uma vitória militar da Resistência sem apoios externos, mas a resistência armada, ténue que seja, tem alimentado a resistência política, cultural e religiosa. Jovens e velhos nas vilas e cidades ocupadas vão buscar inspiração, coragem e esperança à figura do guerrilheiro. Por tradição secular o timorense venera o guerreiro, a imagem de um homem com uma flecha, azagaia ou catana sempre esteve no imaginário do timorense. Mesmo que da resistência armada venha a restar apenas um guerrilheiro solitário, a sua silhueta pintada contra o céu cor de fogo do pôr-de-sol, visto ao longe na crista do Matebian, ele será o símbolo da Resistência, coragem e esperança. Nas vilas e cidades, escolas e igrejas, jovens e velhos inspirar-se-ão nesse símbolo de coragem e virilidade.

Dizer-se pois que a Resistência está «vencida e acabada» e que «militar e diplomaticamente a Indonésia parece ter ganho a guerra» é desconhecer a história da Resistência timorense. No plano diplomático, a Indonésia só tem sofrido reveses embora não de muita monta em termos quantitativos.

Os caminhos para a paz

No seu tratado clássico «A Guerra», Clausewitz sustenta a tese de que a guerra é a continuação da política por outros fins e que as negociações para a resolução de um conflito têm lugar apenas quando as partes envolvidas constatam que os custos da continuação da mesma são demasiado elevados. É difícil dizer-se quem saiu vitorioso do conflito Irão-Iraque. Depois de seis anos de guerra os dois países estavam arruinados. Mais correcto será dizer-se que nenhum saiu vitorioso do conflito. O tratado de paz finalmente assinado foi resultado da constatação pelas duas partes de que os custos da continuação da guerra seriam demasiado elevados.

Quase 20 anos depois do início do conflito Timor Leste-Indonésia, admitamos, o balanço pende a favor da Indonésia. Os custos da invasão, anexação e ocupação ainda são comportáveis para o regime de Jacarta. Quando falo em custos tomo em conta vários indicadores — os custos em termos de baixas sofridas e suas consequências no plano político doméstico, material de guerra destruído, os encargos financeiros com a manutenção de um exército de ocupação (encargos esses que poderiam ser libertados e investidos em outras regiões mais importantes), perda de ajuda externa em consequência directa da questão de Timor Leste (corte do programa de treino militar nos EUA em Setembro de 1992, perda na tentativa de aquisição de aviões F5, condicionalismo imposto pelo Congresso americano na venda de armas, veto português sobre um novo acordo ASEAN-CE) e outras variáveis não quantificáveis como os reveses diplomáticos (derrotas sucessivas na Comissão de Direitos Humanos, Sub-Comissão de Minorias, Parlamento Europeu) que embora não possam ser traduzidos de imediato em custos materiais prejudicam a imagem do regime e podem a médio e longo prazos afectá-lo economicamente. Um deputado indonésio da nova geração dizia-me em Genebra em Fevereiro de 1992: «Os militares são também muito pragmáticos. Eles também fazem cálculos quanto aos custos da actual política seguida em relação a Timor Leste. Se eles chegam à conclusão que lhes está a custar caro, eles recuam...»

Em Abril e posteriomente em Maio de 1992, respectivamente no Parlamento Europeu e no prestigiado Council on Foreign Relations em Nova Iorque, arrisquei-me a apresentar um conjunto de ideias com vista a provocar o debate sobre as vias possíveis para se alcançar a paz em Timor Leste.

A minha contribuição foi fruto de quase duas décadas de luta diplomática e da constatação de que era necessário a Resistência timorense assumir a iniciativa das ideias, intervir activamente no processo diplomático, conduzi-lo e não ser apenas mero «voyeur» e ser arrastado pelos acontecimentos.

O conceito de «diálogo sem pré-condições» foi pela primeira vez esboçado por mim em Junho de 1984 numa carta dirigida ao então Ministro de Negócios Estrangeiros australiano, Bill Hayden, quando me recebeu em Camberra. Logo a seguir abordei-o com o Secretário-Geral-Adjunto da ONU, Raffeuddin Ahmed. Bati na mesma tecla em vários artigos e na minha comunicação «Timor Leste: Perspectivar os Caminhos do Futuro» por ocasião das II Jornadas de Timor promovidas pela Universidade do Porto, em Abril de 1990. Troquei correspondência com Xanana Gusmão sobre este tema. Em Novembro de 1990, na histórica entrevista concedida ao primeiro jornalista estrangeiro, Robert Domm, a chegar até a base da guerrilha no interior de Timor Leste, Xanana Gusmão formalizou o conceito de diálogo sem pré-condições.

«Sem pré-condições» significa apenas que as partes interessadas não renunciam às suas posições de fundo, mas não tentam impô-las ao adversário como condição para o início do diálogo o qual, numa primeira fase, deveria incidir sobre outras questões não menos importantes como, por exemplo, a situação de direitos humanos, reunião familiar, libertação de prisioneiros políticos, acesso ao território pelo CICV e outras agências humanitárias e de observadores e jornalistas estrangeiros.

O resultado de uma década de diálogo sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU é praticamente nulo, embora tenha tido um mérito: manter a questão de Timor Leste na agenda da ONU e numa instância superior, o próprio Secretário-Geral. Poderíamos salientar um outro resultado concreto como a «reunião familiar» que aliás tem servido os interesses indonésios com o esvaziamento do território da elite timorense.

Ao apresentar o «Plano de Paz do Conselho Nacional da Resistência Maubere» no Parlamento Europeu em Bruxelas (Abril de 1992) e no Council on Foreign Relations (Maio de 1992), e reiterado por ocasião da cerimónia da entrega do prémio de Direitos Humanos outorgado ao povo de Timor Leste pela prestigiosa Fundação de Direitos Humanos Thorolf Rafto, na cidade de Bergen, Noruega, no dia 4 de Novembro de 1993, tinha vários objectivos e audiências em mente. Por um lado, acreditava que com o falhanço da missão parlamentar e o arrastar do diálogo com a Indonésia sem um objectivo claro, era necessário que o CNRM assumisse a iniciativa diplomática; por outro lado, tinha em mente importantes audiências, uma, a própria Indonésia, outra a internacional.

Sempre tive consciência de que a solução para o problema de Timor Leste passa pelo diálogo com a Indonésia e pela evolução política naquele país. Defendi-o em 1974 quando me desloquei a Jacarta em Junho daquele ano e defendi-o logo a seguir à invasão, contra a opinião maioritária liderada pelo Abílio Araújo e o Rogério Lobato que faziam coro com o slogan de então de «negociações nunca». Defendia o diálogo com a Indonésia e reconciliação com a UDT mesmo nos anos triunfalistas e radicais da FRETILIN em que tal audácia me acarretava riscos de vida.

O plano de paz por mim apresentado não era apenas um enunciado de princípios fácil e simples. O mesmo oferece uma alternativa credível, tendo em consideração a necessidade de oferecer à Indonésia salvaguardas políticas e económicas e, sobretudo, salvar a face. Na sua carta de 14 de Agosto de 1993 ao Presidente Mário Soares, Konis Santana, sucessor de Xanana, escrevia:

> *A Resistência timorense sempre manifestou disposição de assumir compromissos políticos, de fazer importantes concessões [...]. A solução mais realista para o problema timorense pode-se encontrar nas iniciativas de paz avançadas ao Parlamento Europeu e à ONU pelo Representante Especial do CNRM no exterior, Dr. Ramos-Horta, em '92. Acreditamos que esta proposta de paz [...] é a mais realista porque contém todos os elementos que garantem, por um lado, o exercício do direito à auto-determinação do nosso povo e, por outro lado, respeita os interesses do país invasor. [...]*
>
> *Nós, no interior de Timor Leste, apoiamos integralmente este plano de paz [...] e pensamos que Portugal poderia fazer desta proposta, sua.*

Transcrevem-se a seguir os pontos mais salientes do plano de paz.

Fase I - Fase humanitária (um a dois anos)

— *Cessão de todas as acções armadas em Timor Leste, incluindo acções da guerrilha, sob a supervisão da ONU.*

— *Libertação imediata e incondicional de todos os prisioneiros políticos timorenses.*

— *Redução do efectivo militar indonésio em Timor Leste da actual estimativa de 10 000 a 13 000 para 1000 no período de um mês sob verificação de uma entidade internacional neutra.*

— *Evacuação de todas as armas pesadas, tanques, helicópteros, aviões de combate, peças de artilharia de longo alcance.*

— *Redução em 50 por cento do número de funcionários civis indonésios em Timor Leste.* (Nota: estima-se que pelo menos 50 por cento do total dos funcionários em Timor Leste são supérfluos, isto é, não são justificados pelas necessidades locais. No entanto, até à timorização integral do sector público a evacuação dos mesmos tem de ser faseada.)

— *Expansão da presença e actividades do CICV por todos os distritos e em observância rigorosa das Convenções de Genebra.*

— *Acesso ao território de Agências Especializadas da ONU, nomeadamente a UNICEF, PNUD, FAO, etc. para execução de programas dentro dos seus respectivos mandatos, nomeadamente nas áreas de repovoamento florestal e protecção do meio ambiente, repatriamento voluntário das populações deslocadas para as suas terras ancestrais; realização de pequenos projectos de desenvolvimento em todos os distritos em consulta e cooperação com os habitantes locais; campanhas de prevenção e erradicação da malária, vacinação contra a tuberculose, hepatite, cólera, etc.*

— *Realização de um censo populacional para se determinar a população real de Timor Leste.* (Nota: indispensável para as campanhas referidas atrás mas também para o acto eleitoral previsto para a Fase II e o futuro acto referendatário de auto-determinação previsto para a Fase III).

— *Criação de uma Comissão de Direitos Humanos chefiada pelo bispo de Díli ou por um seu representante, dela fazendo parte um padre ou freira timorense ou radicado em Timor Leste e recomendado pelo bispo e timorenses leigos qualificados na área de investigação e monitoramento de direitos humanos. A mesma terá o apoio do Centro de Direitos Humanos da ONU.* (Nota: o CNRM ja tem vários elementos formados na área de direitos humanos e outros serão treinados para o efeito).

— Levantamento da censura à Imprensa; liberdade de expressão, actividades políticas e livre associação.

— Levantamento das restrições ao ensino do português e abertura de escolas portuguesas. Criação de um Instituto Cultural Português com financiamento da Gulbenkian, Fundação Oriente e da CE.

— O Secretário-Geral nomeia um Representante Residente coordenador das actividades da ONU em Timor Leste, incluindo o monitoramento da implementação dos acordos.

Parece evidente que na Fase I para além de se pretender responder à situação humanitária e de direitos humanos prementes com a introdução de progamas e mecanismos vários, pretende-se também por essa via forçar a abertura e a internacionalização do território. A presença internacional no território funcionará também como elemento de dissuasão contra violações de direitos humanos. Sendo o isolamento um dos piores inimigos de Timor Leste, torna-se evidente que quanto maior for a presença de organismos internacionais no território melhor será para os timorenses.

Por outro lado, parece evidente que a segunda fase do processo, a mais controversa, terá de ter uma base mínima na qual assenta. As condições mínimas para que a fase dois tenha sucesso e ofereça garantias para os timorenses estão na Fase I.

Fase II - Autonomia (cinco a dez anos)

Esta é a fase que mais controvérsia gerou quando foi publicitada em Maio de 1992. A controvérsia foi provocada pela minha utilização do termo «autonomia», espécie de tabu para muitos timorenses e pela forma menos exacta como a imprensa internacional a noticiou. No plano integral apresentado, a Fase II, isto é, a fase de autonomia política do território, é uma fase de transição que pode ir de cinco a dez anos até à realização de um acto referendário em que o povo seria chamado a pronunciar-se sobre as três grandes opções abertas: independência, integração na Indonésia, livre associação com a Indonésia ou com Portugal.

Por outro lado, os detractores do plano parecem desconhecer (dado o seu alheamento completo da luta diplomática) que qualquer processo de descolonização e de paz tem sempre uma fase de transição e ela tem de ser negociada com a força ocupante que detém o poder no terreno, seja ela a potência administrante colonial internacionalmente reconhecida ou a força ilegal de ocupação. O processo de transição na Namíbia foi negociada e executada em cooperação com as autoridades de ocupação sul-africanas, tendo-se passado o mesmo na Rodésia do Sul e o mesmo está a passar-se com o Sahara ocidental.

A potência ocupante de Timor Leste e a Indonésia e será com ela que qualquer processo de paz terá de ser negociado e executado.

Certos críticos do plano, nomeadamente o Abílio Araújo e alguns poucos mais, porque pecam por falta de formação jurídico-diplomática ou pela simples falta de experiência, ou por má-fé deliberada, teimam em que o «plano de Ramos-Horta» preconiza o estatuto de autonomia no quadro da República da Indonésia. Nada mais longe da verdade.

A Fase I e o período dito de autonomia da Fase II são indispensáveis porque será durante esse período que se criarão as condições políticas mínimas para que um acto referendatário seja sério. A implementação da Fase I, mesmo que parcialmente, já ofereceria as garantias mínimas para que a fase de autonomia política fosse realmente controlada pelos timorenses. Sem o seu aparato bélico e repressivo em Timor Leste e com a internacionalização do território conseguido na Fase I, a Indonésia terá perdido quase todos os seus meios coercivos sobre a população e o processo. Mas, por outro lado, a Indonésia terá que se convencer de que o plano na sua globalidade lhe oferece as garantias necessárias para uma saída honrosa do atoleiro político-diplomático de Timor Leste. Especificamente, preconiza-se para a Fase II o seguinte:

— *Portugal e a Indonésia normalizam relações;*
— *Partidos políticos são legalizados;*
— *Portugal é representada em Timor Leste através de uma legação da CE na qual se integra um Comissário português* (Nota: dificilmente a Indonésia aceitaria um Alto Comissário português de conotação neo-colonial; por outro lado, a presença portuguesa em Timor Leste teria mais força quando ela é feita em nome da CE e portanto do interesse de Portugal e dos timorenses o envolvimento institucional da CE).

— *Eleições para uma Assembleia Territorial organizadas e supervisionadas pela ONU, sendo os timorenses identificados como tal os únicos a poderem votar e a serem eleitos.* (Nota: emigrantes indonésios não terão o direito de votar).
— *A Assembleia Territorial elege um Governador timorense.*
— *A Assembleia e o Governador têm um mandato de cinco anos.*

— O Território estabelecerá relações comerciais directas com países estrangeiros, promulgará as suas próprias leis abrangendo investimento, propriedades, terras, migração, etc.

— Evacuação do restante das forças indonésias. O Território não terá um exército, sendo a ordem interna garantida por uma força policial treinada pela ONU e sob o comando do Governador.

— Evacuação dos restantes funcionários indonésios.

Os críticos do plano não se detiveram sequer a estudar os detalhes das fases um e dois, que a serem implementadas seria mais de meio caminho andado para a auto-determinação. Aliás, não há nenhum processo de descolonização e auto-determinação que não passe por uma fase de transição e ela tem de ser negociada com a potência colonial administrante que detém o poder de facto sobre o território. Por outro lado, não se pretendia no plano proposto minimizar o papel de Portugal. Pelo contrário, um possível «regresso» de Portugal a Timor Leste enquadrado numa legação da CE certamente que só fortaleceria as posições portuguesa e timorense.

Fase III - auto-determinação

Um total de sete anos teriam passado desde o começo da Fase I. Durante esse período, a Indonésia poderá provar a sua boa fé aos timorenses e ganhar uma confianca que nunca teve no seio do povo. Será possível que o povo e os seus líderes eleitos, satisfeitos com o novo relacionamento com a Indonésia, venham a sentir que a experiência foi frutuosa e que ela deveria ser prorrogada, podendo-se admitir também uma eventual ligação permanente protegida por tratados. Por outro lado, para a Indonésia, tendo constatado que num novo quadro de relacionamento com Timor Leste em que os seus líderes deram bastas mostras de boa-fé e sentido de responsabilidade no relacionamento com o Estado indonésio, a noção de um Timor Leste independente já seria facilmente aceite como natural. Nessa altura, não se colocaria sequer a questão de um acto referendário. A própria Indonésia poderia propor a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte timorense que prepararia as leis fundamentais do Timor Leste livre e independente.

O plano de paz por mim apresentado não é, portanto, um «plano de autonomia» como dizem os meus detractores nem tão-pouco é um plano irrealista de exigências inaceitáveis para o adversário. Advogo sim um período de transição em que Timor Leste goze de uma ampla autonomia política sob a tutela da ONU. O plano garante ao povo de Timor Leste o livre exercício do seu direito à auto-determinação e oferece à Indonésia uma saída honrosa de uma aventura militar que hoje muitos elementos da elite dirigente lamentam.

O plano em si não produz milagres mas é o mais exequível. Não detenho o monopólio da sabedoria. Pelo contrário, reconheço as minhas extremas limitações. E por isso mesmo descartaria esse plano sem hesitação se surgir outro que garanta a independência de Timor Leste a curto prazo.

Acredito que Timor Leste venha a ser independente e a via será a proposta pelo CNRM com os ajustamentos necessários ao longo do processo. E porque acredito na vitória final, partilho com o leitor a minha visão ideal do futuro de Timor Leste.

Timor Leste - Estado de direito

Entre os timorenses sempre divididos existe, no entanto, um consenso: um Timor Leste independente será um Estado de direito, regido por uma Constituição que garante a pluralidade política, eleições livres, liberdade de expressão, uma Imprensa livre e independente, um poder judicial forte, íntegro, independente, liberdade religiosa, protecção do indivíduo, independentemente da sua etnicidade e crença, protecção da criança, emancipação plena da mulher. Não creio que entre os «irmãos desavindos» haja uma voz discordante quanto ao que acabo de idealizar.

Mas os dirigentes timorenses terão de adaptar a realidade cultural timorense à democracia moderna. Democracia não significa apenas a existência de vários partidos e eleições livres. Os dirigentes timorenses terão de usar de inteligência e imaginação para forjar um sistema político funcional e que seja a harmonização dos princípios democráticos e valores tradicionais. Cópias exactas do sistema Westminster só resultaram em caos.

A elite timorense que vier a governar o Timor Leste livre e independente terá de se inspirar na humildade e honestidade, tolerância e humanismo, esforçando-se sempre por governar por consenso, a maioria convidando a minoria a participar na governação do país. A inexistente cultura democrática da elite timorense não augura nada de bom para os derrotados em eleições aceitarem com civilidade e construtivamente o papel da oposição. Os vencedores das eleições terão de agir sempre com bom senso trazendo para o governo aqueles que perderam as eleições. Terão de ter em conta os erros de outras sociedades do Terceiro Mundo, evitando o racismo e o tribalismo, estando sempre atentos às sensiblidades, receios, aspirações, exigências dos vários grupos étnicos que compõem a sociedade timorense. Timor Leste resvalaria facilmente para as guerras tribais se os seus líderes revelarem miopia política e insensibilidade, seguindo políticas de discriminação contra a oposição ou um ou outro grupo étnico.

Acredito num sistema de ampla autonomia política e administrativa para as diferentes regiões do país em que todos os grupos étnicos se sintam representados na vida nacional.

Governo de Unidade Nacional

Um governo de unidade nacional deveria ser formado abrangendo todas as forças políticas então existentes independentemente do resultado eleitoral. A Igreja católica, dado o seu papel na luta pela libertação e o seu peso moral terá um papel crítico na sociedade. Ela funcionaria como conselheira.

Timor Leste não precisará de um governo com muitos ministérios. O Presidente da República poderá ou não ser também o Chefe Executivo do Governo, mas o país poderia funcionar com apenas seis ministérios:

— Planeamento e Finanças
— Negócios Estrangeiros
— Administração Pública, Justiça e Segurança
— Economia (Agricultura, Florestas e Pecuária, Pesca, Comércio, Turismo, Transportes)
— Saúde e Segurança Social
— Educação e Cultura

O governo seria o mais regionalizado possível, devendo, por exemplo, o Ministério de Economia ser instalado na região agrícola mais importante do país, a costa sul, com sede em Same, mantendo na capital apenas uma equipa de ligação.

Os ministros e outros responsáveis do governo deveriam ser compelidos a passar períodos de tempo em cada região do país para se sensibilizarem com os problemas e necessidades locais.

A distribuição dos ministérios pelo território por quatro regiões estratégicas terá a vantagem de desencorajar a concentração de investimentos na capital e a consequente atracção da população rural para a cidade com todos os problemas decorrentes já sobejamente conhecidos e que dispensam mais comentários.

Dado que o país é pequeno, a instalação dos ministérios fora da capital não dificultaria as consultas e reuniões periódicas entre o chefe do Executivo e o seu Governo. O próprio Parlamento eleito deveria reunir-se em sessões especiais, alternadamente, nas diferentes capitais distritais para permitir um contacto mais directo entre o eleitorado e deputados de outras regiões, sensibilizando-se os mesmos para os problemas das regiões que não a sua e fortalecendo-se assim a unidade nacional.

Dada a dimensão demográfica de Timor Leste não julgo que a Assembleia venha a ter mais do que 13 deputados, representando os anteriores 13 concelhos administrativos do território.

Língua oficial - o Português. O Tetun

O governo do Timor Leste enfrentará de imediato o dilema da língua. O português não é a actual língua veicular em Timor Leste. Aliás, nunca o foi graças à negligência e incompetência daqueles que nos desgovernaram durante séculos. O «bahasa Indonésia» poderá ser a língua maioritária dentro de uma década, ultrapassando mesmo o tetun. Por outro lado, as novas gerações formadas em escolas indonésias e que serão a elite a governar Timor Leste usam o indonésio como a sua primeira língua. Qual será então o destino a dar-se ao português?

Existem fortes razões para que o português seja reintroduzido (e expandido) como língua oficial. Será no interesse de Timor Leste que assim seja. Não será por «saudosismo» piegas, mas sim no interesse próprio do país.

Vejamos as razões porque advogo a utilização do português. A língua indonésia foi sempre a língua de dominação javanesa imposta aos inúmeros povos que hoje constituem a chamada República da Indonésia. E é através desta língua estruturalmente simples e de muito fácil aprendizagem que a colonização javanesa se estendeu a todo o arquipélago logo após a independência em finais dos anos quarenta. O mesmo está agora a acontecer em Timor Leste.

A colonização portuguesa de cinco séculos, a religião católica e a língua portuguesa garantem a Timor Leste a sua especificidade — e o seu lugar privilegiado na região. Sem o português e uma forte ligação com Portugal e outros países lusófonos, o Timor Leste seria «invadida» pela «cultura» anglófona e seria relegado para o lugar não muito honroso de um pequeno jardim australiano ou manter-se-ia a predominância da língua indonésia e seria eternamente uma colónia cultural javanesa. Perdendo os laços culturais com Portugal, Timor Leste perderia não só uma herança secular que o torna único na região, mas perderia igualmente uma importante arma que o tornaria parceiro indispensável e ponte de ligação na região e entre a região e outros continentes. Daí defendo a reintrodução da língua portuguesa como língua oficial e nacional.

Caberá a Portugal aceitar ou não o desafio, mas a julgar pelo passado recente, temo que as elites que governam o país não tenham o interesse, visão e coragem para descortinar o futuro. Muitos, se não mesmo a maioria, nem sequer acreditam que Timor Leste venha a ser independente. Os poucos que acreditam na justeza da luta e na vitória do povo maubere não têm tempo nem meios para se preocupar com a preparação de quadros. Faço aqui menção honrosa à Fundação Gulbenkian, e em particular ao seu Administrador, o dr. Victor Sá Machado, pela inestimável contribuição nos últimos anos na preparação de quadros universitários em colaboração com a Fundação Borja da Costa. A Fundação Oriente merece igualmente uma referência pelas bolsas de estudo concedidas a alguns jovens timorenses em Macau e outras iniciativas.

Apesar da nota de pessimismo, acredito que Portugal deve aceitar o desafio e já, dando todo o apoio necessário aos jovens timorenses que aqui residem para que sintam que estão a ser amparados, para que tenham o incentivo necessário para ficarem em Portugal. Bolsas devem ser facultadas aos jovens timorenses que se encontram na Indonésia para virem estudar em Portugal ou Macau. É lamentável que dezenas de jovens timorenses tenham abandonado Portugal para a Austrália nos últimos anos pois os que crescem e estudam na Austrália rapidamente perdem os laços emotivos com Portugal.

A criação de um Alto Comissário ou Ministério dos Assuntos de Timor Leste poderia ser o passo necessário para se lançar um vasto programa de formação de quadros em todos os domínios, não descurando a área de Administração Pública. Essa instituição poderia desde já ajudar na preparação de um Projecto de Constituição em colaboração com as forças políticas timorenses, um Código de Investimento, Lei de Terras, Plano de Desenvolvimento, Política de Ensino, Saúde, etc. Mobilizar-se-iam recursos humanos entre os timorenses já formados em Portugal, na Austrália e Indonésia para trabalharem nesse Ministério como forma de preparação para o futuro que pode acontecer mais cedo do que muitos pensam.

O tetun terá de ser desenvolvido para que a longo prazo venha a ser uma língua nacional. Se o «bahasa indonésia», língua de origem malaia, conseguiu expandir-se na Indonésia e em Timor Leste, não vejo por que não possamos desenvolver o tetun no sentido de que venha a ser a língua nacional lado a lado com o português.

Outras línguas timorenses terão de ser acarinhadas e protegidas pois elas fazem parte do património histórico e cultural timorense. O Timor Leste independente não poderá negar aos diferentes grupos etno-linguísticos que compõem a sociedade as suas próprias línguas e culturas.

Viabilidade económica

Inúmeras têm sido as vezes em que oiço dizer que Timor Leste não será viável como um Estado independente. Nenhum país (à excepção da Arábia Saudita, Koweit e Brunei) é totalmente independente no sentido de que os seus recursos naturais e reservas em ouro ou em dólares lhe permitem adquirir tudo que lhe faz falta e que não pode produzir domesticamente. Timor Leste será viável no plano económico. Confirmam-no as suas comprovadas reservas petrolíferas, de gás natural, manganés, mármore, café, sândalo, a rica fauna marítima, etc. Da terra generosa brotam as mais ricas variedades de frutas tropicais. As suas praias de sonho, clima quente no litoral e ameno nas montanhas, as montanhas altaneiras, poderão ser cuidadosamente exploradas para um turismo seleccionado tendo sempre em mente o lado nocivo do turismo. Aceito que será necessário um esforço hercúleo para fazer arrancar a economia timorense, mas advogo também a máxima modéstia e sobriedade nos planos de desenvolvimento.

Um plano quinquenal orçando 500 milhões de dólares poderá dotar Timor Leste das infra-estruturas mínimas necessárias ao fim de cinco anos e não será difícil de se obter sem se enfeudar o país às agências multilaterais como o FMI e o Banco Mundial ou a instituições privadas. Esse orçamento poderá facilmente ser obtido através da CE, ONU (PNUD, UNICEF, FAO, OMS, etc.), agências privadas e públicas de ajuda ao desenvolvimento da Austrália, Canadá, Países Nórdicos e de pequenos investidores.

Esforços especiais terão de ser feitos para o repatriamento voluntário do povo para as suas terras ancestrais porque é a ligação milenar sagrada com a terra e o universo cósmico que garante a paz e a tranquilidade de espírito para a alma maubere.

Projectos de desenvolvimento rural só deveriam ser concebidos e executados em consulta às populações locais, tendo em consideração não só os factores ecológicos como também as reais necessidades e aspirações de cada povo que podem não coincidir com a visão economicista da elite tecnocrata.

Um ambicioso programa de repovoamento florestal será uma prioridade para recuperar as florestas perdidas, salvar a fauna e a flora.

É óbvio que as áreas de saúde e educação merecerão a máxima atenção do Estado pois no mundo cada vez mais competitivo, Timor Leste terá de seguir o exemplo do grande povo judeu que face às adversidades e perseguições optou pela educação como a sua grande arma de defesa.

Um debate surgirá se Timor Leste precisará de uma Universidade ou seria mais vantajoso que os estudantes sejam enviados para Portugal (prioritariamente), Angola, Mocambique e o Brasil. Talvez apenas uma ou outra escola superior como a agrícola e veterinária deveria ser criada.

O poder tradicional

Sem defender o regresso ou a manutenção das instituições feudais, sou de opinião que em Timor Leste, como na maioria dos países em vias de desenvolvimento, as instituições tradicionais são indispensáveis na governação do país. Verficámos aliás que as monarquias constitucionais modernas (casos da Inglaterra, Espanha, Japão, Tailândia, etc.) constituem uma força unificadora e de estabilidade quer entre os países desenvolvidos, quer no Terceiro Mundo. A reintrodução dos «liurais» (reis) hereditários ou eleitos em Timor Leste em regiões onde isso seja possível julgo que será boa política. Advogo a criação de um Conselho de Nobres composto dos chefes tradicionais à semelhança da Câmara dos Lordes britânica, não prevalecendo sobre o Parlamento democraticamente eleito, mas que seria chamado a opinar e votar em matérias previstas na Constituição. A ligação entre as instituições tradicionais e o Estado moderno estaria assim assegurada.

Direitos humanos

O Timor Leste independente acederia e ratificaria todos os instrumentos internacionais de direitos humanos que vinculariam o Estado internacionalmente. Deveria participar activamente em todas as instâncias internacionais de promoção e defesa de direitos humanos, apoiando a criação de um Tribunal Internacional de Direitos Humanos e um Tribunal Penal Permanente para julgar crimes de guerra e crimes contra a humanidade. O Estado deveria incluir a disciplina de direitos humanos no currículo obrigatório desde o ensino primário e incentivar e apoiar a criação e as actividades de organizações não-governamentais para a defesa dos direitos humanos. Por respeito aos nossos milhares de mortos, presos e torturados, o novo Timor Leste terá de ser o modelo de tolerância e de solidariedade humana. ONGs de defesa de direitos humanos como a Amnistia Internacional e tantas outras que sempre pugnaram pela justiça em Timor Leste terão a força moral para monitorar a situação na Pátria libertada e exigir dos novos governantes os mesmos standards que hoje exigem à Indonésia.

Os líderes inaugurariam uma política de verdadeira reconciliação nacional, amnistiando todos os colaboradores. A Igreja católica terá aqui o papel principal dado o seu peso moral e a sua credibilidade adquirida ao longo dos anos de guerra. Só um Timor Leste em que os seus líderes saibam ter a generosidade e coragem para estender a mão aos que ontem colaboraram com o inimigo terá a paz necessária para a grande tarefa da reconstrução, reconstrução a todos os níveis, moral, cultural, psicológico e económico.

Política externa

Timor Leste deveria pugnar para ser declarado Zona de Paz e Neutralidade a ser assegurada pelo Conselho de Segurança da ONU. Pediria a sua adesão como membro de pleno direito da ASEAN e do Forum do Pacífico Sul. Não teria um exército.

Encruzilhada geográfica, humana e cultural, um Timor Leste independente poderá ter um papel-chave no diálogo e cooperação regionais. Vejamos: Timor Leste é berço de vários grupos etno-linguísticos de origem malaio-polinésia e melanésia, o cruzamento de várias culturas e religiões. A sua ancestralidade melanésia coloca-a em posição única para dialogar com as ilhas-estados do Pacífico sul; as suas raízes malaio-polinésias e os anos de ocupação indonésia tornam Timor Leste numa possível ponte de diálogo entre as ilhas do Pacífico Sul e os países da ASEAN; Timor Leste detém também o maior número de emigrados na Austrália de entre as comunidades oriundas das pequenas ilhas e tem uma longa convivência com a Austrália embora amarga; as relações seculares com Portugal e os países de língua portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe serão honradas e expandidas. Timor Leste, usando do seu estatuto de membro activo dos grupos regionais, poderá ser a ponte entre Portugal, Brasil e os PALOPs e o Extremo Oriente vice-versa. Timor Leste poderá ser um verdadeiro entreposto cultural, diplomático e comercial de Portugal, Brasil e dos PALOPs no Extremo Oriente.

Embaixadas não seriam mais do que meia dúzia abertas prioritariamente em Jacarta (para a ASEAN), Lisboa (para Portugal, Brasil e PALOPs), Bruxelas (CE), Washington (EUA, ONU e Canadá) e Camberra (Austrália, Nova Zelândia, ilhas do Pacífico Sul). Embora o Japão, a China, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Malásia e Singapura sejam países com os quais um Timor Leste independente terá de desenvolver relações especiais, a abertura das Embaixadas nos primeiros anos será limitada pelos meios financeiros e humanos disponíveis e, como tal, a prioridade será para os países que terão um peso político importante para Timor Leste.

Poder-se-á perguntar porquê uma embaixada em Lisboa e não em Paris ou Bona. Para além de que será no interesse de Timor Leste manter a sua identidade histórica lusa como defendi atrás, uma embaixada timorense hábil e dinâmica em Portugal poderá manter a simpatia e o interesse da opinião pública e dos órgãos de poder portugueses, necessários para os nossos interesses imediatos. O Timor Leste independente só terá voz activa na política regional se souber fazer-se um parceiro indispensável de um país da Europa comunitária. Portugal será esse parceiro natural. Por outro lado, tendo viajado pelo mundo, direi sem hesitação: prefiro ver em Timor Leste milhares de técnicos, professores, comerciantes e industriais de nacionalidade portuguesa e dos PALOPs a qualquer outra nacionalidade. E não o digo por saudosismo pois nunca estudei nem vivi em Portugal, não gosto do vinho tinto, nem do bacalhau ou do fado. Sem emotividade defendo para o futuro relações privilegiadas com Portugal por afeição ao povo português e por razões pragmáticas. Portugal não tem aspirações (e meios) para neo-colonizar; o relacionamento entre portugueses e timorenses foi sempre salutar e fácil; Portugal tem uma tecnologia pequena e média adequada às necessidades de Timor Leste.

Uma última palavra

Comecei a sonhar com um Timor Leste livre e independente alguns anos antes da Revolução dos Cravos. E ao longo de mais de vinte anos procurei dar o melhor de mim por um Timor Leste livre. Foi sempre um sonho. O sonho não morreu. Não poucas foram as vezes em que pensava desistir da luta. Não pelas dificuldades e obstáculos, lio, pelas incompreensões e má-fé, pelas críticas destrutivas de alguns. Nos últimos 20 anos tive umas poucas semanas de descanso. Não tenho casa nem carro. As poucas economias vou-as «esbanjando» nas intermináveis viagens pelo mundo, muitas vezes pagando eu as despesas de viagem. No entanto, fala-se nas minhas contas «pessoais». Aqueles que pouco ou nada fazem, talvez mesmo por ignorância ou ingenuidade, julgam que tenho prazer em viajar. Não sabem, por exemplo, que detesto viajar, tenho medo de altitudes e assusto-me sempre ao mais pequeno solavanco do avião. Ou pensam que sou feito de aço para não ficar esmagado ao fim de um dia de troca de palavras com os políticos mais hipócritas deste mundo? Pensam que o trabalho do diplomata timorense é cheio de atractivos. Satisfação tem havido. Primeiro, ter a consciência de que não tenho falhado na missão de que fui incumbido pelo saudoso Nicolau Lobato em Dezembro de 1975 e mais tarde reiterado por Xanana Gusmão, depois pelo Ma'huno e depois ainda pelo Konis Santana. Enorme satisfação tem sido o de encontrar por esse mundo fora inúmeras pessoas maravilhosas que me apoiaram sempre com lealdade e carinho. Com elas ganhei força e coragem, com elas aprendi a ser melhor. Estas são as satisfações morais.

Não tenho planos para cobrar juros materiais algum dia com cargos ministeriais. Algum dia pedirei justiça, mas a justiça que pedirei será de poder abandonar a vida pública, que me seja permitido não ter de fazer parte do aparelho do Estado, não ser Presidente, ministro ou embaixador. Quando o dia da libertação chegar, espero ter ainda energia para de novo percorrer Timor Leste, rever as terras onde cresci, percorrer os trilhos da minha infância, descobrir o paradeiro de Mariazinha, Nuno e Guilherme, três irmãos mortos sem um funeral, e honrar a sua memória. Espero ter tempo e inspiração para realizar vários projectos de livros de ficção, projectos sempre protelados nos últimos anos.

Aos meus detractores habituais e que parecem sempre demasiado preocupados com as minhas ambições políticas quero tranquilizá-los, afirmando que nem um acto do Parlamento me persuadiria a aceitar um cargo público.

PLANO DE PAZ DO CNRM

O "plano de paz do CNRM" só divulgado em Abril de 1992, tem a sua origem no "memo" que se segue. Esta proposta foi amplamente discutida por todos os dirigentes da FRETILIN em Julho de 1989, vários meses depois de terem recebido uma cópia. A DEF aprovou-o com algumas alterações. Mais de três anos depois é que apresentei o "Plano de Paz do CNRM" de três fases, em Bruxelas, no Parlamento Europeu.

- Texto do Plano de Paz
- Memo para Dr. Rui Quartin-Santos (MNE) do 25/02/89
- Ideas for a Solution of the East Timor Problem (texto em Inglês)

EAST TIMOR
CNRM
TIMOR LORO SAE

National Council of Maubere Resistance
Conselho Nacional de Resistência Maubere
Conseil National de Resistance Maubere
Consejo Nacional de Resistencia Maubere

INICIATIVA DE PAZ PARA TIMOR LESTE

O conflito de Timor Leste, ex-colónia portuguesa no sudeste asiático, ilegalmente invadida e anexada pela Indonésia há cerca de 18 anos, permanece uma ferida aberta. À excepção de alguns, poucos, militares indonésios, não há vencedores nesta tragédia, existem apenas inúmeros perdedores.

O Povo de Timor Leste tem sido sujeito a repetidas violações dos direitos humanos que atingem já a dimensão de genocídio. Estima-se que mais de um terço da população tenha sido morta. A imagem da Indonésia tem sido prejudicada internacionalmente, expondo-a a um número crescente de pressões punitivas por parte daqueles que eram os seus anteriores apoiantes. A forte posição adoptada pela Administração Clinton aumentou ainda mais os já excessivos custos suportados pela Indonésia, derivados da política relativa a Timor Leste: não só o povo indonésio sofre inúmeras baixas resultantes desta guerra ignóbil, como também, a obstinação dos dirigentes militares indonésios continua a pesar nos cofres nacionais afectando, de modo adverso, os esforços de desenvolvimento do país.

A negação, por parte da Indonésia, das legítimas aspirações do Povo de Timor Leste para que sejam respeitados os seus direitos humanos, incluindo o direito à auto-determinação, tem sido a causa das contínuas tensões internacionais, afectando o relacionamento de Jacarta com as democracias vizinhas, com a Austrália, a União Europeia, alguns estados membros da APEC e outros.

Cientes do crescente papel de acção pela paz, desempenhado pelas Nações Unidas no mundo pós-Guerra Fria, os dirigentes do CNRM - a organização de cúpula da Resistência Nacionalista do Timor Leste - apresentaram um Plano para apoiar os esforços do Secretário-Geral da ONU no cumprimento do seu mandato que visa encontrar uma solução para o conflito de Timor Leste.

O Representante Especial do CNRM e co-presidente, José Ramos-Horta, apresentou um Plano de Paz composto por três fases, inicialmente delineado pelo líder da Resistência, Comandante Xanana Gusmão, pouco antes da sua captura. O Plano foi apoiado pelo Comandante Konis Santana, que dirige presentemente a Resistência Armada. O Plano é coerente com as declarações proferidas pelo dirigente da Igreja Católica, Bispo Belo e foi apoiado por Portugal que o apresentou ao Secretário Geral das Nações Unidas.

O Plano recebeu igualmente apoio entusiástico nos EUA, na Europa, no Canadá e no Japão. Os amigos da Indonésia compreenderam a utilidade do Plano enquanto instrumento potencial que pode ajudar Jacarta a libertar-lhe da armadilha de Timor Leste e resolver de forma conveniente este conflito.

O Plano de Paz para Timor Leste, composto por três fases, visa o seguinte:

FASE I (um a dois anos)

Conversações entre a Indonésia e Portugal, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, sem a participação inicial dos timorenses. Até à data, já foram realizadas três rondas com resultados modestos. O comunicado emitido em Nova Iorque após a última ronda de negociações entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos os países, a 17 de Setembro de 1993, justifica algum optimismo desde que os pontos acordados sejam realmente implementados pela Indonésia.

As conversações posteriores, em que os timorenses deverão ser convidados a participar, deverão visar os seguintes objectivos:

- **Cessação de toda a actividade armada em Timor Leste;**
- **Libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos timorenses;**
- **Redução significativa do enorme efectivo militar indonésio actualmente estacionado em Timor Leste;**
- **Retirada de Timor Leste de todo o armamento pesado, equipamento de artilharia de longo alcance e de transporte militar;**
- **Extensão da presença e das actividades do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) a todos os distritos de Timor Leste, em cumprimento das Convenções de Gene-bra;**
- **Redução significativa do número de funcionários públicos indonésios em Timor Leste;**
- **Realização, pelas estruturas competentes das Nações Unidas, de um recenseamento exaustivo da população;**
- **Acesso ao território das Agências especializadas das Nações Unidas, nomeadamente a FAO, PNUD, UNICEF, OMS e outras, com o objectivo de execução, nas suas áreas de competência, de programas de recuperação e protecção do ambiente, recolocação voluntária de deslocados, projectos de desenvolvimento ao nível distrital, de prestação de cuidados a mulheres e crianças e de saúde pública e imunização;**
- **Restauração de todos os direitos humanos básicos no território, incluindo a liberdade de actividade política e de reunião;**
- **Anulação de todas as restrições sobre o uso e o ensino de Português e de Tétum;**
- **Estabelecimento de uma Comissão de Direitos Humanos em Díli;**
- **Nomeação de um Representante Residente do Secretário-Geral da ONU, em Timor Leste, responsável pela execução de todas as actividades da ONU no território e pela informação sobre a implementação dos acordos.**

Os seguintes objectivos deverão ter sido atingidos no final da FASE I:

- **Normalização das relações Portugal-Indonésia;**
- **Legalização dos partidos políticos timorenses;**
- **Abertura de uma Legação Residente da Comunidade Europeia, em Díli, representante de Portugal em Timor Leste;**
- **Criação de um Instituto Cultural Português no território.**

FASE II (cinco anos)

É a fase de transição de autonomia em que os timorenses governar-se-iam democraticamen-te, através das suas instituições locais. Para tal, seria necessário assegurar:

- **A eleição, sob supervisão e com a assistência técnica da ONU, de uma Assembleia local, com um mandato de cinco anos, no cumprimento das normas democráticas aceites universalmente. Só os timorenses, devidamente identificados poderiam votar ou ser eleitos;**

- A eleição pela Assembleia, de um Governador timorense, para cumprir um mandato de cinco anos;
- Atribuição de poderes à Assembleia timorense de modo a incluir poder legislativo sobre relações comerciais internacionais, investimento, propriedade, migrações e outros;
- Retirada do restante contingente de tropas indonésias e ulterior redução do número de funcionários públicos indonésios;
- Constituição de uma força policial territorial, organizada pela ONU, sob o comando do Governador eleito. O território não disporá de um exército.

A FASE II pode ser prolongada, por consenso mútuo entre a Indonésia e a população timorense. A proposta de prolongamento do período de duração da FASE II terá de ser aprovada por uma maioria de 2/3 dos votos da Assembleia e, posteriormente, votada em referendo popular.

Se o resultado do referendo rejeitar o prolongamento da FASE II, ou no final desse prazo, será iniciada a FASE III.

FASE III - Auto-determinação

Esta fase inclui:

A preparação de um referendo para auto-determinação, a ser realizado no decurso do primeiro ano da FASE III, em que a população possa optar/escolher entre a independência, a livre associação com Portugal, ou a integração na Indonésia.

Caso a escolha recaia sobre a independência, seriam executadas as seguintes acções:

- Eleição de uma Assembleia Constituinte e aprovação de uma Constituição para Timor Leste;
- Eleição do Governo de Timor Leste e transferência dos poderes de soberania para este Governo de Unidade Nacional;
- Solicitação, por Timor Leste, do estatuto de país membro das Nações Unidas;
- Declaração de Timor Leste como Zona/Território de Paz e de Neutralidade, garantida pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e pelos países mem-bros da ASEAN;
- Aceitação e ratificação, por Timor Leste, de todos os instrumentos internacionais sobre Direitos Humanos;
- Candidatura de TL a membro da ASEAN e do Forum do Pacífico Sul.

CNRM, Nov. 93

MEMO

Para: Dr. Rui Quartim-Santos (MNE)
De: Dr. Jose Ramos-Horta (FRETILIN)
Data: 25.2.89

Assunto: Temas p/ "mesa redonda" com Indons

Participantes: CN, incluindo Representantes d Resistencia interna, Bispo de Dili, "Governador Carrascalao, Reps do GP, Indon e NU. (Nas conversa exploratorias, a Resistencia interna poderia esta apenas representada pela CN. A propria dinamica da FAS I é que poderia criar as condicoes para o se envolvimento pleno. Vantagens: a sua propria seguranc estaria melhor assegurada pela dinamica de FASE I.

Fase I de Conversacoes versam sobre:

a. Cessacao de hostilidades; forcas beligerantes mantendo-se nas suas respectivas areas; a ser fiscalizac por delegados do CICV numa primeira fase, o que implicaria aumento do pessoal do CICV e o seu desdobramento pel territorio;

(Julgo que o envolvimento do CICV, nessa primeira fase em vez de forcas da ONU, poderia ser aceitavel para Indonesia; alias, essa funcao do CICV poderia ser definic apenas como no quadro das Convencoes de Genebra embora, r pratica, fiscalize a cessacao de hostilidades).

b. O CICV, em colaboracao com a UNICEF, UNHCR, WFP e CVIndon e outras ONGs Indons (isto para encorajar Indonesia), levariam assistencia humanitaria as populacoe que habitam nas zonas fora do controle Indon, isto e, a zonas da Resistencia;

(O envolvimento dessas agencias reforcaria a observaca da cessacao de hostilidades e garante a seguranca dos lidere da resistencia na fases seguintes das conversacoes.)

c. Realizacao de um recenseamento da populacao a se realizada pelas NU, condicao necessaria para (d) e (e) e Fas III;

d. Lancamento de uma campanha de vacinacao macica com envolvimento de WHO, o que implica, como em (b) mai envolvimento internacinal, logo mais pressao sobre as forca beligerantes para observarem a cessacao de hostilidades;

(A coberto da realizacao de um censo populacional e c uma campanha de vacinacao, fazemos desdobrar pelo territori mais agentes da comunidade internacional. O que se pretende ao fim e ao cabo, e o rompimento do actual estado isolamento do territorio).

e. Recolocacao das populacoes deslocadas (actualmen em aldeamentos estrategicos) nas suas vilas de origem.

(Esse projecto poderia ter o apoio de agenci especializadas das NU, ONGs como a Ford Foundatio Implicacao: maior envolvimento internacional a somar a outros e, mais importante, afastar as populacoes civis d zonas de controle Indon).

f. Criacao de uma Comissao de Direitos Humanos a s chefiada pelo Bispo de Dili e de que fariam parte outr membros do clero, um representante do "Governador", representante do Legal Aid Institute da Indonesia (bastan isento e respeitado nos circulos americanos e europeus), representante do CICV, assessoriados por um "expert" da C de Genebra, que velaria pelo respeito dos direitos humano receberia queixas, e apresentaria os seus relatorios a CD ao GP e Indon.

g. Facilitar a entrada no territorio de ONGs como A Asia Watch, CIIR, etc. e Imprensa estrangeira.

Observacao: Os pontos acima podem ser argumentados c base na proclamada "abertura" de TL. Fase I de Conversacoes implementacao daqueles pontos poderia decorrer de tres a se meses, salientando-se que a declaracao de cessacao hostilidades tem que ser imediata, i.e., a partir do dia que se iniciam as conversacoes e pressupoe imedia deslocacao ao territorio de um numero maior de delegados CICV.

Fase II de Conversacoes versam sobre:

1. Maior autonomia para o territorio com eleico livres para a eleicao de uma Assembleia Representativa loca eleita por sufragio universal directo, com observador neutros a acordar durante as conversacoes;

2. Eleicao por sufragio universal directo de Governador o qual formaria um governo provincial.

Observacao: Notar que nem na Fase I, nem na Fase I faco referencia a auto-determinacao de forma a permitir- que as negociacoes prossigam, o problema ganhe mai visibilidade internacional e uma dinamica propria. Es estatuto poderia decorrer ate as proximas eleicoes gera indonesias. Notar tb que na Fase II (eleicoes legislativ locais e de um governador), a realizarem-se logo que programa acordado na Fase I esteja em pleno funcionament oferece as minimas garantias de que as mesmas seri relativamente livres dada a numerosa presenca internaciona no territorio. Periodo para a implementacao dessa fase:

meses, desde a preparacao das eleicoes, a campanha e eleicao; a eleicao do governador seria uma semana apos eleicoes legislativas provinciais.

Fase III de Conversacoes versam sobre:

1. Organizacao de um referendum de auto-determinac supervisionado pelas NU. Esse referendum poderia realizar a coincidir com as eleicoes gerais na Indonesia de modo salvar-se face a Indonesia;

2. A FRETILIN e a UDT poderiam fundir-se numa organizacao de forma a ultrapassar-se a resistencia indone em legalizar esses dois partidos;

3. Uma votacao por maioria na CN significaria um vo nao ao estatuto entao vigente; outra modalidade poderia ser de estabelecer-se a vontade popular atraves de uma absten geral o que significaria rejeicao do sistema vigente.

4. A ONU estaria presente no territorio tres mes antes e durante as eleicoes, explicando o processo ao pov dentro das directivas da Res. 1541 (XV).

Observacao: Esta subentendido que o GI daria o s comprimisso de honra a comunidade internacional de c respeitaria a vontade popular e, a partir dai, iniciar-se-i conversacoes com vista a retirada das forcas indonesias e sua administracao num periodo razoavel para todas as parte O que proponho e uma variante em relacao a modalida convencional de escolha entre as tres opcoes preconizadas Res. 1541 (XV). Tempo: um ano, desde a preparação das eleições até a data das mesmas. Como em Fase II a ONU estaria no território 3 meses antes da data das eleições. O número de elementos da ONU e a sua característica é sujeito a negociação oportuna. Após as eleições, Timor passaria a ser administrado conjuntamente por Portugal, ONU e uma Administração provisória por um período não inferior a um ano e não superior a 3 até a realização de novas eleições p/ uma Assembleia Constituinte. Todo o processo ~~p p~~ delineado decorrerá de 3 a 6 anos até a sua independência.

IDEAS FOR A SOLUTION
OF THE EAST TIMOR PROBLEM

A. THE INDONESIAN SIDE TO INVITE FOR AN INFORMAL CONSULTATION MEETING:
TIMORESE POLITICAL AND RELIGIOUS PERSONALITIES WITHOUT LABELS EVEN THOUGH IT SHOULD INCLUDE FRETILIN, UDT AND OTHER NON-PARTY ELEMENTS.

B. FRETILIN LEADERS IN THE MOUNTAINS SHOULD TAKE PART IN THESE TALKS. CONDITIONS SHOULD BE CREATED BY THE INDONESIAN SIDE FOR THEIR SAFE PARTICIPATION IN SUCH A MEETING.

C. THE TIMORESE WILL PARTICIPATE AS TIMORESE, I.E., WILL NOT REPRESENT EITHER FRETILIN OR UDT.

D. THERE WILL BE NO PRE-CONDITIONS AND NO SET AGENDA. WE SHALL MEETING WITH OPEN-MIND.

E. ALL POSSIBILITIES WILL BE EXPLORED IN SUCH A MEETING.

F. THE UN AND THE PORTUGUESE GOV'T WILL HAVE TO TAKE PART IN SOME FORM IN THESE CONSULTATIONS.

J R H
NOBEL da PAZ
TIMOR

APELO À CESSAÇÃO DAS ACTIVIDADES ARMADAS EM TIMOR LESTE

Texto original em Inglês
24/09 de 1997

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

1996 Nobel Peace Prize co-Laureate calls for the cessation of all armed activity in East Timor

The twenty two year old conflict in East Timor can come to an end if the two main parties engaged in armed violence in the territory are inspired by the higher interest of peace and the well being of the people.

The escalation of violence in East Timor in the last few months, initiated by the Indonesian forces, has been thoroughly documented. This escalation provoked a coordinated guerrilla attack throughout the country, in late May, which resulted in further retaliation by the Indonesian military forces. The people of East Timor are now experiencing a spiral of violence in which the victims are always the weaker ones, the defenseless East Timorese population.

This situation must come to an immediate end. Indonesian troop presence in East Timor must be reduced to a minimal level equivalent to the Portuguese troop level in East Timor in 1974, which never exceeded 1000. In 1975, in the course of the decolonization process there were fewer than 500 troops in East Timor. Indonesia's remaining troops should be confined to their barracks. East Timorese resistance fighters should observe a cessation of all armed activities. A protection zone should be created in a designated region, in East Timor, where the armed resistance forces and their families can assemble under international humanitarian protection. All prisoners should be released. Torture must end.

A representative office of the UN High Commissioner for Human Rights should be established in East Timor. The mandate of this office can be modeled after similar experiences in other conflict situations and the confidentiality rules followed by the ICRC could be adopted here. Such an office could serve as an useful bridge of communication between the local people and the authorities; it can facilitate dialogue and mediate local conflicts. It should also provide training in international human rights and humanitarian law for the law enforcement agents, the armed forces and police, as well as members of the civil society.

East Timorese should be given the right to govern their own country. Examples of genuine political and administrative autonomy abound that attest to the openness and tolerance of all involved, such as in Azores, Madeira, Macau, the Basque country, and the Cook Islands to mention a few. The most contentious issue, which is the legal status of the territory, should be decided upon at a later stage.

It is expected that during the first week of October high officials from Portugal and Indonesia will meet again in New York under the auspices of the Secretary-General's Personal Representative, Ambassador Jamsheed Marker.

I register with great appreciation the increased international interest and concern with regard to the conflict in East Timor. The U.S. administration has shown genuine concern and played an increasingly positive role in support of the UN Secretary-General. British Foreign Secretary Robin Cook made the issue of East Timor a priority on his agenda during his recent visit to Indonesia. President Nelson Mandela is lending his moral authority to the efforts towards the peaceful resolution of this conflict.

In this context, I wish to make a most emphatic appeal to the Resistance leaders in East Timor, the freedom fighters in the mountains, the clandestine network, the youths and students, as well as to all those who are directly or indirectly involved in this noble struggle to resist any temptation to engage in armed violence. The Resistance, if it is to serve its own cause and purpose, must observe a complete cessation of all armed activity that can give rise to Indonesia's use of force.

As the world community - the UN, the U.S., the European Union and President Mandela of South Africa in particular -, are working towards bringing an end to the twenty two year occupation of East Timor, we, the East Timorese, must show our appreciation and good faith by refraining from any act that would be inconsistent with this spirit of dialogue.

Let us be inspired by the lessons of wisdom and humanity of Mahatma Gandhi, Martin Luther King or His Holiness the Dalai Lama.

José Ramos-Horta
1996 Nobel Peace Prize co-Laureate

September 24, 1997

MEMO SOBRE AS RONDAS DE NEGOCIAÇÕES ENTRE XANANA GUSMÃO E COL. PURWANTO, COMANDANTE INDONÉSIO

MARÇO DE 1983

MEMO

NATURE-RESTRICTED
SUBJECT-DEVELOPMENTS IN ET
FROM-JRH
TO-SUPPORTERS OF FRETILIN
DATE-24JUN83

1- CAUTION.THE FOLLOWING INFO HAS BEEN RELAYED TO AUTHOR BY TELEPHONE FROM AA,MEMBER CC FRETILIN.
2- AA RECEIVED THE INFORMATION DIRECTLY FROM ET.ALL INFO HAS BEEN AUTHENTICATED WITH THE SIGNATURE OF XA NA NA, PRESIDENT OF FRETILIN.
3- AUTHOR HAS NOT READ AND STUDIED THE SAID INFO.
4- ACCORDING TO AA, DIRECT BILATERAL NEGOTIATIONS BETWEEN FRETILIN AND IND HAVE TAKEN PLACE. FIRST ROUND OF NEGOTIATIONS TOOK PLACE ON 21MAR83 AND SECOND ROUND 23MAR83.
5. NEGOTIATIONS TOOK PLACE IN FRETILIN-HELD TERRITORY - IN THE TOWN OF LARIKUTO.
6. INDON DEL WAS LED BY INDON MILITARY COMMANDER IN ET, COL. PERUANTO.
7. FRETILIN DEL WAS LED BY PRES XA NA NA.
8. MEETINGS WERE FORMAL. EACH SIDE HAD ITS FLAG AND AIDS AND BODYGUARDS.
9. CLARIFICATION.MEETINGS WERE HELD AT INDON REQUEST.
10. RESULT OF TALKS. A CEASE-FIRE IS NOW TAKING PLACE.
11. OTHER NEWS. OVER HUNDRED PHOTOS HAVE ARRIVED IN LIS. PHOTOS SHOW MEETING AND FRETILIN LIBERATED AREAS. ALSO HUNDREDS OF FRETILIN FIGHTERS.
12. IMPORTANT MESSAGES WERE SENT BY FRETILIN PRES TO PORT PRES EANES AND UN SG REF THE TALKS.

CORRESPONDÊNCIA
Entre José Ramos-Horta e
Órgãos das Nações Unidas (1997-1998):

- Secretário Geral, Kofi Annan
- Alta Comissária para os Direitos Humanos, Mary Robinson
- Relator Especial para a Tortura, Sr. Bruni
- Relator Especial para os Desaparecimentos, Sra. Himkle-Babul

THE SECRETARY-GENERAL

23 March 1998

Dear Mr. Ramos-Horta,

Thank you for your letter of 27 February 1998 regarding the situation in Indonesia and its impact on the Non-Self-Governing Territory of East Timor.

The severe financial crisis which has impacted heavily on a number of rapidly growing economies in East Asia is of concern to many, particularly to international financial institutions of the Bretton Woods system. It is most regrettable that the situation is exacerbated by natural calamities and the overall insufficient development of some areas. A number of specialized agencies of the United Nations system are active in providing humanitarian and developmental assistance in the region, particularly UNDP and UNICEF. I appreciate your concern regarding the impact of the current crisis on everyday life in East Timor.

I also thank you for sharing with me this information regarding the humanitarian situation in East Timor. As you know, it is in the first instance for the administering power, Portugal, to consider whether a United Nations humanitarian role is desirable, in which case the United Nations would be prepared to examine ways of expediting such a role in consultation with Indonesia.

Mr. José Ramos-Horta
Lisbon

As you know, the United Nations is continuing its efforts, aimed at finding a just, comprehensive, peaceful and internationally accepted solution to the issue of East Timor. I am sure you will agree that the success of these efforts, led by my Personal Representative for East Timor, Ambassador Marker, would contribute greatly to the overall improvement of the situation in the area.

Yours sincerely,

Kofi A. Annan

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Mr. Kofi Annan
Secretary General
United Nations
New York

February 27, 1998

Dear Mr. Kofi Annan,

I am taking the liberty of writing to you in relation to the current crisis in Indonesia and its impact on everyday life in East Timor. As the cost of living in East Timor is the highest in the archipelago while the East Timorese people's purchasing power is the lowest of all, the impact of the crisis is doubly felt in the territory. Should you also take into account the pre-existing problems of hunger due to a prolonged drought, you will undoubtedly understand the reasons of my extreme preoccupation.

I appeal to you, Secretary General, to direct specialized agencies such as UNICEF, UNDP, WHO and WFP to make an assessment of the needs of the people in the territory. I profoundly regret that East Timor that never benefited much from the so-called miraculous Indonesian development, that has always been on the periphery of Indonesian economic life, is being ignored as all the attention is now focussed on the financial situation in Jakarta.

As you know, East Timor also has to cope with about 200.000 Indonesian transmigrants who have been given the best lands, best jobs to the detriment of the East Timorese. The East Timorese people have been thoroughly marginalized in their homeland.

I appeal to you, Secretary General, to direct a UN initiative to alleviate the suffering in East Timor to help build infrastructures there. I believe that this time of crisis can turn an opportunity for the UN to have a presence on the island, which would also have beneficial political consequences as it would help lessen the tensions on the ground.

Yours sincerely,

José Ramos. Horta

José Ramos-Horta

Rua São Lazaro n°16, 1°
1150 Lisboa
PORTUGAL

Tel: +351 1 886 3727
Fax: +351 1 886 3791
e-mail: np98g@mail.telepac.pt

THE SECRETARY-GENERAL

13 March 1998

Dear Mr. Ramos-Horta,

I wanted to thank you for your recent letter and your kind words of encouragement regarding the efforts of the United Nations in Iraq. As I stated upon my return to Headquarters from Baghdad, the past few weeks have shown what a united and determined international community can achieve through the United Nations. Much remains to be done to ensure that all resolutions and agreements are fully implemented. Knowing that I can rely on the moral support of dedicated individuals like you will be of great help in these crucial weeks.

Yours sincerely,

Kofi A. Annan

Mr. José Ramos-Horta
Lisbon

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Mr. Kofi Annan
Secretary General
United Nations
New York

February 27, 1998

Dear Mr. Kofi Annan,

I am wish to join the many millions of people around the world who have praised your leadership in helping to avert a military action of heavy and tragic consequences. Once again, you have proved that, if the UN is allowed by its member-states to perform its sacred mission, it can do so successfully.

It is obvious that the agreement you have obtained might not be ideal in the eyes of UN critics. However, I believe it has given the UN greater authority to prevail upon this Iraqi leadership. Furthermore, those who criticize your role or the agreement should bear in mind the alternative, a disastrous military expedition that would wreck completely the already fragile peace process in the Middle East.

You have my respect and my warmest congratulations for your integrity, diplomatic skills and vision.

Yours sincerely,

José Ramos-Horta

José Ramos-Horta

Rua São Lazaro nº16, 1º
1150 Lisboa
PORTUGAL

Tel: +351 1 886 3727
Fax: +351 1 886 3791
e-mail: np98g@mail.telepac.pt

UNITED NATIONS NATIONS UNIES

POSTAL ADDRESS—ADRESSE POSTALE: UNITED NATIONS, N.Y. 10017
CABLE ADDRESS—ADRESSE TELEGRAPHIQUE: UNATIONS NEWYORK

REFERENCE:

5 June 1997

Dear Mr. Ramos-Horta,

The Secretary-General has been following with concern the reports of the recent incidents of violence in East Timor which have resulted in the loss of life and considerable human suffering.

I am sure that you would agree with me that every effort should be made at this crucial juncture to create a climate conducive to the success of the important meeting which the Secretary-General will hold with the Foreign Ministers of Indonesia and Portugal on 19 and 20 June 1997. I have addressed separate letters to the two Ministers underlining the need to take all possible measures to ensure due restraint. I trust that, in the same vein, the East Timorese resistance movement will demonstrate the requisite moderation in its actions and statements in the interest of maintaining a positive atmosphere for the forthcoming talks.

It is in consonance with this spirit that I have decided not to make public the contents of these letters nor indeed the fact of their dispatch. The Secretary-General's Spokesman will make a statement during the next press briefing calling upon all parties to exercise restraint.

Sincerely,

Jamsheed Marker
Personal Representative of the Secretary-General
for East Timor

Mr. Jose Ramos-Horta
En voyage
c/o The Hyatt Regency Hotel
San Francisco

THE SECRETARY-GENERAL

1 October 1997

Dear Mr. Ramos-Horta,

I am taking the liberty of writing to you as a laureate of the Nobel prize, along with your fellow laureates in all disciplines. I do so with the sincere hope that the United Nations will be able to draw upon the great intellectual resources you personally and collectively represent.

As we approach the turn of the century, it is abundantly clear that the many challenges facing humanity require new and innovative strategies. The United Nations has a unique role to play in responding to these challenges, as the only truly universal Organization with a mandate that covers virtually all areas of human endeavour. Yet it is also clear that the UN cannot fulfill the weighty responsibilities set out in its Charter alone – that it needs to reach out to a wider circle of talents than it has customarily done in its search for global excellence.

Mr. Jose Ramos-Horta
30, Obiren, PEDE
2170 Liverpool
Australien NSW
Australia

In that spirit, I am writing to inquire whether you would permit me to look to you from time to time for advice and ideas. It is my conviction that your willingness to play such a role, both individually and in groups, would be of great benefit to me personally and to the Organization as a whole as it seeks to be more effective and responsive in a transformed international environment. I do not expect the burden to be onerous, as I am conscious of the many demands on your time.

I would be grateful for a reply at your convenience.

Yours sincerely,

KAnnan

Kofi A. Annan

PRIORITY - VERY URGENT

TO:	**MS. MARY ROBINSON UN HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS**
Nr.:	00 - 41 - 22 - 917 01 18
FROM:	**José Ramos-Horta** 1996 Nobel Peace Prize Laureate Lisbon Office
FAX Nr.:	+ 351 - 1 - 8863791
DATE:	26 th June 1997
Nr. pages (including this one)	2

(Please phone + 351 - 1 886 37 27 if message is unclear)

Dear Ms. Mary Robinson

Whilst touring USA, Central and Latin America news are being disseminated, by the Indonesian armed forces on the capture of DAVID ALEX, East Timorese Resistance leader as well as that of three other Resistance members: Mr. Jose Antonio Belo, Mr. Manuel Loke Matan and Mr. Gil. This afternoon, the Indonesian armed forces claimed that David Alex was killed in battle. Reliable sources inside the territory have reason to believe that he has been isolated and is being tortured in complete contravention of the Geneva Conventions and so many other Human Rights Instruments.

Enclosed please find copy of the Media Release by ETISC (East Timor International Support Centre), based in Australia, with details on the situation.

Ms. Mary Robinson,

I had strongly hoped that my first written message to you would be one of Congratulations for your appointment and to express my heartfelt wishes for a successful office.

Your appointment as UN High Commissioner for Human Rights is an encouragement to all those who strive for the respect of Human Rights worldwide.

My kindest regards

Jose Ramos-Horta

PRIORITY - VERY URGENT

TO:	**MR. BRUNI UN SPECIAL RAPPORTEUR ON TORTURE**
Nr.:	00 - 41 - 22 - 917 00 99
FROM:	**José Ramos-Horta** 1996 Nobel Peace Prize Laureate Lisbon Office
FAX Nr.:	+ 351 - 1 - 8863791
DATE:	26 th June 1997
Nr. pages (including this one)	2

(Please phone + 351 - 1 886 37 27 if message is unclear)

Dear Mr. Bruni

Whilst touring USA, Central and Latin America news are being disseminated, by the Indonesian armed forces on the capture of DAVID ALEX, East Timorese Resistance leader as well as that of three other Resistance members: Mr. Jose Antonio Belo, Mr. Manuel Loke Matan and Mr. Gil. This afternoon, the Indonesian armed forces claimed that David Alex was killed in battle. Reliable sources inside the territory have reason to believe that he has been isolated and is being tortured in complete contravention of the Geneva Conventions and so many other Human Rights Instruments

Enclosed please find copy of the Media Release by ETISC (East Timor International Support Centre), based in Australia, with details on the situation.

Mr. Bruni,

We appeal to you and your good offices to undertake action on this situation.

Sincerely Yours

Jose Ramos-Horta

PRIORITY - VERY URGENT

TO:	MRS. HIMKLE-BABUL UN SPECIAL RAPPORTEUR ON DISAPPEARANCES
Nr.:	00 - 41 - 22 - 917 01 11
FROM:	**José Ramos-Horta** 1996 Nobel Peace Prize Laureate Lisbon Office
FAX Nr.:	+ 351 - 1 - 8863791
DATE:	26 th June 1997
Nr. pages (including this one)	2

(Please phone + 351 - 1 886 37 27 if message is unclear)

Dear Mrs. Himkle-Babul

Whilst touring USA, Central and Latin America news are being disseminated, by the Indonesian armed forces on the capture of DAVID ALEX, East Timorese Resistance leader as well as that of three other Resistance members: Mr. Jose Antonio Belo, Mr. Manuel Loke Matan and Mr. Gil. This afternoon, the Indonesian armed forces claimed that David Alex was killed in battle. Reliable sources inside the territory have reason to believe that he has been isolated and is being tortured in complete contravention of the Geneva Conventions and so many other Human Rights Instruments

Enclosed please find copy of the Media Release by ETISC (East Timor International Support Centre), based in Australia, with details on the situation.

We appeal to you and your good offices to undertake action on this situation.

Sincerely Yours

Jose Ramos-Horta

CORRESPONDÊNCIA
Entre José Ramos-Horta,
Instituições Internacionais e ONGs (1997-1998):

- Presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn
- Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer
- Secretário Adjunto para os Assuntos Asiáticos, Departamento de Estado Americano, Stanley Roth
- Carta dirigida a membros do Senado e do Congresso Americano (lista dos destinatários incluída)
- Representante Permanente dos EUA junto a ONU, Bill Richardson
- Presidente de Amnesty International, Pierre Sané

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

James D. Wolfensohn
President
World Bank
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433

March 25, 1998

Dear Sir,

Through our common friend Francisco Pinto Balsemão, former Prime Minister of Portugal, I was due to meet with you in Washington in November 1996. However, regrettably, your office cancelled the meeting for reasons that were never explained to me.

I recall some of the points I had planned to raised had we met. East Timor has remained on the periphery of the Indonesian economy, a classic case of colonialism, where a people is robbed of its land and culture. The World Bank regrettably contributed in part to East Timor's misery by supporting the Indonesian transmigration and family planning schemes in the territory. As a result, the East Timorese are now more impoverished today than ever, suffering doubly from the Indonesian economic and financial debacle: the cost of living in East Timor is the highest in the archipelago while the East Timorese people's purchasing power is the lowest of all.

Just as I would have done in 1996, I urge you to redress the wrongs done to the East Timorese people with the assistance of the World Bank by formulating a separate, sustainable, development strategy for East Timor, taking into consideration the following points:

1) the need for support for small rural development projects to strengthen the agricultural base of the East Timorese economy.
2) the need for support for indigenous East Timorese business sector to develop, and to break up the Indonesian owned monopolies in East Timor.
3) the necessity for reforestation of the badly damaged East Timorese forest as one way to protect the environment.
4) the need of support for initiatives to preserve and enhance the East Timorese culture, which has been swamped in the course of the 20 years of Indonesian colonization. This would include support for native East Timorese languages, traditions, rituals and institutions that are vital for true economic development and progress of the country.

Any development assistance initiative to East Timor must bear in mind East Timor's legal status as a non self-governing territory, illegally occupied by Indonesia. I thus propose that the World Bank develop an aid package for East Timor in consultation with my Nobel co-laureate, Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo, as well as indigenous East Timorese and international NGOs with experience on the ground.

East Timor should not be sacrificed any further because the Indonesian dictator is stalling the IMF reform package. I believe that the World Bank should promptly draw an East Timorese initiative independently of the overall IMF- World Bank-Indonesia issue. Violence will erupt with full force against Indonesian interests in East Timor, against the migrants, civil servants who, for the last two decades have robbed and humiliated the East Timorese people if they continue to be ignored, by the World Bank included.

There was an additional point I had meant to raise back in November 1996 which follows: I view with dismay the fact that the Wolrd Bank continues to ignore the corruption, cronyism and nepotism fueled by the Suharto regime, which saps the hundreds of millions of dollars allocated to development assistance in Indonesia by the World Bank.

In the case of Indonesia, I would urge the World Bank to work in close partnership with the Indonesian NGOs in the areas of human rights, labour, minorities, women's issues, environment. These non-state entities can provide better access to the people and deliver the assistance and goods needed by the poorest. A close World Bank / NGOs relationship would also foster the growth of a civil society in an autocratic and dictatorial system where the people have few means to have an impact in the future of their own country.

Though I understand that the World Bank does not normally provide scholarships, part of the reported US$ 1.5 billions allocated for Indonesia should be set aside to cover the tuition and living expenses of the Indonesian students abroad who are in dire straits. An arrangement could be worked out by which the World Bank could disburse the funds to the educational institutions to help cover these fees. However, there will have to be careful selection criteria so that the beneficiaries are the neediest students and not children of the rich and the influential.

I will be visiting the US again between March 26 and April 1. I hope that I will then have an opportunity to meet with you to brief you and your staff on the situation in East Timor. In the mean time, do not hesitate to contact me should you have any question and/or comment.

Best regards,

José Ramos-Horta

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Jacques Santer
President
European Commission
Rue de la Loi
2001049 Brussels

March 5, 1998

I wish to seize this opportunity to present you my respectful greetings. I am taking the liberty of writing to you with the following thoughts .

East Timor has remained on the periphery of the Indonesian economy, a classic case of colonialism, where a people is robbed of its land and culture. The World Bank regrettably contributed in part to East Timor's misery by supporting the Indonesian transmigration and family planning schemes in the territory. As a result, the East Timorese are now more impoverished today than ever, suffering doubly from the Indonesian economic and financial debacle: the cost of living in East Timor is the highest in the archipelago while the East Timorese people's purchasing power is the lowest of all.

I urge you to help redress the wrongs done to the East Timorese people by formulating a separate, sustainable, development strategy for East Timor, taking into consideration the following points:

1) support for small rural development projects to strengthen the agricultural base of the East Timorese economy.
2) support for indigenous East Timorese business sector to develop, and to break up the Indonesian owned monopolies in East Timor.
3)support for reforestation of the badly damaged East Timorese forest.
4) support for initiatives to preserve and enhance the East Timorese culture, which has been swamped in the course of the 20 years of Indonesian colonization. This would include support for native East Timorese languages, traditions, rituals and institutions that are vital for true economic development and progress of the country.
5) any development assistance initiative to East Timor must bear in mind East Timor's legal status as a non self-governing territory, illegally occupied by Indonesia. I thus propose that the EU develop an aid package for East Timor in consultation with my Nobel co-laureate, Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo, as well as indigenous East Timorese and international NGOs with experience on the ground.

East Timor should not be sacrificed any further because the Indonesian dictator is stalling the IMF reform package.

Violence will inevitably erupt with full force against Indonesian interests in East Timor, particularly against the migrants and civil servants who, for the last two decades have robbed and humiliated the East Timorese people if they continue to be ignored, by the international community.

Concerning Indonesia proper, the EU should work in close partnership with the Indonesian NGOs in the areas of human rights, labor, minorities, women's rights, environment. These non-state entities can provide better access to the people and deliver the assistance and goods needed by the poorest. A close EU / NGOs relationship would also foster the growth of a civil society in an autocratic and dictatorial system where the people have few means to have an impact in the future of their own country.

Though I understand that the World Bank does not normally provide scholarships, I have written a letter to James Wolfensohn, the President of the World Bank, suggesting that part of the reported US$ 1.5 billions allocated for Indonesia should be set aside to cover the tuition and living expenses of the Indonesian students abroad who are in dire straits. An arrangement could be worked out by which the World Bank could disburse the funds to the educational institutions to help cover these fees. However, there will have to be careful selection criteria so that the beneficiaries are the neediest students and not children of the rich and the influential.

As the economic and financial crisis continue to impact upon the poorest and as the legitimacy of the regime is further eroded, there is a unique opportunity for the EU to press for serious democratic reforms in Indonesia and for its withdrawal from East Timor. I regret to say that the EU seems to be absent from the region, with no strategic initiative to respond to the crisis. This is the time for the EU to show leadership, creativity and vision. I urge you to direct the relevant agencies and officials to expedite the implementation of the aid package for East Timor promised over a year ago.

Yours sincerely,

José Ramos-Horta

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Stanley Roth
Assistant Secretary for Asian Affairs
Department of State
Washington, DC

March 5, 1998

I wish to express my sincere appreciation for your kindness in meeting with me a second time after only a few months. After our discussion of 27 February 1998, in Washington, I am taking the liberty of writing to you with the following thoughts .

East Timor has remained on the periphery of the Indonesian economy, a classic case of colonialism, where a people is robbed of its land and culture. The World Bank regrettably contributed in part to East Timor's misery by supporting the Indonesian transmigration and family planning schemes in the territory. As a result, the East Timorese are now more impoverished today than ever, suffering doubly from the Indonesian economic and financial debacle: the cost of living in East Timor is the highest in the archipelago while the East Timorese people's purchasing power is the lowest of all.

I urge you to help redress the wrongs done to the East Timorese people with the assistance of the World Bank by formulating a separate, sustainable, development strategy for East Timor, taking into consideration the following points:

1) support for small rural development projects to strengthen the agricultural base of the East Timorese economy.
2) support for indigenous East Timorese business sector to develop, and to break up the Indonesian owned monopolies in East Timor.
3)support for reforestation of the badly damaged East Timorese forest.
4) support for initiatives to preserve and enhance the East Timorese culture, which has been swamped in the course of the 20 years of Indonesian colonization. This would include support for native East Timorese languages, traditions, rituals and institutions that are vital for true economic development and progress of the country.
5) any development assistance initiative to East Timor must bear in mind East Timor's legal status as a non self-governing territory, illegally occupied by Indonesia. I thus propose that the World Bank develop an aid package for East Timor in consultation with my Nobel co-laureate, Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo, as well as indigenous East Timorese and international NGOs with experience on the ground.

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

East Timor should not be sacrificed any further because the Indonesian dictator is stalling the IMF reform package. I believe that the World Bank should promptly draw an East Timorese initiative independently of the IMF rescue package for Indonesia.

Violence will inevitably erupt with full force against Indonesian interests in East Timor, particularly against the migrants and civil servants who, for the last two decades have robbed and humiliated the East Timorese people if they continue to be ignored, by the international community.

As I mentioned to you, in the case of Indonesia, the World Bank should work in close partnership with the Indonesian NGOs in the areas of human rights, labor, minorities, women's rights, environment. These non-state entities can provide better access to the people and deliver the assistance and goods needed by the poorest. A close World Bank / NGOs relationship would also foster the growth of a civil society in an autocratic and dictatorial system where the people have few means to have an impact in the future of their own country.

Though I understand that the World Bank does not normally provide scholarships, part of the reported US$ 1.5 billions allocated for Indonesia should be set aside to cover the tuition and living expenses of the Indonesian students abroad who are in dire straits. An arrangement could be worked out by which the World Bank could disburse the funds to the educational institutions to help cover these fees. However, there will have to be careful selection criteria so that the beneficiaries are the neediest students and not children of the rich and the influential.

I hope that your most recent visit to Indonesia went well. I share your deep concern about the unfolding situation there, as well as your belief that, in the long run, this unprecedented crisis will be helpful in our efforts to settle the conflict in East Timor. You are well placed to help broker peace in East Timor, and I trust in your integrity to do so.

José Ramos-Horta

LETTER SENT TO US SENATORS & CONGRESSMEN
(SEE ENCLOSED LIST)

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

30 January 1998

I am writing to you today to draw your attention to the on going suffering of the People of East Timor, now aggravated by the economic and financial collapse of the celebrated Indonesian economy.

For the past twenty-two years the right of the people of East Timor to self-determination, to peace and freedom to basic human rights has been sacrificed by the major industrialized countries, the United States included, in the name of "realpolitik" and pragmatism.

East Timor was a casualty of the Cold War and post-Vietnam period. However, the end of the Cold War and the disappearance of the communist threat, that was the justification for the invasion and occupation of East Timor, has not led to any change the fate of the East Timorese people.

Greed prevails over morality and decency. However, as the myth implodes and the nature of the regime is there for the whole world to see, I appeal to you to place East Timor high on your agenda as I believe this is a golden opportunity for a resolution of this conflict to be found.

1- Action at the UN Commission on Human Rights

As there has been no improvement whatsoever in the human rights situation in East Timor, and as the Indonesian Government has not shown any political will towards addressing some of the recommendations contained in previous UN Commission on Human Rights' Resolutions and Chairman Statements, I believe that the USA should consider East Timor as an urgent and priority human rights situation, and one to be put forward to this years' UN Commission on Human Rights. The American delegation to the Commission on Human Rights should lead a draft resolution on East Timor when it convenes in Geneva in March-April 1998.

2- Support to South Korea, Thailand and The Philippines

I believe that a country like South Korea, led by an extraordinary man, Kim Dae Jung, deserves US fullest support in order to consolidate democracy in that country. Similar support must be shown for Thailand and the Philippines, countries that have undergone democratic transformations.

However, in our region of the world two of the most despicable regimes are still in place – in Burma and Indonesia.

Rua São Lazaro nº16, 1º
1150 Lisboa
PORTUGAL

Tel: +351 1 886 3727
Fax: +351 1 886 3791
e-mail: np98g@mail.telepac.pt

3- Burma

This is a golden opportunity for a concerted pressure on the military junta in Burma to relinquish power. Countries such as Indonesia, Singapore and China have been the junta's strongest backers. I believe that strong pressure must be borne on these countries to cease their support to the Burmese junta. Thailand must be asked not to repatriate Burmese refugees back to Burma and to cease all support to this despicable regime of drug barons. We cannot fail one of the most extraordinary women of this century, Daw Aung San Suu Kyi, 1991 Nobel Peace Prize Laureate.

4- Indonesia and East Timor

I view with skepticism IMF's prescriptions for Indonesia as no economic rescue package will succeed in Indonesia without profound structural political reforms.

I fully agree with those in US Congress who have been wise enough to express reservations on the US Administration's request for additional $18–20 billion funding for IMF. It is an affront to the millions of victims of the Suharto regime that no conditions requiring major political reforms are attached to the IMF loans.

Kim Dae Jung has strongly laid the blame for the economic crisis in the region to the lack of human rights and democracy in Asia. Let us at least listen to this extraordinary man.

I suggest that the more moral, ethical and pragmatic attitude would be to place any economic and financial support to Indonesia on hold until Suharto steps downs and serious political reforms are implemented. Indonesian and East Timorese prisoners of conscience must be released at once.

It is estimated that Indonesian wastes between 300 to 500 million on the war effort in East Timor, to maintain a repressive military apparatus of 30,000 troops, police, paramilitary as well as plain regime thugs. Thousands of Indonesian civil servants in East Timor takeover the best jobs from the East Timorese. Two hundred thousand Indonesian 'transmigrants' have reduced the East Timorese to economic and social outcasts in their own country. Therefore, I urge that for the sake of morality and decency the US Congress and Administration address the issue of East Timor as a priority.

The US can play a decisive role at this junction. While the East Timorese side remain flexible and creative in contributing to finding a solution to the East Timor problem, a long-lasting and just settlement of this conflict will only be possible if the US strongly support a UN supervised referendum on the future of the country.

Yours Sincerely

José Ramos-Horta

Contact List
Members of Congress

Senator Tom Harkin
U.S. Senate
Washington D.C. 20510

Senator Patrick Leahy
c/o Tim Rieser
Senate Foreign Operations Subcommittee
142 Dirksen,
Washington D.C. 20510

Senator Alfonse D'Amato
U.S. Senate
Washington D.C. 20510

Senator Jessie Helms
U.S. Senate Foreign Relations Committee
Attn: Ellen Bork - SD-450
Washington D.C. 20510

Senator Russel Feingold
U.S. Senate
attn: Linda Rotblatt
Washington D.C. 20510

Senator Paul Wellstone
U.S. Senate
Attn: Collin McGinnes
Washington D.C. 20510

Senator Ben Nighthorse Campbell
U.S. Senate
Wash. D.C. 20515

Senator Trent Lott
U.S. Senate
Attn: Randy Scheunemann
S-230
Wash. D.C. 20515

Rep. Patrick Kennedy
U.S. House of Representatives
Wash. D.C. 20515

Rep. Jim Leach
House Banking Committee
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. Nita Lowey
attn: Matt Traub
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. Nancy Pelos
attn; CAROLYN bATHOLOMEW
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. Frank Wolf
attn: Anne Huiskes
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. John Porter
attn. Kelley Currie
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. Barney Frank
attn: Daniel McGlinchey
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Richard Pombo
House Portuguese-American Caucus
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. Tom Lantos
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. Howard Berman
Attn: Richard Kessler
B-359 RHOB
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. Cynthia McKinney
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

Rep. Tony Hall
U.S. House of Represntatives
Wash D.C. 20515

(30/01/98)

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

The Honorable William Richardson
Permanent Representative of the
United States of America to the United Nations
799 United Nations Plaza
New York, NY 10019

October 1, 1997

Dear Bill,

It was really a pleasure seeing you the other week; I appreciated our candid exchange of views. Thank you.

As we discussed, I believe that it is a critically important time for dialogue between East Timor and Indonesia. Moreover, the United States has a key role to play in support of the UN framework talks.

In order to further discuss opportunities for U.S. leadership, I am planning to visit Washington, D.C. on October 29-31, 1997. During this visit, I am hoping to meet with Secretary of State Albright. I also hope that a meeting can be scheduled with Mr. Samuel Berger during which other persons might drop-by.

Your assistance in making these arrangements would be greatly appreciated; I will be in touch next week.

In the meanwhile, many thanks. I look forward to seeing you again soon.

Sincerely,

Rua São Lázaro nº16, 1º
1150 Lisboa
PORTUGAL

Tel: +351 1 886 3727
Fax: +351 1 886 3791
e-mail: np98g@mail.telepac.pt

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

M. Pierre Sané
Amnesty International
1 Easton Street
London, WC1X 8DJ
Fax: + 44 171 956 1157

Le 7 octobre, 1997

Cher Monsieur Sané,

Je souhaite porter à votre connaissance le communiqué de presse que vous trouverez ci-joint. Mais, je vous écris avant tout pour vous enjoindre d'entreprendre une enquête sur les crimes qui sont perpretrés contre la population civile du Timor Oriental. La situation sur le terrain n'a fait qu'empirer au cours de l'année, un nombre croissant de civils est victime d'executions sommaires, est torturé par les troupes indonesiennes.

En dépit d'appels répétés de la résistance timoraise, ni les Nations Unies, ni les gouvernements des pays ayant une représentation diplomatique en Indonésie n'ont ouvert d'enquête pour établir qui sont les véritables responsable des exactions commises contre ces timorais innoncents et sans défense.

Il est temps que les organisations non-gouvernementales, dont Amnesty International est à mes yeux la mieux placée, jouent leur rôle alors que les gouvernements refusent de mettre en péril leurs intérêts économiques. J'ai conscience qu'en décembre 1996 Amnesty ait fait une demande officielle d'accès au territoire auprès des autorités indonésiennes, qui lui fut refusé en janvier 1997. Je vous serais toutefois très reconnaissant de rendre ce refus public et de représenter une nouvelle requête.

Je vous prie, Monsieur Sané, d'agréer l'expression de mes sincères salutations,

José Ramos-Horta

Rua São Lázaro nº16, 1º
1150 Lisboa
PORTUGAL

Tel: +351 1 886 3727
Fax: +351 1 886 3791
e-mail: np98g@mail.telepac.pt

PRESS RELEASE

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

East Timorese resistance not responsible for latest murders in East Timor

Lisbon, October 6, 1997 - José Ramos-Horta, 1996 Nobel Peace Prize co-laureate, emphatically denounced the recently reported murder, in East Timor, of one elementary school teacher, Jacinto da Trindade. His colleague, Júlio Pereira, was seriously injured in the assault and was taken to the military hospital in Dili. Mr. Ramos-Horta firmly refuted the allegation that the East Timorese resistance is to be blamed for the attack. The only sources of the news, it must be noted, are the Indonesian military and the state controlled Antara news service.

Mr. Ramos-Horta believes that these murders were deliberate acts perpetrated by Indonesian security personnel with the intended purpose of discrediting the East Timorese resistance. In an interview to a Portuguese radio station, Mr. Ramos-Horta said:

> **"The resistance has never before been masked during attacks. And why attack a school?"**

This is not the first instance of premeditated murder of East Timorese civilians by the Indonesian military to be attributed to the resistance. In the past, such barbaric acts have not been investigated as they might have been had the Indonesian authorities had a clean conscience.

On 26 June 1997, José Ramos-Horta appealed to the office of the UN High Commissioner for Human Rights for an independent investigation to be held on the capture and assassination of resistance leader David Alex. Apart from a letter of acknowledgment, no specific action is known to have been carried out by the appropriate UN bodies.

Once again, Mr. Ramos-Horta demands a prompt UN investigation to establish the responsibilities of the perpetrators of these crimes. He urges the United States and other nations with diplomatic representation in Jakarta to undertake their own investigation.

To this date, Indonesia has refused to cooperate with the UN thematic rapporteurs who have repeatedly requested access to Indonesia and East Timor. Until the authorities in Jakarta agree to cooperate fully with the UN human rights bodies and the independent NGOs such as Amnesty International, any allegation by Indonesia attributing violent actions to the East Timorese resistance must be taken with due skepticism.

Mr. Ramos-Horta stated, as he has said in the past, that he will not hesitate to condemn the actions of the resistance if an independent international investigation finds it responsible for acts of premeditated violence against unarmed civilians be they East Timorese or Indonesian migrants. The Nobel Peace Prize co-laureate reiterated his appeal to the resistance in East Timor, the students and youths to refrain from engaging in any violence. They should exercise increased caution at this time when the Indonesian military intelligence is attempting to discredit the resistance.

###

Contact: Natacha Meden

FOR IMMEDIATE RELEASE

Rua São Lazaro nº16, 1º
1150 Lisboa
PORTUGAL

Tel: +351 1 886 3727
Fax: +351 1 886 3791
e-mail: np98g@mail.telepac.pt

AMNESTY INTERNATIONAL
AMNISTÍA INTERNACIONAL
AMNISTIE INTERNATIONALE
МЕЖДУНАРОДНАЯ АМНИСТИЯ
منظمة العفو الدولية
國際特赦組織

Ref.: ET-F40a

Dr José Ramos-Horta
Special Representative of the
National Council for the Maubere People
Rua Sao Lazaro No 16
1150 Lisboa
Portugal

11 November 1997

Dear Dr Ramos-Horta,

Thank you for your letter urging Amnesty International to conduct an investigation into human rights violations in East Timor in view of the recent decline in the human rights situation.

Amnesty International is in full agreement with you about the need for there to be independent and full investigations into allegations of human rights violations in East Timor. We also share your concern that the international community press Indonesia to grant access to independent human rights monitors. As you know, the organization is currently denied access to East Timor. Recently Amnesty International has also been denied access to Indonesia itself. Although we are denied access to East Timor, this does not prevent us from attempting to investigate human rights investigations in the territory or from assisting and supporting those East Timorese who are conducting investigations on the ground.

Amnesty International shares your concern about the continuing serious human rights situation, despite any diplomatic gains which may have been made through the United Nations talks on East Timor. Amnesty International will continue to urge that concrete steps to address the human rights situation must be included now in confidence-building measures being discussed during the UN talks. Fundamental to any improvements on the ground is the need for mechanisms to establish the truth, to bring those responsible to justice and to provide redress for the victims. I have enclosed for you a copy of our latest report, East Timor: Truth, justice and redress, which focuses on the lack of mechanisms to independently investigate allegations of human rights violations and to bring those responsible to account.

Responsibility to abide by international humanitarian standards also rests with armed opposition groups. You will be aware that there have been several recent allegations of human rights abuses committed by the East Timorese National Liberation Army (*Falintil*). Amnesty International is concerned by allegations of human rights abuses by the armed resistance and has, as you are aware, publicly condemned the killing of civilians by *Falintil*. All of the recent alleged killings, however, have not been independently investigated and in many of the cases, the Indonesian military remains the only source of information. With at least two of the recent incidents, however, representatives of the East Timorese resistance overseas have admitted that the attacks were carried out by the armed resistance.

AMNESTY INTERNATIONAL
INTERNATIONAL SECRETARIAT
1 Easton Street, London WC1X 8DJ, United Kingdom
Tel: Int. Code: (44) (171) 413 5500. UK Code: (0171) 413 5500. Fax: Int. Code: (44) (171) 956 1157. UK Code: (0171) 956 1157.
E-Mail: amnestyis@amnesty.org Web: http://www.amnesty.org
Telegrams: Amnesty London WC1 Telex: 28502 AMNSTY G

Amnesty International welcomes your public appeal to the East Timorese armed resistance to refrain from acts of violence against unarmed civilians and your willingness to condemn unlawful killings by the armed resistance if such incidents are confirmed through independent investigations. In view of the recent allegations, Amnesty International considers that it is timely for the armed resistance to publicly re-iterate its pledge to abide by international humanitarian standards and to take measures to ensure that its combatants do not commit unlawful killings.

Amnesty International shares your concern that such incidents need to be independently confirmed. We also consider that representatives of the East Timorese resistance have a responsibility to assist with efforts to independently and fully substantiate or disprove such allegations. In view of this, we would like to raise with you some of the recent allegations concerning *Falintil*, in the hope that you may be able to provide or convey further information which would either substantiate or disprove the allegations.

- Seven civilians in Iraara, Los Palos, May 1997

Human Rights Watch/Asia, in its latest report on East Timor, claims that the killing of a teacher, Castelo Brangko, three of his children, Gregorius Kedang and his wife and child, in Iraara village in Los Palos, was carried out by *Falintil*. The organization claims that Castelo was killed because he was suspected of collaboration with the Indonesian Armed Forces. Amnesty International has not been able to independently confirm whether these killings were committed by *Falintil*. We are aware of several Maubere Council of National Resistance (CNRM) statements which claim that the killings were carried out by the Indonesian armed forces, not by *Falintil*. Another CNRM statement dated 27 June 1997 however states that the armed resistance conducted a raid on the house of an alleged informant named Castelo.

- Miguel Baptismo da Silva and his wife Du-Lequi in Baucau, May 1997

In a statement dated 12 June 1996, CNRM claimed that on 29 May 1997 resistance forces under the command of David Alex killed a man, believed to be operating for Indonesian intelligence, and his wife. Another source puts the date at 28 May. Amnesty International is seeking confirmation that these killings refer to Miguel Baptismo da Silva and his wife, Du-Lequi.

- Justino, June 1997

Amnesty International has been informed that Justino, who was alleged to have provided the Indonesian Armed Forces with information concerning the whereabouts of *Falintil* leader David Alex, was taken away by individuals linked to the armed resistance from a coffee plantation where he worked and shot dead. We have no further information and are not able to confirm the incident.

- Jacinto da Piedade and Julio Pereira in Baucau - October 1997

According to the Indonesian military two teachers were shot by *Falintil* at a primary school in Uathohako, Baucau on 2 October. Jacinto da Piedade died as a result of his wounds and Julio Pereira, who was shot in the head, survived. We understand that the attackers were masked. We note your statement denying that the shooting was carried out by *Falintil*, and also that the only source of information about this incident has been the military.

- Three farmers, Buicaren, September 1997

The Indonesian Military has also claimed that three farmers were shot dead by Falintil on 24 September in Buicaren Village in Viqueque. There is no further information about this claim which was reported by Agence France Press on 3 October.

- One and possibly seven civilians, Kairua, September 1997

In late September, the Indonesian military claimed that Falintil had been responsible for two attacks which resulted in five soldiers and up to seven civilians being killed around a construction site in Kairua, 80 kilometres from Dili. Amnesty International is aware that the sole source of information concerning this claim is the Indonesian Armed Forces and that Agence France Press has quoted a resident of Dili confirming the attack but stating that only one civilian died in the attack. (AFP 22 September).

Thank you for your assistance in this matter. I understand that you will be coming to London to meet with representatives of Amnesty International. We look forward to this meeting.

Yours sincerely,

Derek Evans
Acting Secretary General

CORRESPONDÊNCIA
Entre José Ramos-Horta e
O Governo Britânico (1997-1998):

- Ministro dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook
- Ministra para o Desenvolvimento Internacional, Clare Short

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Rt. Hon. Robin Cook, MP
Foreign & Commonwealth Office
London SW1 A 2AH

March 16, 1998

Dear Friend,

I wish to inform you that I will be in London from April 1 to April 3 to take part in the alternative summit to ASEM II.

On this occasion, I would welcome the opportunity of a brief meeting with you. I understand that you must be extremely busy, however, it would be highly symbolic if you were to meet with me on the eve or during the second ASEM summit. It would send a clear message to Jakarta.

In view of the immense suffering of the people of the region, NGOs are deeply disappointed that the issue of human rights and democracy are to be left out of the ASEM Summit's agenda. This gesture would also positively diffuse the anger rising among the hundreds of participants in the NGO parallel forum.

I look forward to seeing you soon.

Yours sincerely,

Rua São Lazaro nº16, 1º
1150 Lisboa
PORTUGAL

Tel: +351 1 886 3727
Fax: +351 1 886 3791
e-mail: np98g@mail.telepac.pt

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Rt. Hon. Robin Cook, MP
Foreign & Commonwealth Office
London SW1 A 2AH

March 5, 1998

As social unrest mounts in Indonesia as a result of the unfolding financial and economic crisis, I am taking the liberty of writing to you with the following thoughts .

East Timor has remained on the periphery of the Indonesian economy, a classic case of colonialism, where a people is robbed of its land and culture. The World Bank regrettably contributed in part to East Timor's misery by supporting the Indonesian transmigration and family planning schemes in the territory. As a result, the East Timorese are now more impoverished today than ever, suffering doubly from the Indonesian economic and financial debacle: the cost of living in East Timor is the highest in the archipelago while the East Timorese people's purchasing power is the lowest of all.

I urge you to help redress the wrongs done to the East Timorese people by formulating a separate, sustainable, development strategy for East Timor, taking into consideration the following points:

1) support for small rural development projects to strengthen the agricultural base of the East Timorese economy.
2) support for indigenous East Timorese business sector to develop, and to break up the Indonesian owned monopolies in East Timor.
3)support for reforestation of the badly damaged East Timorese forest.
4) support for initiatives to preserve and enhance the East Timorese culture, which has been swamped in the course of the 20 years of Indonesian colonization. This would include support for native East Timorese languages, traditions, rituals and institutions that are vital for true economic development and progress of the country.
5) any development assistance initiative to East Timor must bear in mind East Timor's legal status as a non self-governing territory, illegally occupied by Indonesia. I thus propose that the EU develop an aid package for East Timor in consultation with my Nobel co-laureate, Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo, as well as indigenous East Timorese and international NGOs with experience on the ground.

East Timor should not be sacrificed any further because the Indonesian dictator is stalling the IMF reform package.

Violence will inevitably erupt with full force against Indonesian interests in East Timor, particularly against the migrants and civil servants who, for the last two decades have robbed and humiliated the East Timorese people if they continue to be ignored, by the international community.

Concerning Indonesia proper, the EU should work in close partnership with the Indonesian NGOs in the areas of human rights, labor, minorities, women's rights, environment. These non-state entities can provide better access to the people and deliver the assistance and goods needed by the poorest. A close EU / NGOs relationship would also foster the growth of a civil society in an autocratic and dictatorial system where the people have few means to have an impact in the future of their own country.

Though I understand that the World Bank does not normally provide scholarships, I have written a letter to James Wolfensohn, the President of the World Bank, suggesting that part of the reported US$ 1.5 billions allocated for Indonesia should be set aside to cover the tuition and living expenses of the Indonesian students abroad who are in dire straits. An arrangement could be worked out by which the World Bank could disburse the funds to the educational institutions to help cover these fees. However, there will have to be careful selection criteria so that the beneficiaries are the neediest students and not children of the rich and the influential.

As the economic and financial crisis continue to impact upon the poorest and as the legitimacy of the regime is further eroded, there is a unique opportunity for the EU to press for serious democratic reforms in Indonesia and for its withdrawal from East Timor. I regret to say that the EU seems to be absent from the region, with no strategic initiative to respond to the crisis. This is the time for the EU to show leadership, creativity and vision. I urge you to direct the relevant agencies and officials to expedite the implementation of the aid package for East Timor promised over a year ago.

I thank you for the message you sent me through Simon Wilson saying that the plans for the EU Troika Ambassadors' visit to East Timor are taking shape. However, allow me to remind you of the idea of a EU Special Representative for East Timor which I raised with you in December. This new initiative would win positive notes for your Presidency. It would send a clear signal to Jakarta and enhance the efforts of the UN Secretary General.

José Ramos-Horta

115576

Foreign &
Commonwealth
Office

London SW1A 2AH

From The Secretary of State

19 March 1998

Dear Jose,

Thank you for your letter of 6 February about the Convention of the East Timorese Diaspora to be held in Lisbon next month. The Convention - and the Congress scheduled for December - are useful initiatives. I am asking our Embassy in Lisbon to ensure we are represented.

As I mentioned to you last month, the EU Troika Ambassadors' visit to East Timor remains on schedule for later in our Presidency. I shall be in touch again when the dates are firm.

Yours Sincerely

Every best wish with your efforts.

Robin Cook

ROBIN COOK

Mr Jose Ramos-Horta

Foreign &
Commonwealth
Office

London SW1A 2AH

Telephone: 0171

06 February 1998

Jose Ramos-Horta
Rua de Sao Lazaro, 16-1
1150 LISBOA

By Fax: 00351 1 886 3791

Caro José

The Foreign Secretary's Private Secretary has asked me to send you the following message:

When we met in December one of the things we spoke about was the EU Troika Ambassadors' visit to East Timor during the British Presidency.

I thought you would like to know that our plans are taking shape. A senior member of our Jakarta Embassy staff has been out to the territory this week and we are in close touch with Portugal and other EU partners about the arrangements for the visit.

No decision has yet been taken on the exact timing of the visit, though, as I indicated last August, this will be during our Presidency of the EU. Given the current uncertainties in Indonesia, however, I do not feel that it would be useful to have the visit immediately. I currently envisage that it might take place in April/May. We will be in touch again nearer the time to make sure that everything goes as smoothly as possible.

Robin Cook

com a maior consideração

S C H Wilson
South East Asian Department

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Rt. Hon. Robin Cook, M.P.
Foreign & Commonwealth Office
London Sw1 A 2AH

27 January 1998

It was with concern that I heard that the proposed Troika mission to East Timor has now been postponed. It was so much publicised as a priority and a new initiative that this sudden cancellation or postponement without an explanation cannot but be seen as one more back-tracking by your Government on the issue of East Timor. I hope that reports in this regard emanating from the Foreign Office are unfounded.

Following our discussion in London on Dec 3rd, 1997, I initiated contacts with all concerned in East Timor on the pending visit of the Troika for early this year. In response to your appeal to me I also initiated contacts to avoid any public demonstrations during the visit of the Troika. I am confident that such demonstrations would not take place. The recent visit to East Timor by Ambassador Jamsheed Marker is evidence of this. I had made strong representation to the resistance in East Timor not to hold any public demonstration.

As the Indonesian economic, financial, social and political crisis unfold I believe that it is timely and urgent that such a Troika mission takes place the earliest possible, in the next few days.

The UN Commission on Human Rights

As there has been no improvement whatsoever in the human rights situation in East Timor and as the Indonesian Government has not shown political will towards addressing the recommendations contained in previous CHR Resolutions and Chairman Statements, I hold the view that the EU must consider East Timor as an urgent and priority human rights situation and be put forward to this years' Commission on Human Rights. Therefore, I appeal to you, in your capacity as President of the EU, to immediately consider submitting a strongly worded draft resolution on the human rights situation in East Timor. I must add that any attempt to impose yet another useless Chairman Statement is totally unacceptable. Any draft resolution cannot be softer than the 1997 one. The deteriorating human rights situation in East Timor demands an even stronger language.

Arms' Sales

I recall my letter to you dated July 24, 1997. While I always expressed my sympathy for the dilemma your Government faces when it deals with the issue of arms' sales to developing countries, I always offer a more moral, ethical, yet also pragmatic, alternative, a freeze on all arms' sales to Indonesia for the next 3 to 5 years. A freeze in arms' sales to Indonesia now is even more urgent and advisable from a strategic and security perspective as the introduction of new weapons to this current tottering regime would only add to the dangers that are now so clear to everyone. An announcement by your government on a freeze would send positive signals to those in Indonesia who want changes to the current political order and to those hard-liners in the army who have been threatening loudly to use force against dissent.

The Current Economic and Financial Debacle in Indonesia – Wind of opportunity to East Timor

A myth has been shattered, the myth of the so-called Asian tiger economies that were in fact a license to kill. It was also this myth that was the driving force behind western compliance and blindness towards Indonesia Suharto regime's barbarities and arrogance.

The opportunity is there now for the EU to abandon its past ambiguities and, at times, total indifference for a pro-active strategy in support of democratic changes in Indonesia and self-determination in East Timor.

I am now contacting members of the U.S. Congress urging them to block any request for additional funding for the IMF until Suharto steps down, democratic reforms are implemented and a clear commitment by Indonesia to disengage from East Timor is shown.

There is a growing feeling in the world at large against IMF bailing out the corrupt dictators of the world, their families and friends. I do support, though, every effort in support of President Kim Dae Jung of Korea, as well as the Governments of Thailand and the Philippines, who have shown to be committed to democracy and the rule of law. However, in the case of Indonesia, any economic package that does not include human rights and democracy conditionalities will be an affront.

On the Drought and Famine

Like elsewhere in Southeast Asia, the rains have failed in East Timor because of the El Niño effect which is responsible for the severe drought and considerably lower agricultural production. The island of Atauro, on the north coast of the capital Dili, is now a disaster area: schools have closed because children are too sick to attend classes due to acute starvation. All the Indonesian authorities did was to distribute one kilogram of rice per person last December. Although there is enough rice and corn in government-controlled warehouses, the regime is using it to control rapidly rising prices due to the currency crisis. Although famine is not an immediate problem on the Timor mainland, it could become so in the next few months if inadequate rainfall continues causing crop failures.

Therefore, I appeal to you to dispatch a fact-finding mission to East Timor to ascertain the real humanitarian needs in the territory. Failure to act now could result in an even greater calamity in the months to come.

José Ramos-Horta

Foreign &
Commonwealth
Office

London SW1A 2AH

From The Secretary of State

106518

19 September 1997

Dear Jose,

Thank you very much for your letter of 29 August about my visit to Indonesia and for the kind words about Diana, Princess of Wales, in your other letter of the same date.

My visit provided an ideal opportunity to highlight our concerns on both East Timor and the human rights front more generally.

On arrival in Jakarta I was able to have a useful talk on the telephone with Bishop Belo to follow up the issues we had discussed when I met him in June. I stressed our support for UN efforts - as has President Mandela, who sees his initiative on Xanana Gusmao as very much part of the UN process. On the eve of my departure for South East Asia I had spoken to Ambassador Marker and to Jaime Gama about the latest developments.

I left both President Soeharto and Foreign Minister Alatas in no doubt as to our anxiety about the situation in East Timor. Mr Alatas said he is considering the proposals put forward by Ambassador Marker, and did appear to grasp the importance to Indonesia's international image of finding a solution.

Mr Jose Ramos-Horta

During the visit I announced our intention to organise a visit to East Timor by EU Troika Ambassadors in Jakarta during our forthcoming Presidency. You will recall that this was one of the ideas you put to me when we last met. Such a visit would be subject to the issue of a statement reserving our position on sovereignty.

I also met with a number of NGO representatives. I found my discussions with them most stimulating, and they reinforced my view of the importance of carrying forward human rights initiatives on the lines of those I had announced earlier that day. I attach a copy of my press statement and the initiatives.

Thank you too for enclosing the Draft Project for your Nobel Laureates Foundation, which I consider a very interesting initiative. As I said in my letter of 26 August, we fully endorse your initiative on an International Code of Conduct on Arms Transfers and I hope to be announcing a further push on the EU front soon.

Yours sincerely

Robin Cook

ROBIN COOK

PRESS CONFERENCE, JAKARTA, FRIDAY 29 AUGUST

OPENING STATEMENT BY ROBIN COOK, BRITISH FOREIGN SECRETARY

My visit to Indonesia is part of the first major tour to South-East Asia by a British Foreign Secretary for almost a decade. In the course of a week I will be visiting four of the five founding members of ASEAN.

I have chosen deliberately to make this tour early in the lifetime of the Labour Government to demonstrate the recognition by the new Government of the global importance of South-East Asia.

Here in Indonesia I have met at length with President Soeharto and Foreign Minister Alatas. This afternoon I will call on the Human Rights Commission and will meet with human rights activists from half a dozen NGOs.

There are three major themes to my discussion in Indonesia.

The first is the strengthening commercial relationship between Britain and Indonesia.

Indonesia, throughout the thirty years in which President Soeharto has been in office, has achieved an impressive record of sustained economic growth. As a member of a Labour Government, I particularly applaud the focus on the reduction of poverty, which has cut the number of people living in poverty from 60 per cent to 11 per cent of the population, and has doubled life expectancy for the ordinary citizen.

Britain has played its part in this success story. Britain is by a long-chalk the leading European investor in Indonesia, and is second only to Japan as a foreign investor in the non-oil-sectors of the Indonesian economy. Our exports have increased by one and a half times in the most recent five year period.

The economies of both our countries benefit from these strong economic links It is in both our interests to make them stronger. This morning I had a working breakfast with senior representatives of British business and explored with them how we can do even better in our commercial relations. In a month's time British and Indonesian Ministers will meet in Jakarta to launch a Indonesia-Britain Business Council to foster economic partnership and in particular to promote a bigger contribution from small and medium enterprises. Next Spring Britain will host the Asia-Europe Summit and we will be convening a Business Event in the City of London, in parallel with the political leaders' meeting, to enable business to share in the deepening political dialogue between our two regions.

The second focus of my discussions today has been the environment. I firmly believe that the politics of the environment will increasingly move up the agenda of international relations. All nations on the earth are equally at risk from instability in the global climate. All of us have the same motive to work together to stabilise the global climate. The warning yesterday by President Soeharto that the wet season may be two months late, is a timely reminder of the disruption to agricultural production from climate change.

At the Kyoto Conference on Climate Change later this year, it will be for the developed countries to provide leadership by accepting concrete, ambitious targets to cut greenhouse gases. Tony Blair has spelt out the bold commitment of the new Labour Government of Britain to cut carbon dioxide emissions by 20% by 2010. I have expressed to the Indonesia Government that if we are to carry our own population in meeting that tough target, we will need to be able to demonstrate that the developing world is ready to play its part in reducing greenhouse gases in the follow-up to Kyoto. Indonesia has shown serious commitment by its ratification of the major environmental treaties and conventions. As a respected member of the G77 and the Non Aligned Movement, Indonesia is well-placed to provide leadership in action to preserve our climate.

Indonesia is also vital to the future stability of the global climate as a treasure store of tropical forests. I am pleased that Britain is funding a forestry programme in Indonesia developing techniques of sustainable management and of conservation. Britain has also provided satellite equipment to enable immediate detection of forest fires in Sumatra, which is of urgent importance in view of the increasing air pollution across the region.

The third focus of my talks this morning with President Soeharto and Foreign Minister Alatas, and the sole focus of my discussions this afternoon has been on respect for human rights.

All members of the UN are required to hold the rights in the Declaration on Human Rights to be self-evident. This is not a matter of division between North and South. The principles on which those rights are based find support in both developed and developing countries.

Nor is there some kind of tension between human rights and economic progress. On the contrary those countries at the leading edge of technology are the very countries with the strongest democratic institutions.

This is no accident. The most prosperous economies of the next century will be those which have liberated the energy and creativity of their people. In the modern age, more than ever before, civil liberty and open government are not the enemies of economic success but the conditions for economic competitiveness.

Britain has recently reviewed our criteria for arms sales in the light of our commitment to human rights. The new policy which we have announced will be applied even-handedly to all countries and are not targeted on any one country. We have briefed the Government of Indonesia both before the publication of the new criteria and since the announcement of the new policy. No specific decisions have yet been made in respect of export licences to Indonesia. We will look at each case individually, and the criteria will be applied to Indonesia on the same basis as any other country.

But I want to develop a positive agenda for human rights in Indonesia. No one country should lecture another on its duty. But all members of the UN must work together to ensure that universal standards are observed.

It is in that spirit of offering a constructive partnership with Indonesia that I announce today a six point plan to assist human rights in Indonesia. The details are set out in a separate note. But the key points are practical support for the work of the national Human Rights Commission and other NGOs working in this field, a programme of contacts and training involving British police and other experts, and a new focus on human rights and good government in our scholarships for Indonesians in the UK.

One issue which raises particular concerns for human rights is East Timor. Last night in preparation for my meetings with Ministers I phoned Bishop Belo, the Nobel Prize Winner, who is at present on a pastoral tour of East Timor. He told me that the reports he was receiving as he went around the countryside were of a hardening of the military presence.

I want to underline Britain's full support for the UN dialogue on East Timor. Before leaving for the region I discussed the progress of that dialogue with Ambassador Marker, the Special Envoy of the Secretary General. I assured him of Britain's willingness to help in any practical way that we can, and today I can announce two specific measures that we are taking to assist the search for a just solution.

The opportunity for the East Timorese people to take part in the UN is provided by the All Inclusive Intra East Timorese Dialogue, which brings together representatives of East Timorese opinion from East Timor and abroad. The next round of these talks will be held shortly in Austria. I am pleased to announce that at the request of the Secretary General, Britain will be making a significant contribution to the costs of those talks. This is a practical demonstration of the commitment of the new Labour Government to finding a solution acceptable to the peoples of East Timor and of Indonesia.

It is of course not acceptable that dialogue about their future should be confined only to those East Timorese who can travel to Austria. It is important also to hear the views of the mass of the population in East Timor. Britain is now a member of the Troika of the European Union and from January will be the President of the European Union and therefore of the Troika. I can announce today that Britain is proposing to our European partners that there should be a European Troika visit at Ambassadorial level to East Timor. We would hope that such a visit could take place under the British Presidency, and would enable Europe to be more fully informed of the situation in East Timor and of the views of its people.

Finding a lasting solution to the conflict in East Timor will be of immediate benefit to those who live there. But I also believe that it will be of value to Indonesia. This country is the fourth largest in the world and the largest Muslim country. It is entitled to be centre stage in international institutions, such as the UN, but it will always be more difficult for the rest of the world to accord it that role so long as Indonesia is in breach of Security Council Resolutions on East Timor.

Britain respects the immense economic achievements and social progress of Indonesia over the past generation. We want Indonesia to play its full part on the international stage. We seek strengthened cooperation over economic development. And we offer a partnership of political equals in the Asia-Europe dialogue. We speak as friends of the Indonesian people, but the truest friends are those who are prepared to speak candidly when necessary. I leave after this visit confident that we understand each other better, and optimistic that we can achieve a partnership that addresses all three of the issues I have highlighted.

PROGRAMME FOR HUMAN RIGHTS PARTNERSHIP

- I shall begin this afternoon by assuring the national Human Rights Commission that we will maintain our support for their work. Mr Marzuki, the Vice Chairman of the Commission, recently came to London as our guest and we arranged a full programme for him; I myself had a useful first meeting with him then. In July we funded three other senior members of the Commission to attend an international human rights course in the UK last month.

- I will today step up our cooperation with the National Human Rights Commission by offering material support for their work. We shall be offering the Commission funding for computers and other equipment to help them develop and maintain a high-quality database on individual cases of concern. I am also presenting the Commission with a substantial collection of books on good governance subjects, democracy and public administration. The British Council will be following this up with training to enhance the quality and effectiveness of the Commission information centre.

- The legal and judicial system will be a focus for our engagement. The Legal Aid Foundation, the LBH, are an NGO who have established a sound reputation in looking after the interests of defendants who might otherwise go without proper representation. Their development plans, including the development of a nationwide information network deserve the support of the international community. We shall be contributing towards the cost of computer equipment and software and training to be used for the development of their database of cases of concern; we expect also to be able to fund some other training attachments for LBH staff.

- We already have a substantial scholarship programme for Indonesia. This gives young Indonesians from a range of backgrounds the opportunity to study in the UK and see for themselves how an open and plural democracy functions. In future we shall specifically earmark around 20 scholarships each year to students whose areas of study relate to our new focus on human rights and good government.

- We shall help support additional training opportunities for Indonesians working in areas related to human rights. In 1998 we shall offer funding for 3 Indonesians to attend the Oxford University course on International Human Rights Law.

Lastly, I believe that we can and should make a significant contribution in the field of police training. British police have a well-earned reputation for sensitive handling of public order problems; Indonesian officers can gain from this experience. We are now assessing what concrete contribution we might make in this area, perhaps in cooperation with our EU partners. But as an initial step, I can announce that we shall be organising a lecture series on modern policing methods, involving British police experts, to take place here in Indonesia.

Rt. Hon. Robin Cook, MP.
Foreign & Commonwealth Office
London SW1A 2AH

2 September 1997,

I learned with horror the news of Lady Diana's untimely and tragic death. I joined with millions of peoples around the world in offering the immediate family members, the Royal Family, the British government and people my deepest sympathy and condolences.

Lady Diana will live for ever in our hearts and minds as a dignified, youthful and compassionate woman who cared for the poor and underpriviledged of the world.

I join you, my dear friend, in your grief.

Rt. Hon. Robin Cook, MP.
Foreign & Commonwealth Office
London SW1A 2AH

29 August 1997

I thank you for your letter, dated August 26, which reached me only an hour ago.

In the meantime, I heard through BBC and the international media, your statements on your visit to Jacarta. I am most grateful for your courageous stances on the issue of East Timor.

Your letter explaining your position on the sale of arms to Indonesia is clearly understood and I fully sympathise with the difficulties you face in trying to balance an ethical and moral foreign policy with conflicting pressures and interests in the day-to-day running of international diplomacy. However, the positive thing is that your Government is engaged in listening to all, in dialogue, as demonstrated with Bishop Belo and myself, and in supporting human rights organisations inside Indonesia in order to bring about democracy and the rule of law in that country.

I am presently working with Oscar Arias and other Peace Prize laureates, namely Eli Wiesel, in trying to set up a Nobel Laureates Secretariat or Foundation which might be headquartered in London. I attach a Draft Project of this organisation to be, for your perusal.

Yours sincerely

Foreign &
Commonwealth
Office

London SW1A 2AH

From The Secretary of State

26 August 1997

Dear José,

Thank you for your letter of 24 July about our policy on defence exports to Indonesia.

I mentioned to you when we last met that the Government was carrying out, as part of our commitment to an ethical foreign policy, a review of the criteria to be used in considering licence applications for the export of conventional arms.

On 28 July I announced the conclusions of the review: I attach a copy of the announcement for your information. The new criteria are fully in line with the Government's pledge to add an ethical dimension to foreign policy. The new criteria will of course apply to Indonesia, just as to other countries, and careful case by case consideration will be given to all applications.

Under the new criteria, we will not issue a licence if the arguments for doing so are outweighed by the need to comply with the UK's international obligations and commitments, or by concern that the goods might be used for internal repression or international aggression, or by the risks to regional stability.

The nature of the equipment proposed for export will be carefully considered. Certain goods have more obvious potential for use in internal repression than others, such

Mr Jose Ramos-Horta

as armoured personnel carriers specially designed for internal security. Any proposed export which is intended by the recipient country to be used for internal security purposes will be considered particularly carefully. We will not issue an export licence if there is a clearly identifiable risk that the proposed export might be used for internal repression. But the Government do not believe that an embargo on defence exports to Indonesia is justified.

The present Government was not responsible for the decisions on export licences made by the previous Administration. We do not, however, consider that it would be realistic or practical to revoke licences which were valid and in force at the time of our election.

I fully endorse the New York initiative taken by Nobel Peace Prize Laureates, including yourself, to lauch an international Code of Conduct on Arms Transfers. Britain has taken a similar approach: we believe it is important that the Government's policy of seeking to prevent certain regimes from acquiring certain equipment is not undermined by foreign competitors supplying them. The Government have therefore also said that we will work for the introduction of an EU code of conduct setting high common standards to govern arms exports from all EU member states.

It was good to hear from you again so soon after our recent meeting. I found it very useful, as I hope you did, to discuss our perspectives and to common points in our approach to Indonesia. I shall be carrying a firm message about East Timor and about human rights in Indonesia itself when I visit Indonesia next week.

Yours sincerely

Robin Cook

ROBIN COOK

FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE

ews Department, Downing Street (West), London SW1A 2AH Telephone: 0171-270-3100 Fax: 0171-270-3

Press Release

Monday 28 July 1997

FOREIGN SECRETARY ANNOUNCES NEW CRITERIA TO ENSURE RESPONSIBLE ARMS TRADE

The Foreign Secretary Robin Cook issued the following statement:

"Britain is one of the largest arms exporters in the world. That leading position obliges us to take seriously the reputation of the arms trade. Success and responsibility go hand in hand.

Today I am announcing the new criteria which the Government will apply to all licences for arms exports. They are universal criteria. They are not aimed at any one country in particular, but they will apply even-handedly to all countries.

The new criteria put into effect our manifesto commitment that "Labour will not permit the sale of arms to regimes that might use them for internal repression or international aggression".

The new criteria will stop the export of equipment "which has obvious application for internal repression, in cases where the recipient country has a significant continuing record of such repression".

In a separate parliamentary answer I am fulfilling another manifesto commitment to halt the export of equipment used for torture. The Government will now prevent the export under any similar instruments of inhuman or degrading [illegible]

The Scott Report on the supply of arms equipment to Iraq revealed the dangers of such decisions being taken in secret. In order that parliament and public can observe that the new policy is being enforced, I am today committing the Government to an annual report on the application of arms exports. An informed public debate is the best guarantee of responsible regulation of the arms trade.

Today's criteria will apply to all arms exports decisions taken by the present Government, including those on applications for a licence held over since 1st May, pending today's announcement. It is not practical to backdate these new criteria, to apply to decisions on licences already taken by the previous administration.

In my policy statement before the general election I set out eight steps towards a responsible arms trade. Today's announcement means that we have already taken four of those steps.

a) We have revised the criteria to halt exports which might be used for internal repression or external aggression.

b) We have stopped the export of equipment used for torture.

c) We have increased the transparency of the arms trade through the introduction of annual reporting.

d) We have banned the production or export of anti-personnel landmines.

The remaining policy commitments relate to international measures such as the introduction of a European Code of Conduct and strengthening of the UN Conventional Arms Register. We will now press for such international action, in order that the measures we have taken, to stop repression or aggression, are not undermined by other countries acting less responsibly.

The Government is committed to a strong and successful British assist our defence industry in [illegible] while reducing the risk that British exports might be misused."

Notes for Editors

1. Copies of the answers to the written Parliamentary Questions are attached.

2. The Foreign Secretary announced on 22 May an urgent review of the detailed criteria used in considering licence application for the export of conventional arms. This review was taken forward by officials from the FCO, MOD, DTI, DfID, HMC&E and HM Treasury.

3. This tighter arms export regime, and the widening of the ban on the export of torture equipment, are two of the Labour Party's "Policy Pledges For A Responsible Arms Trade", made on the first anniversary of the Scott Report.

4. The Foreign Secretary undertook to make a new criteria available to the House when the Review was complete. Today's announcement makes good that undertaking.

Rt. Hon. Robin Cook, MP.
Foreign Secretary
United Kingdom

July 24, 1997

Dear Mr. Cook,

It was an honour and a pleasure to meet you again last month, this time in your capacity as Foreign Secretary.

As I stated to you during our meeting, the Hawk aircraft is no longer being used in East Timor. However, I believe that from a moral and ethical point of view, but also a security and strategic consideration, no weapons of any sort should be sold to a regime that engages in gross and systematic human rights violations.

This stand does not apply solely to the Indonesian government. It is rather a principle to which I subscribe fully as a member of the Nobel Laureates' Commission on Arms Transfers. Indeed, on the 29th of May, 1997, a group of Nobel Peace Prize Laureates gathered in New York at the initiative of former President of Costa Rica, Oscar Arias, to launch an International Code of Conduct on Arms Transfers, which is presently being discussed in the European Parliament and the US Congress.

I believe that the best course of action to be followed with regards to Indonesia is a temporary freeze on all new arms delivery to Indonesia for a period of years, until there is clear evidence that the regime is embarking on meaningful reforms with respect to civil and political rights. As you know, the Suharto regime is coming under increasing challenge domestically with millions of Indonesians demanding freedom and rule of law. It would therefore send the wrong message for your government that has promised a moral and ethical Foreign Policy to continue with policies of, and to honour existing contracts agreed to, by the previous government.

I understand the dilema you face in trying to reconcile the ethical and moral imperatives with contractual arrangements inherited from your predecessors. However, I believe that the best course of action, which would only enhance your prestige, would be to stand firm in the face of economic interests and dictatorial regimes.

Warmest regards,

JOSÉ RAMOS-HORTA
1996 NOBEL PEACE PRIZE LAUREATE
LISBON OFFICE
Phone Nr: + 351 - 1 - 886 37 27 / 886 37 23
Fax Nr.: + 351 - 1 - 886 37 91
E-mail: np98gf@mail.telepac.pt

Lisbon, 2nd May 1997

Dear Robin,

Congratulations on the victory of the Labour Party.

The change which Mr. Tony Blair and the Labour Party so courageously fought for raises new hopes and expectations on the role that the United Kingdom may now have in contributing towards the solution of the East Timor question.

I, in my capacity of Personal Representative of the jailed East Timorese Resistance leader - Xanana Gusmão - count on you, and offer our congratulations and best wishes in the Foreign Office.

I recall with great pleasure the meetings we recently had in London. I am planning to be in England from 7th to 12th July. I understand how extremely busy your schedule will during the coming months, however, I would have an enormous pleasure in taking up your kind invitation to meet you 'in your larger office'.

With warmest regards,

José Ramos-Horta

José Ramos-Horta

To: Mr. Robin Cook
Labour Party Head Office
London - UK
Fax nr.: 00-44-171-828 2847

Department for
International Development
94 Victoria Street, London SW1E 5JL

Telephone: 0171-917 0134

From the Secretary of State

José Ramos-Horta
c/o Paul Barber
British Coalition for East Timor
PO Box 2349
London E1 1HX

13 July 1997

Dear José Ramos-Horta,

I was glad to have the chance to meet you on 8 July and hear your views about the situation in East Timor.

Thank you again for the wonderful scarf and copy of the lectures delivered at the 1996 Nobel Peace Prize Award Ceremony.

Yours sincerely

Clare Short

CLARE SHORT

DISCURSOS:

- Intervenção na Sessão de Abertura da Cimeira Paralela a Cimeira da APEC em Vancouver, Canada (texto em Inglês), 1997
- Intervenção perante o Comité Especial de Decolonização da ONU (texto em Inglês), 1997
- Intervenção na Reunião dos Ministros de Negócios Estrangeiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1997
- Tradução em Português do Discurso de Aceitação do Prémio Nobel da Paz, 1996
- The CNRM Initiative and the Israeli-Palestinian Agreement on Self-Government (texto em Inglês), 1995

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

The APEC Conglomerate

and

Human Rights and Rule of Law,

Principles Vs Realpolitik

by

José Ramos-Horta

1996 Nobel Peace Prize Co-Laureate

Vancouver, 19 November 1997

José Ramos-Horta is a Visiting Professor at the University of New South Wales, Sydney, founder and member of the Board of the Diplomacy Training Program in the Law Faculty. He is the Special Representative of the National Council of Maubere Resistance (CNRM), umbrella organization comprising all East Timorese groups opposed to Indonesia's occupation of East Timor, and personal Representative of Xanana Gusmão, imprisoned leader of the Resistance. In 1996, he received the Nobel Peace Prize jointly with the Head of the Catholic Church of East Timor, Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo. Mr. Ramos-Horta is member of the Commission of Nobel Peace Laureates on Arms Transfer. He is also founder of the Nobel Laureates Foundation, an independent coordinating secretariat of all Nobel laureates.

First, I would like to thank the Canadian Labor Congress, and organizers of the People's Summit on APEC for their kind invitation extended to me to join in this gathering of NGOs and peoples of the Asia-Pacific region. To all who have put so much effort, time and resources to make possible this gathering of citizens from so many countries I wish to extend my warm congratulations and warm gratitude.

My special gratitude to friends of East Timor in Canada for their kindness and generosity over the years of struggle to keep the flame of hope alive. Many Canadians have been very kind in sending me flowers. Their kind gesture touched me deeply. To all, including the Premier of British Columbia, the Hon. Glenn Clark, who was so gracious in meeting with many of us today, my sincere appreciation for your warm hospitality.

Whenever I am compelled to appear before a distinguished audience as this one today I always wish that instead of me someone else be here today. It could be Xanana Gusmão, a gifted poet, writer and journalist. He is also the possible reincarnation of the romantic El Che who died 30 years ago in the jungles of Bolivia.

Xanana, like Mandela is now serving a 20 year prison sentence in a foreign land. Four months ago, Xanana was summoned from his prison cell in Cipinang, Jakarta, for a meeting that is the dream of many common mortals, a meeting with one of the most extraordinary individuals this century has produced, Nelson Mandela. During his state visit to Indonesia, President Mandela asked Suharto that Xanana be allowed to see him. First Suharto said no but then relented and the former prisoner Mandela saw the prisoner Xanana for a 2 hour dinner and meeting.

But Xanana cannot be here today. Another East Timorese who should be here is my fellow countryman and Nobel Peace Prize co-Laureate, Bishop Carlos Ximenes Filipe Belo. He is the symbol of the resilience, determination, courage and generosity of the Timorese Church, a church which has always stood with the people, guiding it over the ages, through good and bad times, through war and through peace.

Another person, a far more eloquent spokesperson for the peoples of the Asia-Pacific region, for the men and women of Asia, in their struggle for peace, freedom and dignity, who should be here today, an extraordinary woman, a woman of courage, intelligence, vision and dignity, is Daw Aung San Suu Kyi, leader of the people of Burma. However, this courageous and kind woman is a hostage in her own country.

A year ago I got the shock of my life when the Nobel Peace Committee in Oslo announced the names of the two laureates for 1996. However, I have always taken the view that the prize is not a tribute to the work and commitment of individuals. No single individual has the exclusivity of dedication and determination to pursue this often lonely struggle throughout the years.

The Prize is in reality an honor to the struggling East Timorese people, young and old, women and men, who have given their lives for the cause of peace and self-determination; Bishop Carlos Belo's predecessor, the late Dom Martinho da Costa Lopes, the unknown priests and nuns, lay workers of our generous and humble church; the students and school teachers; civil servants and taxi drivers; the brave freedom resistance fighters, and the underground activists. These are the true heroes who have been honored by the Nobel Peace prize.

But our work would have been even more lonely without the selfless support of our friends around the world. In these long 22 years, our friends of all walks of life in all five regions of the world helped us, fed us, gave us their beds, dedicated long years of their lives to this campaign against injustice. East Timor has been for them a universal cause, a test of human being's own morality.

Ladies and gentlemen, dear friends:

We are gathering here at a time of extraordinary challenges and hope, hope that the challenges of today will inspire and compel us, peoples and governments, to work towards economic and political reforms that will guarantee peace and prosperity in the Asia-Pacific region.

We are at the dawn of the Third Millennium and thus we should reflect on what has been the last hundred years of the history of humanity, on the extraordinary positive achievements in every level of human activity but also on the darker side of our humanity.

From the time when daring Portuguese navigators sailed out of the Tagus river in early XV century to the Apollo missions in the 60's, the advances in transport and communications technology have been astounding. But the scientific and technological progress also brought about incalculable destruction and suffering. The slave trade which uprooted an estimated ten million Africans from their beloved villages in West Africa was made possible in part by the scientific knowledge acquired in sea voyage. The genocide of Indigenous peoples in the Americas and Australia must also be weighed in our reflection.

However, the magnitude of the destruction brought about by human beings against its fellow human beings did not begin and end with the slave trade and the colonization of the Americas, Africa and Australia. The greatest leap in scientific progress has been registered in this century of ours that is coming to an end. However this century has also been witnessed to some of the worst barbarism that human kind is capable of.

The genocide of the Armenians by the Ottoman Empire, the Jewish holocaust and the crimes against the gypsies in the 40's, the apartheid system in South Africa, the Chinese occupation and destruction of Tibet, the Vietnam war and the bombing of neutral Cambodia, the tragic events of 1965-66 in Indonesia that cost the lives of over a million Indonesians, the Khmer Rouge brutalities in the 70's, the Afghan war, the Iran-Iraq war in the 80's, the brutal war against the Eritrean people, the continuing persecution and denial of the rights of the Kurdish, the on-going occupation of East Timor, the tragedy in the Great Lakes region, stand out among the most serious crimes of this century.

I am conscious that I have left unmentioned many other tragic situations and for this omission I apologize.

The progress in the struggle for human rights

However, in spite of the dark history and present, we can take consolation in that significant progress has been made in the last 50 years in the global struggle for human rights and the rule of law. The international community through the UN and at regional level has developed an impressive mass of binding international legislation and protection mechanisms that were unthinkable in the past.

As the world becomes a village through the extraordinary revolution in the field of international information and communications, crimes such as the slave trade, colonization and genocide of the indigenous peoples in the past centuries are no longer possible.

Gross and systematic abuses of human rights violations occurring in many countries do not escape public attention. The CNN and other global TV stations, the air waves of BBC and other important short wave broadcasting systems reduce the isolation, the distance and connect millions of peoples around the world. Tyrants that were immune to international scrutiny only a decade ago are no longer safe.

As much as the struggle for human rights and the rule of law remains a daunting task, we can feel optimistic because the world is becoming smaller and unsafe for tyrants.

However, in the Asia-Pacific region, there are a few individuals in power who are attempting to derail the gains made by the international community. In the July meeting in Malaysia between the ASEAN countries and its Western cooperation partners, Prime Minister Mahatir Muhamad of Malaysia and Foreign Affairs Minister Ali Alatas of Indonesia declared war on the Universal Declaration of Human Rights.

Both leaders claimed that this is a document representing a minority view point and should be revised to accommodate "Asian values". However, the proponents of the "Asian values" theory have never actually articulated a set of "Asian values" that is supposedly different from the principles and values embodied in the Universal Declaration of Human Rights.

This is the time for us to celebrate the 50th anniversary of this historic document. Instead we are all being challenged by Mahatir, Suharto, Lee Kuan Knew, Li Peng, the SLORC, Khameini and Saddam Hussein, that the Universal Declaration should be revised to accommodate the views of these gentlemen, namely, the views that Asians have their own human rights and cultural values different from those from Europe, Latin America and Africa.

These are not new arguments. Throughout the sixties and seventies, we heard similar arguments by the communist bloc, i.e., that human rights and fundamental freedoms were a Western concept that stood against the collective rights.

Ironically with the collapse of the communist bloc this argument has been appropriated by certain Asian regimes, a mixed bag of military dictatorships, Islamic autocrats that have their own peculiar interpretation of the Koran.

The human rights debate is not a conflict between the rich North and the impoverished South. It is rather a struggle of principles and ideals between the democracies and the despotic and undemocratic regimes.

Human rights are not only a moral imperative. Human rights, fundamental freedoms and the rule of law are also the only real guarantee of peace and stability that are necessary for economic progress. In an authoritarian or totalitarian state without an elected parliament, independent judiciary, a free and dynamic media, corruption becomes pervasive, saps the resources of the country, personal fortunes are accumulated, the gap between the rich and poor becomes wider and wider.

Human rights and national interest

I understand the difficulties in managing inter-state relations in a changing and volatile world, in a world increasingly smaller, competitive and interdependent. However, I believe that national interests cannot be defined only in terms of trade advantages and other quantifiable gains.

A country is worth its name if it can be respected for its independence and integrity, adherence to ethics and principles in its relation to other countries, prepared to politely but firmly to disagree with its friends. Should discreet diplomacy be the rule in relations among states, it should not mean abandonment of basic values and principles.

The promotion and defense of human rights might sometimes require a public and frank statement reflecting the concerns of a country. As it is the case in life, sometimes we win, sometimes we lose. Sometimes we have to pay a certain price for what we believe in.

The Jewish holocaust and Realpolitik

The Jewish holocaust could have been prevented by the powers that be at the time, namely the US, France and the UK. Reports of persecution of Jews in Germany and elsewhere in Europe were reaching European capitals and Washington. There were confidential reports warning about the rising tide of Nazism and persecution of Jews.

In 1939, a boat carrying 900 Jews refugees fleeing Nazi Germany was anchored off Florida waiting for clearance to land. After two weeks they were told that were not welcome and the boat was turned back.

The prevailing policy at the time in the US and UK was that Hitler should not be confronted. Appeasement was the preferred option, dictated by pragmatism and Realpolitik. The Jews were after all an expendable people in the grand scheme of national interests. More than six million Jews and hundreds of thousands gypsies were murdered because those would could have stopped the evil chose appeasement.

Justice Robert Jackson, Chief Prosecutor of the Nuremberg War Crimes Tribunal, said:

> ***The wrongs which we seek to condemn and punish have been so calculated, so malignant and so devastating, that civilization cannot tolerate their being ignored, because it cannot survive their being repeated*** .

However, similar crimes are continuing because those in government allow them to happen. The Jewish Holocaust happened because the powers that be at the time chose pragmatism and appeasement over moral leadership and humanity. The defenseless Jews who were marched to their deaths were a mere footnote to the apologists of Realpolitik and pragmatism in their pursuit of appeasement towards Hitler.

It was pragmatism that drove the West to support Saddam Hussein in the Iran-Iraq war in the 80's. For the practitioners of pragmatism, Saddam Hussein was a moderating influence in the Gulf region that could contain the spread of Islamic fundamentalism from Iran.

Even when the world watched in horror the gassing of thousands of Iranian Kurdish women and children by the Iraqi air force, the West continued to chose pragmatism over principles.

In February 1990, US and European diplomats were busy in the UN CHR in Geneva trying to stop a draft resolution critical of the human rights situation in Iraq. Their argument was that "significant progress" was being made in the respect for human rights in Iraq. A few months later, Saddam Hussein became the worst evil in the world when his troops invaded Kuwait.

The immorality of arms sales

Since the end of the Cold War, at least four million people have lost their lives in 30 conflicts around the world. Over 40 million people died in conventional wars since the end of World War II. There are 40 million refugees or displaced persons around the world.

While I do not wish to oversimplify the often complex nature of some of these conflicts, no one can deny that the arms trade is the single most serious cause of such much destruction.

A recently established Commission of Nobel Peace Laureates has urged governments to adopt an International Code of Conduct on Arms Transfers. The Code would require that all arms recipients meet certain criteria, namely, compliance with international human rights standards, humanitarian law, respect for democratic rights and the rule of law. We are conscious that what we are proposing does not go far enough. However, we believe that the adoption of such a Code could contribute to peace in the world.

I fully share President Clinton's concern about the proliferation of modified assault rifles in the US and fully support his decision to block permits already issued to dealers for 600,000 guns and freezing applications to import a million more. ("President Imposes A Hold on Imports of Assault Rifles", *New York Times*, November 15, page 1).

In a radio address, President Clinton said: "I am not going to let people overseas turn our streets into battle zones..."

Those of us in the developing world who have seen our countries and people destroyed by weapons sold by the US and other industrialized countries to our despotic regimes could not agree more with President Clinton's sentiments of revulsion.

Developed countries accounted for 93% of all weapons export in 1994. The US accounted for over half. In 1993, the US sold 73% of all arms to the developing world. Of the recipients, 90% were not democracies and over two-thirds were on the US State Department list of human rights violators.

It is rather ironic that the five permanent members of the UNSC that are supposed to look after our collective security, are also the biggest arms merchants of the world fueling and profiting from the wars.

The Asia region is the fastest growing arms market and Indonesia is second only to China in arms build-up.

I applaud the recent decision by the US Congress in prohibiting the use of American weapons in East Timor. I also commend the Clinton Administration as well as the British Labor government for the initiatives taken in pressing the Suharto regime to improve its record and engaging the Indonesian democracy movement in dialogue. However, they can and should do much more when we bear in mind their much greater responsibility.

Dear friends, ladies and gentlemen:

I would like to share with you some excerpts of a story that appeared in IHT, October 27. The title reads: "The Mood Darkens as Haze Spreads Across Southeast Asia".

Tigers and elephants are fleeing the burning jungles. Birds are falling from the murky skies. Schoolchildren are fainting at their desks. Ships are colliding at sea.

As a filthy haze from vast Indonesian forest fires continues to darken the sky across seven Southeast Asian nations, illness, ecological destruction and economic hardship are growing.

After four months, the man-made fires, set on the heavily forested islands f Borneo and Sumatra to clear land for crops, are spreading rather than shrinking. And with Indonesia suffering its worst drought in 50 years - a result of El Niño weather disturbances - no one knows how many weeks or months it will be until the monsoon rains finally arrive to douse the fires.

Smoke from the fires, mingling with urban pollution, has spread form Indonesia into Malaysia, the Philippines, Singapore, Thailand, Brunei and Papua New Guinea.[...]

Well-connected palm oil plantation owners and pulp-and-paper companies in Indonesia have continued clearing land by burning off vast tracts of jungle, seemingly immune to laws or punishment. [...]

The immediate effects of the smog have been dramatic. Airports have closed and flights canceled around the region. Uncounted days of work have been lost as factories and mines have shut down and hundreds of thousands of people have fallen ill with respiratory ailments. [...]

Already it has affected agriculture, and food shortages and rising prices are predicted. Reduced sunlight is slowing the growth of fruits and vegetables and reducing yields of corn and rice. The smoke is tainting cocoa crops. Birds, bees and insects have disappeared in many areas, disrupting pollination.

Indonesia is the world's leading producer of robusta coffee beans, largely used for instant coffee. It is the world's second leading producer of cocoa and palm oil and is a major producer of rubber. All have been affected.

Hundreds of people are reported to have died from starvation, dysentery and influenza. Some doctors say there could be a severe long term toll on health that may not show itself for years, particularly among the young, the old and people with respiratory problems.

Prime Minister Mahatir Muhamad blames George Soros for the stock market and currency debacle in Thailand, Malaysia and Indonesia. Megaprojects, delusion of grandeur, corruption, lack of transparency and accountability, cronyism, nepotism, mismanagement, are not the real problems that have brought down the edifices of arrogance erected by our despotic rulers. The culprits are to be found elsewhere.

When will the leaders and elites of Asia learn about modesty, humility, discretion, social justice and tolerance, virtues that are to be found in the ancient teachings of the Khoran, Budism and Hinduism? They who claim to be the guardians of "Asian values" seem to be the very ones who ignore certain sacred teachings of the Eastern religions and philosophies.

The APEC leaders may continue to pretend that human rights and fundamental freedoms, labor, women, minority and indigenous rights, are abstract notions without a place on its agenda. However, it is the policies espoused by the IMF, World Bank and APEC leaders that are responsible for the environmental disaster in Indonesia and for the demise of the so-called "tiger economies", resulting in misery for millions of peoples in Indonesia, Malaysia and Thailand who have lost their savings and lively hood.

It would be amusing if it were not so tragic, to say the least , to see how the so-called experts who until recently took credit for the alleged "economic miracle" in East Asia are now conveniently silent.

The enormous wealth and the potential of the APEC region are obvious. The GDP, population and trade figures speak for themselves and I need not elaborate. However, APEC's political diversity comprising rich and democratic countries as well as some of the poorest and most repressive regimes of the region reduce it to essentially an annual extravaganza of leaders and bureaucrats who are alienated from the common peoples problems and real needs.

When a group of leaders meet and ignore the choking clouds of forest fires, the misery of the poor who lost their savings and jobs, indifferent to the armies of peasants and workers expelled from their land, the labor leaders, students and activists imprisoned because of their opinions, then it is courting revolution.

In a recent meeting in Washington with senior American Administration officials I recommended that the US should lead the rescue of Southeast Asian economies at this time of severe crisis in the region. Regardless of the responsibilities for the economic catastrophe in Thailand, Malaysia and Indonesia, the reality is that millions of poor people are being affected and many more will be out of job in the next few months.

Beyond the moral and humanitarian consideration, I believe that there is a serious potential for political and security turmoil in the region if the economic and financial crisis is not met with strategic vision.

A strategic vision entails a comprehensive approach in addressing not only the immediate economic problems but also the underlying causes of the crisis. There has to be a serious reevaluation of the development strategy taking into consideration the human and environmental factor.

In final analysis, APEC will not be able to sustain itself if economic growth and trade liberalization remain its only concern. The peoples of Asia will not allow their environment and natural resources that are the sources of their lively hood to continue to be plundered at such an extraordinary cost to them.

A rescue package must include specific measures on political reform. Indonesia should allow the formation of independent trade unions, release all political leaders, lift Press censorship, abolish the death penalty and ratify the Torture Convention. These are only some of the steps that should be taken immediately. An economic rescue package to the tune of US$40 billion dollars as has been reported without serious political reforms will make a mockery of the Indonesian people.

The situation in Burma

The situation in Burma demands action beyond the annual ritual of the UN General Assembly and CHR resolutions.

The military junta in Burma which defrauded the Burmese people and the international community should be denied a seat in the UN General Assembly, as the South African apartheid regime was denied a seat in the past.

In the late 70's, the ASEAN countries, supported by the US, also succeeded in blocking recognition of the government installed in Phnom Penh after the Vietnamese intervention in 1978.

If the international community wishes to move beyond rhetoric and send a clear signal to the SLORC, the denial of its credentials by the GA Credentials Committee is one course of action to be considered.

The current sanctions initiated by the US and EU though commendable are totally inadequate. Prohibiting only new investments in Burma while maintaining existing ones seems to me to be an empty gesture. Existing business and investments in Burma are the problem and they must pull out.

China, Taiwan, Tibet

When the UN SC debated the issue of East Timor in 1975 and 1976 China was our closest ally. I worked closely with very able Chinese diplomats. In spite of the indifference of the other four permanent members, China, along with other non-permanent members, succeeded in pushing the SC to adopt two resolutions on East Timor.

It is with this feeling of gratitude and admiration for China that I appeal to the Chinese leaders to listen to their own people's opinions and desires for a more open society, based on the rule of law, democracy, freedom of speech. These are after all rights that are granted to each Chinese citizen by their own Constitution.

Wei Jingsheng is one of China's best child. He is being wasted away when his talents could best be used in the service of his fellow Chinese people and country. His release is reason for some celebration only because he has been given a chance for medical treatment. However, I find it ironic that often we have to express gratitude to our despots when they release a prisoner whom they should not have arrested anyway.

The people of Taiwan have shown great maturity, responsibility and commitment to peace and democracy. As long as there is no progress on the issue of peaceful reunification or on any other option for the future of Taiwan, I believe that the cause of peace can best be served if Taiwan is granted observer status in the UN. The observer status was granted in the past to South and North Korea, South and North Vietnam.

After all, China has not objected to Taiwan joining the APEC in recognition of its great importance. Observer status as an interim measure would make justice to the 21 million people of Taiwan.

China should listen to the voice of peace and moderation of the Tibetan people. For many years the Tibetan spiritual leader, His Holiness the Dalai Lama, has offered a moderate peace proposal to the Chinese authorities to settle the Tibetan conflict.

Human rights for the Chinese people, the issues of Tibet and Taiwan are the three major challenges for the Chinese leadership and the world community.

The struggle for self-determination in East Timor

Allow me now to turn to the question of East Timor. For a better understanding of the conflict I will set it in its historical and geopolitical context.

You might recall a picture that made headlines in the spring of 1975. I am referring to the picture of an American helicopter landing on the rooftop of the US Embassy in Saigon to rescue remaining diplomats, CIA operatives and a few privileged South Vietnamese stooges as Saigon fell to the Vietcong. Cambodia and Laos followed. This picture illustrated better than a thousand words the ignominious American retreat from Indochina. For the leaders in Moscow it was the beginning of Russian expansion and influence, the implementation of the Brezhnev doctrine.

It was in this geopolitical context that President Gerald Ford and his Secretary of State, Henry Kissinger, visited Jakarta in early December 1975 as part of an Asian tour to reassure Asian leaders that the US would continue to honor its security commitments in Asia.

The invasion of East Timor which took place within hours of Ford's departure from Jakarta was a mere footnote in the geopolitical events of 1975. Thousands of East Timorese who died in the days, weeks, months and years that followed were mere footnotes to the Vietnamese and Cold Wars.

The right of the people of East Timor to self-determination is widely recognized. This UNSC resolution called on Indonesia to withdraw its troops from East Timor "without delay" and "affirmed the right of the people of East Timor to self-determination".

From 1975 onwards, the US was an accomplice in one of the greatest aggression of modern times. US supplied weapons and diplomatic backing to Indonesia, while ignoring the extraordinary brutalities of the Indonesian army in East Timor.

The end of the Cold War took away from Indonesia and the US the strongest rationale for supporting the invasion and annexation of East Timor, namely the threat of Communism.

However, Indonesia and its friends try a new scare tactic, that Indonesia would disintegrate if it were to allow East Timor to go free. This might have some validity if East Timor were an historical part of Indonesia. This is not the case. East Timor was colonized for almost 500 years by the Portuguese and has forged a strong cultural and religious identity, older than the history of the US and that of most Latin American and African states.

I understand the legitimate concern of countries in preserving their national unity and territorial integrity. Many developing countries, Indonesia being a prime example, experienced a traumatic nation-building process with numerous attempts from within and without to undermine the unity of the state.

But governments must be sensitive and wise with regard to the basic demands of their own people. In most cases these demands are not for secession. They ask to be allowed to survive as a people with a language and a culture. They ask that their land and environment be protected from rapacious multinationals. Only when these basic demands are not met do they resort to other forms of struggle, with an escalation in their demands..

I do not hold the view that an independent state has to be homogenous, ethnically, culturally or religiously. Examples abound of multi-ethnic states that live in peace, based on shared concerns and destiny, on a degree of genuine political and administrative autonomy for each component, and of deep respect for each other's heritage and aspirations.

The CNRM Peace Initiative

For more than 20 years now, I have argued for a peaceful resolution of the East Timor conflict through dialogue between us and the Indonesian side. These views haven't changed.

Our imprisoned leader, Xanana Gusmão, has proposed and reiterated time and again our very basic stance. We remain ready to enter into a process of dialogue with the Indonesian authorities, under the auspices of the United Nations, without pre-conditions, to explore all possible ideas towards a comprehensive settlement of the conflict.

In 1992, I articulated a peace proposal, which I believe to be a reasonable way - even if it is not the only one - to end the conflict. This peace initiative was first outlined when I addressed the Sub-Committee on Human Rights of the EU in April 1992 and it remains valid today.

Phase One - (one to two years)

This phase which should take up to two years to be fully implemented, would involve all three parties working with the UN to implement a wide range of "confidence building measures", but would not deal with the core of the problem which is the issue of self-determination. This phase of the talks must focus on achieving:

Immediate end to all armed activities in East Timor; reduction of Indonesian troop presence to a maximum of 1,000; release of all political prisoners; reduction by 50 per cent of Indonesian civil servants in East Timor; stationing in the territory of UN Specialized Agencies such as UNICEF, UNDP, WHO, FAO.

These are some of the ideas which I believe could be implemented immediately without loss of face for Indonesia. On the contrary, its international standing would improve significantly and its presence in the territory would be less resented, thus relieving a very tense situation.

Phase Two - Autonomy, 5- 10 years

Phase Two, lasting between five and ten years, would be a period of genuine political autonomy based on ample powers vested in a local, democratically elected Territorial People's Assembly.

Phase Three - Self-determination

If all parties agree that Phase Three should enter into effect immediately, then the UN begins to prepare a referendum on self-determination to determine the final status of the territory.

Ladies and gentlemen, dear friends:

I had no intentions to use this forum to level attacks at the Republic of Indonesia and I hope that I have not offended anyone. I do not have the pretense at being an actor, prosecutor and judge. My point is that it would serve no useful purpose to assign blame today to any particular country.

No one is free from responsibility in the East Timor tragedy. Portugal, Australia, Japan, the US, the UK and France, the UN, have all failed the people of East Timor. However, as much as we can assign blame to these countries, we can also understand their motives, indifference and fears.

East Timorese political leaders, must share responsibility over the tragedy that has affected the people of East Timor. The people of East Timor were and are still the victims of our collective irresponsibility, of the errors of judgment of some, and the indifference of too many.

Portugal is often accused for having abandoned its responsibilities in 1975. However, the years 1974-75 were dramatic ones for Portugal, it was the end of a decaying empire, the virtual collapse of the army and other institutions, and it had no means even if it had the political will to effectively control the situation in East Timor.

The US, having just being forced into a humiliating retreat from Vietnam, was not in a position to play any leadership role on this issue even if it wanted to.

Indonesia feared a potential Marxist takeover in East Timor and the disintegration of the Republic if East Timor were to be allowed to become independent. The U.S. was handicapped by its humiliating retreat form Indochina.

We have all failed the people of East Timor. And as I speak here today, I am guided by an appeal made by the UN Secretary General to all parties to observe restraint and to cooperate fully with him in his efforts to bring about a just, comprehensive and internationally acceptable solution to the problem of East Timor.

Let us then work in good faith with the Secretary General and try to find a formula that satisfies all parties.

More complex and seemingly intractable issues involving nations that once swore each other mutual destruction are on the way of resolution. We can do no less.

From here I extend my sincere condolences and apologies to the families of Indonesians who lost their lives in the war. It is estimated that at least 5,000 Indonesian soldiers lost their lives in East Timor. During the "general election" in May it is believed that 30 or more Indonesian security personnel died as result of resistance action.

I also extend my sincere condolences and apologies to the families of the East Timorese who were victimized. I strongly condemn any physical abuse, killing or humiliation of Indonesian civilian personnel, migrants, their families or Indonesian military personnel in non-combat duties.

The escalation of violence in East Timor in the last few months, initiated by the Indonesian forces, has been thoroughly documented. This escalation of violence provoked a coordinated guerrilla attack throughout the country. We are now witnessing a spiral of violence in which the victims are always the weaker ones, the defenseless East Timorese population.

This situation must come to an immediate end. Indonesian troop presence in East Timor must be reduced to a minimal level equivalent to the Portuguese troop level in East Timor in 1974, which never exceeded 1000. Remaining troops should be confined to their barracks.

East Timorese resistance fighters should observe a cessation of all armed activities. A protection zone should be created in an agreed region of East Timor where the armed resistance forces and their families can assemble under international humanitarian protection. Prisoners should be released. Torture must end.

A representative office of the UN High Commissioner for Human Rights should be established in East Timor. Such an office could serve as a useful bridge of dialogue and mediate local conflicts. It should also provide training in international human rights and humanitarian law for the law enforcement agents, the armed forces and police, as well as members of the civil society.

I can only pray and hope that those in power in Indonesia can summon enough courage, humility and inspiration from its own epic struggle for independence from the Dutch, and change course.

Mandela is the living proof that nothing is irreversible, no regime is eternal, empires do not last for ever. Only 10 years ago, not too many would have imagined that Mandela would one day emerge as the President of the new South Africa.

The world has changed dramatically in the last few years and the theorists of irreversibility and *status quo* have been discredited by the collapse of the USSR.

Vaclav Havel spent years in prison as did tens of thousands of others in Central and Eastern Europe, in the Baltic States, in the Russian gulags. As did Nelson Mandela. As Daw Aung San Suu Kyi today.

Who would have thought it possible that the great Armenian people, persecuted for hundreds of years would regain a country called Armenia?

The entire world conspired against the Eritrean people. Today, Eritrea is a shining example for the rest of the world.

Last but not least, for the prophets of doom, for those in government who counsel us with realism , allow me to remind you of a news item of the ever reliable BBC a few years ago. It was sometime in early 1991. I was driving from the small Swiss town of Nyon to the Palais des Nations.

The BBC was telling the story of a Soviet cosmonaut who had gone into space a few months earlier on one of those record-breaking missions.

When he was blasted off from somewhere in the Soviet Union, he carried a passport and a nationality granted to him by the mightiest and most feared military empire in the world. Once he completed his tour of duty for the pride of the socialist motherland he prepared the spacecraft for its return journey to earth. But he no longer had a country to return to.

The mighty empire had ceased to exist. He was forced to circle the earth a few more days until people of good will decided where he should land.

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

United Nations
General Assembly
Special Committee
on Decolonisation
New York, 16 June 1997

STATEMENT
BY
JOSÉ RAMOS-HORTA
1996 NOBEL PEACE PRIZE CO-LAUREATE

José Ramos-Horta is the Special representative of the National Council of Maubere Resistance (CNRM), underground umbrella organisation based in East Timor encompassing all East Timorese groups opposed to Indonesia´s occupation. He is Personal Representative of Xanana Gusmão, imprisoned leader of the Resistance; member of the Nobel Laureates Commission on Arms Transfers.

I thank you, Mr. Chairman, for giving me the floor.

Since I first addressed this Committee in the mid-seventies, the political map of the world has been redesigned as empires disintegrated, mighty regimes and armies collapsed, dictators were overthrown, and many ideologies and myths evaporated. Only one truth has survived the test of time and this is - no amount of force is ever enough to crush the will and spirit of a people. Time and again we learn that the use of force and violence does not resolve conflicts that are eminently political, economic and social. The mightiest armies are not able to prevent the disintegration of empires and regimes that are based on fear and repression.

But before I continue, allow me, Mr. Chairman, first to extend to you and to all the distinguished members of the Committee my warmest greetings. When I last addressed this august body seven years ago, it was presided over by your countryman Ambassador Renagi Renagi Lohia. In these trying times when this Committee faces some challenges and criticisms, I would like to state that you have my respect and the gratitude of millions of peoples the world over. Since the adoption of General Assembly Resolution 1514 (XV) and the establishment of the Special Committee on Decolonization, well over 100 million colonized peoples in Africa, the Caribbean and Pacific acceded to self-rule or independence.

The significant degree of self-rule and respect attained by the still dependent territories is in part due to the efforts of this Committee which has provided the voiceless peoples with a public forum where their grievances and aspirations have been articulated. The seminars you have conducted in the South Pacific and in the Caribbean regions were most beneficial for the peoples concerned and for the UN itself. Taking a UN political body to the people helps improving the image of a UN that is perceived to be an elitist and exclusive body without any link with the real people it is supposed to serve.

I recall some Committee members that played a crucial role in the struggle for self-determination of the colonial peoples. China, Cuba, India, Indonesia, Sweden, Tanzania, Trinidad and Tobago, and Tunisia, are among those that come to my mind for their generous and tireless efforts in bringing about the independence of millions of colonized peoples. The loyal and competent staff that served this Committee for more than three decades now deserves also our utmost respect and gratitude.

This Committee, in trying to discharge its responsibilities, did not hesitate, at times, to adopt some daring and unconventional methods of information gathering. When in the early seventies, the then Portuguese colonial authorities refused to cooperate with the UN, the Special Committee dispatched a fact-finding mission to the territory of the then-Portuguese Guinea by the backdoor, through Senegal. This might have been a bit unconventional in the world of diplomatic conventions, but it stands as an act of courage.

Mr. Chairman,

It is now well over three decades since the adoption of UNGA Res. 1542 which listed all the Portuguese overseas territories to which GA Res. 1514 (XV) and 1541 (XV) were applicable. Of the territories listed, Angola, the islands of Cape Verde, Portuguese Guinea, Mozambique and the islands of Sao Tome and Principe, in Africa, and Portuguese Timor in Asia, all have attained independence with the exception of East Timor.

I shall not elaborate on the historical, political and legal aspects of the issue as they are well known. The UN General Assembly, through the Fourth Committee, Security Council and the International Court of Justice have debated and adopted numerous decisions or rulings on this issue. However, it might be useful to recall that this Committee, through its then Chairman, Ambassador Salim A. Salim, of Tanzania, stated in 1976 that it could not discharge fully its responsibilities in regard to the non-self-governing territory of East Timor as long as the government of Indonesia did not implement the relevant SC Res. 384 (1975) and 389 (1976).

What the Special Committee meant was that as long as Indonesian troops remained in East Timor, no valid act of self-determination could be undertaken. The Committee reacted then to an invitation issued by the government of Indonesia to attend a so-called "Peoples Assembly" of 28 non-elected members who were to vote on East Timor integration with the Republic of Indonesia on 28 May 1976. The Committee was right in refusing to be drawn into a process over which it had no prior involvement in the preparation of; such an act was in fact a breach of internationally accepted norms on self-determination as prescribed in GA Res. 1541.

Having said this, allow me, Mr. Chairman, to elaborate on some key themes that I believe are central to the task of this Committee in its efforts to implement the General Assembly Resolution on eradicating colonialism by the year 2000.

The administering powers must fully cooperate with the Committee and in this regard I can not fail to express my sincere appreciation to Portugal for its unrelenting efforts in discharging its responsibilities towards the colonized people of East Timor.

However, Portugal is not the only entity today with responsibilities over East Timor, as this issue is not a bilateral one between Portugal and Indonesia. This is an issue involving the UN, Portugal, the people of East Timor and a third country, Indonesia, by virtue of the relevant General Assembly and Security Council resolutions. Therefore, any consideration of this issue has to take into account this crucial aspect.

In fact, we are happy that those elements are represented in this forum: the UN through its competent organ the Special Committee on Decolonization; Portugal, the administering power, the people of East Timor through its two historical political parties, FRETILIN and UDT, as well as many other East Timorese from different viewpoints. Also represented here is Indonesia, not only as a member of this committee but as the *de facto* authority in East Timor albeit an illegal one.

But there are other no less important non-state actors in international affairs whose viewpoint has to be weighed in, the NGO community. It is now generally recognized by the UN and in the writing of the most prominent legal scholars that NGOs have some measure of international legal personality. Many NGOs are also present in this meeting today.

The Secretary-General through his distinguished Personal Representative, Ambassador Jamsheed Marker, has also recognized these crucial facts when in March he traveled to Portugal, Indonesia and East Timor, where he met with the heads of state, other government leaders of the two countries and with East Timorese political leaders in East Timor and in exile, church leaders, students, academics, human rights and development workers. He also held extensive consultation with NGOs.

It is significant that Ambassador Marker met with the imprisoned East Timorese leader Xanana Gusmão. Though the meeting was not a private one, since unfortunately it was attended by prison and foreign ministry officials, I would like to interpret this meeting as a sign of good will on the part of Indonesia.

Mr. Chairman, no one is free from guilt and responsibilities over the tragedy of the people of East Timor.

The United Nations itself, Portugal, Indonesia, Australia, the U.S., Japan and we, the East Timorese political leaders, must share responsibility over the tragedy that has affected the people of East Timor. The people of East Timor were and are still the victims of our collective irresponsibility, of the errors of judgment of some, and the indifference of too many. It serves no purpose to put the blame on one side or the other; in as much as we cam identify the responsibility of each of the parties involved, we can also find good arguments that could explain their behavior at the time. For instance, no one can deny that Portugal faced in 1974 and 75 the traumatic end of an empire, the virtual collapse of the army and other institutions, and had no means even if it had had the political will to effectively control the situation in East Timor. Indonesia feared a potential Marxist takeover in East Timor and the disintegration of the Republic if East Timor were to be allowed to become independent. The US ws handicapped by its humiliating retreat from Indochina.

We have all failed the people of East Timor. And as I speak here today, I am guided by an appeal made by the Secretary General to all parties to observe restraint and to cooperate fully with him in his efforts to bring about a just, comprehensive and internationally-acceptable solution to the problem of East Timor.

Let us then work in good faith with the Secretary General and try to find a formula that satisfies all parties.

More complex and seemingly intractable issues involving nations that once swore mutual destruction are on the way of resolution. We can do no less.

From here I extend my sincere condolences and apologies to the families of Indonesians who lost their lives in the most recent violence that occurred in East Timor during the general election period. I also extend my sincere condolences and apologies to the families of the East Timorese who were also victimized. I condemn without ambiguity any attack on East Timorese civilians, on collaborators or civil servants. I condemn without any ambiguity any physical abuse, killing or humiliation of Indonesian civilian personnel, migrants, their families or Indonesian military personnel in non combat duties.

As I have stated in the past, the best response to the allegations by one side or the other in this conflict is for an international investigation to be carried out.

The escalation of violence in East Timor in the last few months, initiated by the Indonesian forces, has been thoroughly documented. This escalation of violence provoked a coordinated guerrilla attack throughout the country. We are now witnessing a spiral of violence in which the victims are always the weaker ones, the defenseless East Timorese population.

This situation must come to an immediate end. Indonesian troop presence in East Timor must be reduced to a minimal level equivalent to the Portuguese troop level in East Timor in 1974 which never exceeded 1000. In 1975, in the course of the decolonization process there were fewer than 500 troops in East Timor. Indonesia's remaining troops should be confined to their barracks. East Timorese resistance fighters should observe a cessation of all armed activities. A protection zone should be created in an agreed region of East Timor where the armed resistance forces and their families can assemble under international humanitarian protection. Prisoners should be released. Torture must end.

A representative office of the UN High Commissioner for Human Rights should be established in East Timor. The mandate of this office can be modeled after the recently established office in Colombia and the confidentiality rules followed by the ICRC could be adopted here. Such an office could serve as an useful bridge of communication between the local people and the authorities; it can facilitate dialogue and mediate local conflicts. It should also provide training in international human rights and humanitarian law for the law enforcement agents, the armed forces and police, as well as members of the civil society.

East Timorese should be given the right to govern their own country. Examples of genuine political and administrative autonomy abound that attest to the openness and tolerance of all involved, such as in Azores, Madeira, Macau, the Basque country, and the Cook Islands to mention a few.

The most vexing issue of the legal status of the territory should be decided upon at a later stage.

Later this week, the foreign ministers of Portugal and Indonesia will meet with the Secretary-General in the first round of talks since Mr. Kofi Annan was elected Secretary-General.

In the six months since he took office, the Secretary-General has given ample evidence of his firm commitment to work with objectivity, impartiality, creativity, and determination to bring about a resolution of this conflict.

The Secretary-General knows he can count on the East Timorese Resistance to cooperate fully with him. I believe that Indonesia in its own struggle for independence had the full support of the UN will also now cooperate fully with the UN. It cannot forget its own past which was an honorable one.

###

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

INTERVENÇÃO
DO DR. JOSÉ RAMOS-HORTA
PRÉMIO NOBEL DA PAZ 1996
NA REUNIÃO
DOS MINISTROS DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

SALVADOR DA BAHIA

17 - 18 DE JULHO DE 1997

Sr. Presidente do Conselho de Ministros, Senhores Ministros,
Sr. Secretario Executivo da CPLP:

Antes de mais, permitam-nos agradecer o amável convite que foi endereçado à nossa delegação para acompanhar os trabalhos desta reunião ministerial realizada nesta cidade tão rica de símbolos e tradições. Salvador da Bahia, terra de António de Castro Alves, poeta que cantou o hino de liberdade dos escravos, tem o peso de uma extraordinária história de luta pela dignidade e liberdade dos povos. Embora longe no tempo, Castro Alves e Xanana Gusmão são irmãos contemporâneos, paladinos de liberdade dos seus povos.

Trazemos até vós, senhores ministros, uma voz do extremo oriente, a voz do nosso povo em luta persistente pela paz, dignidade e justiça. E a voz de Xanana Gusmão e Nino Konis Santana, de Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e Dom Basílio do Nascimento, de padres e freiras, de jovens e estudantes, dos presos e vítimas de tortura, apelando a uma solidariedade activa e consequente.

Não poderíamos deixar de saudar o Secretariado Executivo da CPLP, nas pessoas do Dr. Marcolino Moco e Rafael Branco, a quem coube a pesada e ingrata tarefa de erguer o edifício institucional de uma comunidade incipiente. O vosso esforço e dedicação não terão tido o apoio correspondente. E houve demasiadas expectativas, exigiu-se de mais em espaço tão curto e com recursos muitos modestos. Muito se fez graças à vossa dedicação. Outros passos importantes serão dados. Disso temos a certeza.

A luta do povo timorense pelo exercício do seu inalienável direito à autodeterminação esta consagrada em várias resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU assim como na decisão do Tribunal Internacional de Justiça na sua sentença de 30 de Junho de 1995.

Além dessas pertinentes resoluções das instâncias onusinas, esse direito inalienável do povo timorense tem sido repetidamente reafirmado em várias ocasiões pelo Parlamento Europeu, pela Assembleia Paritária da ACP-CE, pelo Conselho da Europa, pela União Interparlamentar e pelos Parlamentos Nacionais de muitos países.

Os países membros da CPLP co-patrocionaram ou votaram a favor de todas as resoluções da Assembleia Geral da ONU em que se reafirma explicitamente o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação.

Temos a certerza de que esta reunião ministerial da CPLP manterá essa linha de princípio e afirmará uma vez mais essa postura concernente ao direito do povo de Timor Leste à autodeterminação. Acreditamos que hoje, mais do que nunca, deve haver uma postura firme e coerente por parte dos países amigos, sem ambigüidades e compromissos que só debilitariam a nossa capacidade negocial com a Indonésia.

A conjuntura internacional alterou-se significativamente de forma favorável para a luta do povo timorense e confirma a correção da posição de coragem e firmeza daqueles que sempre acreditaram na nossa luta. Muitos acreditaram na justeza da nossa luta. Mas poucos acreditavam na capacidade do povo timorense de resistir e prevalecer sobre a poderosa máquina militar indonésia.

Cada vez mais, em todo o mundo, se tem a percepção e a convicção de que afinal é possível a um povo pequeno, praticamente desarmado, sem uma retaguarda física e sem grandes patronos internacionais sobreviver e prevalecer face a uma das agressões mais sangrentas da história moderna.

A atribuição do Prémio Nobel de Paz a dois timorenses de nacionalidade e língua portuguesas foi igualmente um tributo àqueles que em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe sempre acreditaram nos timorenses e resistiram aos falsos argumentos de pragmatismo de Estado.

Nos vários fora internacionais - Assembleia Geral da ONU, Tribunal Internacional de Justiça, Comissão de Direitos Humanos e Comité Especial de Descolonização, Parlamento Europeu, Conferência Ibero-Latino Americana - a causa do nosso povo tem sido defendida com coragem e dignidade pelos países irmãos de língua portuguesa.

Recentemente em Genebra, a CDH adoptou por uma clara maioria uma resolução substancial sobre a situação de direitos humanos em TL. Registamos o infatigável esforço de Portugal na obtenção do patrocínio da UE, EUA e Canadá para o projecto de resolução. Registamos também o nosso apreço pelo co-patrocínio de Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique que permitiu alargar o leque de apoios.

Recentemente, em Nova Iorque, o Comité Especial de Descolonização voltou a debater a questão de Timor Leste que figura na agenda do Comité desde 1960. Registamos com muito apreço as eloquentes intervenções de Portugal e de São Tomé e Príncipe. A intervenção do Representante de STP em nome dos PALOP foi uma posição de princípios que só honra e faz justiça a própria história de luta dos cinco países.

Cada vez mais, nesta aldeia global em que as informações circulam quase sem impedimentos, as posturas éticas, de dignidade e integridade de um país são reconhecidas e aplaudidas em todo o mundo. Os países são respeitados não pelo seu tamanho geográfico ou pelo seu poderio económico e militar. O prestígio e influência na arena internacional adquirem-se por uma política de princípios, coerência e coragem. A prática de transacção de princípios não dignifica nenhum país. Pelo contrário desacredita e retira capacidade de ser um actor credível nas instâncias internacionais.

A ditadura do Gen. Suharto tem os seus dias contados. Depois do derrube de Mobutu Sese Seko, do Zaire, e da morte de Kim Il Sung, o ditador indonésio rivaliza apenas com Fidel Castro, de Cuba, em longevidade. A Indonésia detém também o título de país mais corrupto do mundo de acordo com dois estudos independentes, um de Hong Kong e outro da Alemanha.

O movimento pró-democracia indonésio, embora ainda frágil, está em clara ascendência e a questão de Timor Leste é cada vez mais uma causa assumida por esse movimento.

Nos EUA, é visível a viragem da política americana em relação ao conflito de Timor Leste. O diálogo entre os timorenses e a Administração, até há pouco inexistente, foi aberto e tem decorrido num clima muito positivo. Tivémos várias reuniões com o Sub-Secretário de Estado para Assuntos Globais, Sr. Tim Wirth, com o Assistente de Secretário para Direitos Humanos, John Shattuck, e com os Embaixadores Bill Richardson e Richard Holbrooke.

Dom Carlos Filipe Ximenes Belo foi recebido há poucas semanas pelo Presidente Clinton e teve uma reunião de trabalho com o Conselheiro de Segurança Nacional, Sandy Berger. Notamos um maior interesse e envolvimento americano no apoio aos esforços de mediação do Secretário-Geral, Sr. Koffi Annan.

A recente vitória trabalhista no Reino Unido inaugurou um novo capítulo da política inglesa em relação ao conflito de Timor Leste. Na nossa recente deslocação ao Reino Unido mantivemos conversações com o Secretário de Negócios Estrangeiros, Robin Cook, tendo participado nesta reunião a Presidente do Instituto de Comércio Externo. Mantivémos também conversações com a Ministra de Desenvolvimento.

Todas as reuniões decorreram num clima de cordialidade e constatámos uma preocupação e interesse genuínos por parte do novo executivo inglês em assumir uma posição de maior apoio às reivindicações dos timorenses, de rever a política de venda de armas e de conceder ajuda humanitária e de desenvolvimento diretamente a Timor Leste através de ONGs e Igreja timorenses.

A nossa delegação fez um apelo ao executivo trabalhista no sentido de incrementar a ajuda externa para os países menos favorecidos, tendo como meta os 0.7% recomendado pela ONU. Ainda neste contexto, apelamos a um incremento de apoio as novas democracias africanas de língua portuguesa.

Não apenas como timorense, mas agindo ainda como membro da Comissão Nobel para o Desarmamento, recentemente instituído e para a qual fui convidado a fazer parte, manifestei a nossa total oposição a política mercantilista de venda de armas, causa de destruição de vidas e das economias de muitos países em vias de desenvolvimento.

Sr. Presidente do Conselho de Ministros, senhores ministros:

Aplaudimos os esforços do Secretario-Geral, Sr. Koffi Anan. Com justiça devemos dizer que o novo Secretário-Geral da ONU e um homem competente, integro e sensível as lutas pela paz e justiça. Temos nele alguém em quem podemos depositar total confiança de que no desempenho do seu mandato, será sempre orientado pelas relevantes resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança.

A nossa postura tem sido clara e coerente. Exigimos o respeito pelo direito do nosso povo a livre autodeterminação. Ao mesmo tempo, temos sabido revelar total disponibilidade para explorar ideias conducentes a uma solução gradual do conflito, tendo em consideração os interesses de todas as partes, incluindo a Indonésia.

Consideraremos com seriedade todas as ideias que possam contribuir para a melhoria da situação no território mesmo que, à primeira vista, possam ser medidas transitórias. Estamos dispostos a dar pequenos passos, a construir pedra por pedra a instituição de paz, liberdade e dignidade.

Senhores Ministros:

Um Timor Leste livre e soberano poder continuar a parecer para muitos uma utopia.

Apesar das inúmeras demonstrações de coragem, determinação, criatividade e êxitos ainda há muitos cépticos. Apesar das dramáticas transformações geopolíticas dos últimos 10 anos, da destruição de muitos mitos, a causa timorense ainda tem muitos profetas do pessimismo e derrota.

Vamos prosseguir a batalha com redobrado vigor. O tempo e a razão estão do nosso lado. Nenhuma ditadura é eterna. Todos os presentes nesta sala têm disso experiência directa, são testemunhos dessa verdade.

Temos um projecto estratégico. Temos uma visão do futuro. Acreditamos no nosso futuro. A resistência timorense, no seu todo, preconiza para o Timor Leste do futuro, livre e soberano, a língua portuguesa como a nossa língua oficial. O estatuto de observador que hoje nos concedem é o primeiro grande passo para a expansão da CPLP até ao extremo oriente. Com cerca de 19.000 km2 e comprovados recursos energéticos, petróleo e gaz natural, e outros recursos como o mármore e manganês, café e sândalo, agricultura, pesca e turismo, Timor Leste é um projecto político e económico viável.

Situado entre o Indico e o Pacifico, entre a Austrália e as economias emergentes da Ásia Oriental, Timor Leste beneficiaria inevitavelmente dessa sua localização estratégica na região. Por direito natural, o Timor Leste soberano procuraria adesão à APEC, à ASEAN e ao Fórum do Pacifico Sul. Seria o único pais da lusofonia nesses três grandes grupos regionais. Esta é a nossa visão que é também um convite à CPLP a pugnar por um Timor Leste livre e soberano. É um imperativo moral e histórico. Mas também é um imperativo estratégico da lusofonia.

Obrigado.

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

TRADUÇÃO
DO DISCURSO DE ACEITAÇÃO
DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ 1996
JOSÉ RAMOS-HORTA

TRADUÇÃO DO DISCURSO DE ACEITAÇÃO DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ 1996

JOSÉ RAMOS-HORTA

Suas Majestades,

Honoráveis Membros do Comité Nobel da Paz,

Senhores Presidentes,

Primeiros Ministros,

Excelências:

Com vossa permissão as minhas primeiras palavras serão na língua de Camões, Fernando Pessoa, Agostinho Neto, Jorge Amado, Xanana Gusmão.

Apesar da brutal colonização indonésia e da repressão cultural dos últimos 21 anos, da proibição de uma língua e cultura que chegaram à nossa região há cerca de 500 anos, em Timor Leste esta língua secular ainda persiste teimosamente.

Sendo o segundo timorense de nacionalidade portuguesa a ser honrado com o Prémio Nobel de Paz, o primeiro é o nosso respeitado e venerado bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, Faltaria à minha herança histórica e consciência se não começasse esta minha intervenção na língua que hoje une mais de 200 milhões de pessoas nas cinco regiões do mundo.

É com um profundo sentimento de humildade que me associo aqui a Dom Carlos Filipe Ximenes Belo para receber o Prémio Nobel de Paz 1996 que foi outorgado ao povo de Timor Leste.

Registo a minha eterna gratidão àqueles que me propuseram para este prémio. Estou-lhes para sempre moralmente endividado e asseguro que as modestas dádivas de saúde e inteligência que Deus me deu serão sempre postas ao serviço da paz e justiça para o meu povo e para a causa da paz, liberdade e democracia em todas as latitudes onde a minha fraca voz possa ser ouvida.

Apenas por razões práticas vou continuar a minha intervenção na língua inglesa.

Honoráveis Membros do Comité Nobel da Paz,

Manifesto o meu mais profundo apreço ao Comité Nobel por nos terem escolhido para o Prémio Nobel da Paz de 1996. A vossa generosidade manifestada ao pensar nos despojados da terra, a vossa coragem ao enfrentar os Estados poderosos, o cinismo e a indiferença de demasiados e a traição de alguns, diz-nos muito sobre a alma e a história de coragem deste vosso grande país que se bateu tão valorosamente durante a II Guerra Mundial.

Nos últimos anos, a Noruega tem desempenhado um papel crucial na promoção do diálogo e da paz entre inimigos históricos. No Médio Oriente e na América Central, a

natureza discreta, a determinação e a criatividade que revelaram, provaram que alguns dos conflitos mundiais, aparentemente irresolúveis, podem ser resolvidos sempre que existe um mediador honesto e quando as partes em conflito demonstram a vontade de terminar a guerra.
Países pequenos, como a Noruega, a Costa Rica, Portugal e outros, podem ter êxito na mediação de conflitos depois das principais potências terem falhado. A diplomacia e a mediação não são prerrogativas das principais potências. Os países de pequena e média dimensão, sem ambições a um papel neo-imperialista e cuja força reside na sua integridade moral, são os que se encontram em melhor posição para iniciar o diálogo entre as partes em conflito.

A Igreja de Timor Leste

O verdadeiro vencedor do Prémio Nobel da Paz de 1996 é o nosso líder espiritual - D. Carlos Filipe Ximenes Belo. Ele encarna a solidez, a rectidão moral, a dignidade e a identidade do povo de Timor Leste e da sua longa demanda pela paz e pela liberdade. Em D. Carlos, o povo de Timor Leste encontrou o conforto espiritual e algum sentimento de segurança perante as ameaças quotidianas à sua existência.

O povo de Timor Leste deve quase tudo à sua Igreja. Por conseguinte, o Prémio Nobel da Paz de 1996 é uma homenagem à Igreja no seu todo, aos corajosos padres, às freiras, aos leigos e ao povo de Timor Leste.

O fundo do Prémio Nobel das Paz que me é destinado, será inteiramente dirigido para uma Fundação que se designará "Paz e Democracia - D. Martinho da Costa Lopes". Reconheço que não é senão uma pequena homenagem a esse grande homem que dedicou a sua vida à Igreja e ao Povo.

O Movimento de Solidariedade

Desejo ainda expressar a minha gratidão a três organizações que no passado honraram o meu povo com prémios menos conhecidos mas de igual importância para o nosso povo. À Fundação dos Direitos Humanos Professor Thorolf Rafto, em Bergen, à Fundação Gleitsman, da Califórnia e à Organização dos Povos e Nações Não-Representados (UNPO), sediada em Haia, apresento os meus profundos agradecimentos.

Desejo partilhar este momento de alegria com os homens, as mulheres e as crianças que, em inúmeras partes do mundo, deram-nos tantos anos das suas vidas. Sem o generoso movimento de solidariedade estaríamos hoje ainda mais pobres e sós. Alguns dos nossos bons amigos já nos deixaram: Denis Freney, Michelle Turner, Michel Robert, Carlos Vilares e a pequena e lindíssima Sarah Taylor que Deus chamou aos 15 anos de idade. Nunca os esqueceremos.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe

Uma saudação especial de amizade e eterna gratidão ao meu bom amigo, Presidente Joaquim Chissano de Moçambique, por se ter dado ao incómodo de viajar até Oslo para estar connosco.

Esteve connosco nos anos em que estivemos mais sós, quando o resto do mundo fingia que não existíamos ou nos aconselhava sobre a melhor forma de nos rendermos. Desta nobre tribuna, inclino-me perante o seu antecessor, Samora Moisés Machel, um dos maiores homens que África jamais conheceu.

Uma saudação especial e de profunda gratidão aos Presidentes José Eduardo dos Santos de Angola, Mascarenhas Monteiro de Cabo Verde, Nino Vieira da Guiné-Bissau e Miguel Trovoada de São Tomé e Príncipe, pela amizade e pela generosidade.

Os vossos povos e os vossos países permaneceram connosco ao longo destes anos de solidão e acredito que continuarão connosco no devir.

Expresso a nossa solidariedade e amizade para com o povo de Angola, cujo sofrimento ultrapassa quanto se possa imaginar e ainda se encontra num doloroso processo de reconciliação nacional.

Angola pagou um elevado preço pela libertação da Namíbia e da África do Sul. Contudo, a enorme contribuição dada pelos dois países lusófonos - Angola e Moçambique - à libertação da África Austral ainda não foi devidamente reconhecida.

Portugal

Desta augusta tribuna, desejo expressar a eterna gratidão do povo de Timor Leste, e a minha própria, ao povo de Portugal, ao seu Presidente, o nosso bom amigo Dr. Jorge Sampaio e ao seu antecessor, Dr. Mário Soares, um homem de princípios e compaixão.

Através de Sua Excelência, Senhor Presidente, peço-lhe humildemente que transmita ao seu maravilhoso e generoso povo, aos membros do Parlamento e de Governo, o actual e anteriores, o nosso mais sentido apreço pelos vossos nobres esforços de apoio à nossa luta.

Durante muitos anos, travou sozinho uma batalha na União Europeia contra a indiferença e até a hostilidade de alguns dos Vossos parceiros. Mostrou-nos, não apenas a nós Timorenses mas a outras pequenas nações do mundo, que os princípios e a moralidade não foram ainda suplantados pelos interesses mercantilistas.

Brasil

Visitei recentemente o Brasil e fui calorosamente recebido por todos. Peço humildemente ao Presidente José Sarney que transmita ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e, através dele, a todo o povo do Brasil, a nossa admiração e afecto pelo vosso grande país e pelo vosso povo. Uma saudação calorosa para Betinho, D. Paulo Evaristo e D. Helder da Câmara, a consciência dos pobres do Brasil e do Mundo.

Suas Majestades,

Esta alocução pertence a alguém que deveria estar hoje aqui. É um homem de coragem de tolerância e de sentido de Estado notáveis. No entanto, esse homem está na prisão por nenhum outro crime senão o das suas ideias, visão de paz, de liberdade e de dignidade para o seu povo.

Xanana Gusmão, líder do povo de Timor Leste, permanece preso, incomunicável, numa prisão a milhares de kilómetros do seu país. O seu julgamento, em 1993, foi universalmente condenado como uma charada e foi tão válido quanto a prisão e o julgamento holandês contra o falecido Presidente Sukarno, fundador da República da Indonésia.

Inclino-me perante Xanana e, através dele, o meu bom amigo Nino Konis Santana, David Alex, Tahur Matan Ruak, Fernando Araújo e todos os prisioneiros de consciência Timorenses encarcerados nas prisões de Timor Leste e da Indonésia. Inclino-me perante a memória de Nicolau Lobato, Sabalae e os milhares dos nossos mortos.

Através de Xanana, inclino-me perante o meu povo em profundo respeito, lealdade e humildade, porque são eles os mártires, os verdadeiros heróis e construtores da Paz.

O Regime da Ordem Nova e o Povo Indonésio

Os Timorenses não são as vítimas exclusivas do regime indonésio da Ordem Nova, instalado em 1965. No decurso dos últimos 30 anos, o povo indonésio sofreu massacres, prisões, tortura, censura a escritores, jornalistas, académicos e a dirigentes sindicais. Muçulmanos, católicos, budistas e hindus - todos conheceram a repressão. A única política não discriminatória do regime da Ordem Nova é o da repressão.

Presto homenagem às dezenas de milhar de indonésios que morreram na sua luta pela liberdade e a democracia, que definharam nas prisões da Ordem Nova ou que foram forçados ao exílio na China, na Albânia, na URSS e na Europa Ocidental. Conheci muitos deles ao longo dos anos e conversamos durante longas horas de conversas sobre o sofrimento e os sonhos dos nossos dois povos.

As Lições do Holocausto Judeu

Em 1939, poucos meses antes do estalar da II Guerra Mundial, Harry Truman leu uma mensagem veemente do Presidente Roosevelt perante o "National Meeting for Moral Rearmament" (Encontro Nacional para o Rearmamento Moral), realizado em Washington.

As mesmo tempo que os delegados da conferência escutavam e aplaudiam o discurso moral do Presidente Roosevelt, 900 refugiados judeus, num barco proveniente da Alemanha, atracado na Florida, aguardavam a decisão de Washington sobre se encontrariam refúgio nos EU ou se seriam forçados a regressar.

Finalmente chegou a notícia de que os seus pedidos de estatuto de refugiado haviam sido indeferidos. Os refugiados desesperados não convenceram os moralmente corajosos delegados ao Encontro Nacional para o Rearmamento Moral que os receios de perseguição eram legítimos. Os 900 homens, mulheres e crianças foram re-enviados para a Alemanha. Muitos acabaram nos campos de morte de Hitler.

Mais de meio século após o holocausto judeu, e centenas de anos após o genocídio contra os povos indígenas da Austrália e das Américas, a mesma atitude tem permitido que este crimes persistam hoje.

Aqueles que fazem a opinião, os dirigentes, os académicos, os escritores e os jornalistas que pretendem ser objectivos e neutros perante o racismo e a discriminação, perante a violação de uma pequena nação por uma grande potência, perante a perseguição de um povo mais fraco por um exército implacável, têm de partilhar a culpa. Não existem argumentos intelectuais que possam anular a responsabilidade.

As sinagogas continuam a ser profanadas. Os ciganos continuam a ser discriminados. Os povos indígenas continuam a ver as suas terras ancestrais a serem tomadas por urbanistas, as suas cultura e crenças, e até a sua própria existência, a serem reduzidas a bens turísticos.

Tal como os judeus e os arménios no passado, os curdos, os ciganos, os tibetanos, os aborígenes da Austrália, os Maoris de Aotearoa (Nova Zelândia), os kanakis da Nova Caledónia, o povo do Sara Ocidental e os povos indígenas das Américas, os timorenses são uma mera nota pé de página da História, um povo dispensável.

Nota de Pé de Página da Guerra Fria

O conflito em Timor Leste remonta ao contexto político da Guerra Fria.

Talvez se lembrem de uma imagem que dominou as primeiras páginas dos jornais na Primavera de 1975. Refiro-me à imagem de um helicóptero americano a aterrar no telhado da Embaixada dos EUA, em Saigão, afim de socorrer os diplomatas, os operacionais da CIA e alguns lacaios privilegiados do Vietname do Sul que ainda aí se encontravam no momento em que Saigão era tomada pelos Vietcong. O Cambodja e o Laos seguiram igual rumo. Esta imagem descreve melhor do que mil palavras a humilhante retirada americana da Indochina.

Noutro continente, no corno de África, o aliado mais antigo dos EUA, com o mais longo reinado, o imperador Hailé Selassié da Etiópia, havia sido derrubado um ano antes por militares radicais. Mais a sul, o império português tinha-se desmoronado. Estes acontecimentos pareciam confirmar a teoria de dominó, de Lyndon B. Johnson, que era a fundamentação para a intervenção dos EUA na Indochina.

Foi neste contexto geopolítico que o Presidente Gerald Ford e o seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, visitaram Jacarta no início de Dezembro de 1975, no âmbito de uma viagem à Ásia, que visava assegurar os dirigentes da região que os EUA continuariam a honrar os seus compromissos de segurança na Ásia.

A invasão de Timor Leste, que teve lugar poucas horas após a partida de Ford de Jacarta, foi uma mera nota de pé de página nos acontecimentos da Guerra Fria em 1975. Os milhares de Timorenses que foram mortos nos dias, semanas, meses e anos que seguirão a invasão, foram meras notas de pé de página após a guerra do Vietname e a Guerra Fria.

Inviolabilidade das fronteiras coloniais

Um ano e meio antes destes acontecimentos, em Junho de 1974, visitei Jacarta na minha qualidade de Secretário para as Relações Externas da Associação Social Democrata Timorense, que tinha sido criada menos de um mês antes. Tive o privilégio de me encontrar com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik. Após a nossa terceira ronda de conversações, o Sr. Malik dirigiu-me uma carta onde afirmava:

"A independência de um país é um direito de todas as nações sem excepção para o povo de Timor (Leste);

... quem quer que venha a governar em Timor no futuro, após a independência, pode estar certo de que o governo da Indonésia irá pugnar sempre pela manutenção de um bom relacionamento, pela amizade e cooperação, em benefício dos dois países."

No ano seguinte, em Abril de 1975, visitei novamente a Indonésia e tive um encontro com um dos principais conselheiros do Presidente Suharto, o General Ali Murtopo, a quem reiterei o nosso desejo colectivo de desenvolver relações de amizade com a Indonésia. O General Murtopo assegurou-me que a Indonésia não abrigava quaisquer ambições territoriais relativamente a Timor Leste. Todavia, cedo aprendemos que a palavra de um general ou de um diplomata indonésios pode ser quebrada tão facilmente como é proferida.

Algumas questões simples mas fundamentais devem ser levantadas. Terá a Indonésia algum direito histórico válido sobre Timor Leste?

As actuais fronteiras da República da Indonésia são produto da administração holandesa das Índias Orientais. A Nova Guiné Ocidental não foi absorvida pela República por razões históricas, culturais ou de afinidade étnica aceitáveis ou por continuidade geográfica. O único elo que fundamentou a anexação era o breve período de colonização da Nova Guiné Ocidental pelos holandeses.

A partilha arbitrária de África, na Conferência de Berlim, é responsável por alguns dos problemas que hoje subsistem em África, mas o respeito pelas fronteiras coloniais, por mais injusta que a maioria possa ser, tem permitido alguma paz e estabilidade e preservou a África, a América Latina e a Ásia da desintegração.
Saddam Hussein, do Iraque, tentou re-desenhar o mapa e rectificar aquilo que percepcionou como sendo um legado colonial injusto, invadindo o Kuwait. O Irão mantém reivindicações de longa data sobre o Bahrein. Na América Latina existem algumas disputas territoriais interestatais, como resultado daquilo que é percepcionado como uma delimitação injusta das fronteiras

O Direito dos Povos à Auto-Determinação

Dos trilhos das montanhas de Chittagon, em Bangladesh, a Bougainville, ao Curdistão, a Sri Lanka, à Índia, ao Tibete, à Chechénia, a Ogoni, à Papua Ocidental, milhões de pessoas reivindicam os seus direitos básicos fundamentais e se tentarmos detectar um denominador comum a todos problemas que acabo de listar, verificamos que existe apenas um: o direito dos povos à auto-determinação.

Na maioria dos casos as reivindicações não visam a secessão. Trata-se de sobreviver enquanto povo, com uma língua e uma cultura próprias, com o seu território e ambiente protegidos da rapina das multinacionais. Só quando estas reivindicações não foram satisfeitas é que houve recurso a outras formas de luta com acréscimo de exigências.

Ainda que a auto-determinação, nos processos de descolonização dos territórios não-autónomos, tenha quase sempre resultado na independência desses territórios, tal não tem acontecido na maioria dos conflitos que ainda hoje persistem. Os casos do Sara Ocidental e de Timor Leste são as duas falhas mais salientes da descolonização. No caso do Sara Ocidental, as Nações Unidas permitiram-se ser o peão das maquinações de uma potência regional menor.

No entanto, a preservação da integridade territorial de um país só pode ser alcançada se aqueles que estão no poder forem sensíveis às reivindicações e às aspirações básicas dos vários povos indígenas e nacionalidades que formam esse país.

A força bruta poderá silenciar e manter latentes os sonhos e as aspirações de um povo, mas a ira a fervilhar durante décadas irá inevitavelmente atingir o ponto de ebulição e fraccionar o país.

O Direito do Povo de Timor Leste à Auto-Determinação

O direito do povo de Timor Leste à auto-determinação é amplamente reconhecido. À excepção do ex-território espanhol do Sara Ocidental, Timor Leste é o território não-autónomo de maior dimensão constante da lista dos territórios por descolonizar, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que data de 1960.

A Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, das Nações Unidas, aprovaram um total de dez resoluções sobre a questão de Timor Leste onde este direito é reafirmado em todas elas.

Na sua sentença de 30 de Junho de 1995, no caso *Timor Leste, Portugal contra a Austrália*, o Tribunal Internacional de Justiça declarou que o direito à auto-determinação tem um carácter *erga omnes* e que o povo de Timor Leste é titular desse direito.

Diálogo sem Pré-condições e o Plano de Paz do CNRM

As conversações de paz israelo-palestinianas e a transição para a democracia na África do Sul renovam-nos a esperança, na medida em que demonstram que os problemas aparentemente irresolúveis podem ser resolvidos se existir vontade e visão políticas da parte de todos os envolvidos.

Nesta sala encontram-se hoje dirigentes timorenses de todas as sensibilidades, alguns vieram de Timor Leste, Portugal e da Austrália, e falo em nome de todos ao afirmar que estamos preparados para iniciar um processo de diálogo com as autoridades indonésias, sob os auspícios das Nações Unidas, sem pré-condições, afim de explorar todas as ideias possíveis tendentes à resolução global do conflito.

Em 1992, após meticulosa consulta ao nosso povo, dentro do país, Xanana Gusmão colocou o seu selo de autoridade àquele que é ora conhecido como o Plano de Paz do CNRM, que foi formalmente apresentado numa reunião do Parlamento Europeu, em Bruxelas, em 22 de Abril de 1992.

A proposta do CNRM mantém-se válida enquanto modesto contributo para encontrar uma solução para o conflito.

Fase Um - Fase Humanitária

Esta fase, que deverá durar dois anos até à sua concretização total, envolverá as três partes que trabalham com as Nações Unidas com vista à implementação de uma ampla gama de "medidas geradoras de confiança" (MGCs) mas não lidará com a questão central do problema que é a da auto-determinação.

Estas MGCs devem incluir a libertação de todos os prisioneiros, o fim da tortura e das execuções sumárias e uma redução substancial da presença de tropas indonésias no território.

Estas são algumas das ideias que creio poderem ser imediatamente implementadas sem porem em causa a imagem da Indonésia. O seu posicionamento internacional melhoraria significativamente e a sua presença no território provocaria menor ressentimento, aliviando, deste modo, uma situação muito tensa.

Devido às limitações de tempo o texto integral deste plano é anexado ao presente discurso.

Fase Dois - Autonomia - Cinco Anos

A Segunda fase, com uma duração de cinco a dez anos, será um período de verdadeira autonomia política assente nos amplos poderes de que estará investida uma Assembleia Popular Territorial, local e democraticamente eleita.

No final da segunda fase, o estatuto de autonomia do território poderá ser alargado por mútuo acordo.

O povo timorense, tendo gozado de um período de paz e liberdade sem a presença do símbolo mais odiado da ocupação, o exército, poderia aceitar a continuação desta forma de associação.

Por outro lado, a geração, as atitudes e a percepção em mudança na Indonésia, poderão resultar em que a Indonésia aceite como natural que Timor Leste se torne independente.

Fase Três - Auto-Determinação

Se todas as partes estiverem de acordo com o arranque imediato da terceira fase, as Nações Unidas iniciam a preparação de um referendo de auto-determinação afim de decidir do estatuto final do território.

Se, queira Deus, Timor Leste tornar-se independente, permitam-me, Senhoras e Senhores, que partilhe convosco a nossa perspectiva do futuro do país e o seu papel na região.

A Nossa Perspectiva do Futuro

Timor Leste encontra-se no ponto de encontro de três grandes culturas: melanésia, que nos une aos nossos irmãos e irmãs da região do Pacífico Sul; malaio-polinésia, ligando-nos ao sudeste asiático e a influência Católica latina, um legado de quase 500 anos de colonização portuguesa. Esta rica existência histórica e cultural coloca-nos numa posição única para a construção de pontes de diálogo e de cooperação entre os povos da região.

Portugal

Timor Leste manterá laços estreitos com Portugal, um país que nos colonizou durante quase meio milénio e que demonstrou um empenhamento permanente no nosso direito à auto-determinação. Portugal e Timor Leste serão parceiros valiosos para a ASEAN nas suas relações com a União Europeia, África e América Latina.

Austrália e o Pacífico Sul

A maioria dos timorenses que vivem fora do seu país residem na Austrália. Não obstante a nossa tristeza perante o papel da Austrália na questão de Timor Leste, desejo expressar, aqui, o nosso profundo apreço à Austrália pelo abrigo, a hospitalidade e a generosidade concedidos a milhares dos nossos refugiados em solo australiano.

Expressamos o nosso apreço pelas inúmeras intervenções que os anteriores governos, bem como o actual, têm tido com o objectivo de sensibilizar o governo indonésio relativamente à situação dos direitos humanos em Timor Leste. Nenhum outro país ocidental foi tão persistente nesse aspecto.

Combatemos juntos durante a II Guerra Mundial e muitos timorenses deram a sua vida pela nossa causa comum. Agora e no futuro procuramos o apoio da Austrália. Um Timor Leste independente procurará manter laços estreitos com a Austrália e tornar-se membro do Forum do Pacífico Sul.

ASEAN e APEC

Estamos conscientes de que o nosso posicionamento geográfico exige a co-existência com os nossos vizinhos naquela região do mundo. Solicitaremos o estatuto de membro da ASEAN e da APEC imediatamente após a nossa independência.

Zona da Paz

Não teremos um exército permanente. No que respeita à nossa defesa, contaremos com um Tratado de Neutralidade a ser assegurado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança. Desenvolveremos esforços com as Nações Unidas e com os nossos vizinhos no sentido de declarar a nossa região, e os mares em torno de Timor Leste, uma Zona de Paz e Desenvolvimento.

Estado de Direito

Empenhar-nos-emos na construção de um estado democrático forte assente na força da lei que deve emanar da vontade popular expressa através de eleições livres e democráticas.

Direitos Humanos e Compromissos Internacionais

Todos os tratados internacionais relativos a direitos humanos serão submetidos à ratificação pelo Parlamento.

Acreditamos que os direitos humanos transcendem fronteiras e devem prevalecer sobre a soberania do estado.

Queremos introduzir uma disciplina sobre direitos humanos nos curricula escolares desde as fases mais precoces do ensino, os jardins infantis.

Queremos trabalhar activamente com os países que partilham de posições semelhantes às nossas, com ONGs e com os meios de comunicação social, para fortalecer a máquina de direitos humanos das Nações Unidas

Amnistia e Reconciliação Nacional

Os Timorenses que trabalham presentemente na administração indonésia em Timor Leste, as forças de segurança e a polícia, não devem temer um Timor Leste independente. Serão convidados a permanecer. O seu envolvimento, total e activo, no funcionamento do país, será necessário afim de assegurar uma transição suave.

A nossa sociedade não terá por base a vingança. Devido à sua credibilidade e à posição que ocupa, espera-se da Igreja Católica o desempenho de um papel crucial no processo de reabilitação da nossa sociedade.

Em Agosto de 1975, morreram demasiados timorenses numa breve, mas violenta, luta civil. Muitos mais morreram mesmo após a invasão porque alguns membros da direcção do movimento a que pertenci chamaram para si o papel de juiz e de carrasco.

Reconstrução Nacional e Desenvolvimento

Timor Leste é um país relativamente pequeno. Mas, com uma área de 18.899 km2 e uma população total de 700.000 habitantes (estimativas de 1974), é, pelo menos, igual, senão maior, em dimensão e população, do que cerca de 40 estados independentes. É potencialmente auto-suficiente em produtos agrícolas, gado e recursos piscatórios. Tem grandes reservas de petróleo, gás natural, mármore e manganésio.

A invasão desenraizou milhares de pessoas. As propriedades foram abandonadas, destruídas ou vendidas a preços injustos. Esta situação será re-analisada. Será formulado um plano de re-instalação voluntária afim de permitir o retorno de muitas dezenas de milhar de timorenses deslocados, às suas terras ancestrais. Acreditamos num sistema de ensino e de prestação de cuidados de saúde gratuitos para o nosso povo. O dinheiro poupado por não termos um exército permanente será canalizado para estes sectores. Com a cooperação da OMS, tentaremos, no prazo de uma década, erradicar a malária, a tuberculose e outras doenças cuja prevenção é possível.

Migrantes Indonésios

Estima-se que vivam actualmente mais de 100.000 indonésios em Timor Leste. A maioria é pobre e foi para o nosso país à procura de uma vida melhor.

Os migrantes indonésios em Timor Leste, se decidirem ficar, serão benvindos.

O Regime de Suharto, o que alcançou e o que pode fazer

Honestamente ninguém pode afirmar que o regime de três décadas do General Suharto nada fez de bom para a Indonésia. O que foi feito nestes últimos vinte anos tem sido impressionante. o regime de Suharto elevou a economia indonésia, de uma situação de extrema pobreza, ao estatuto de tigre económico. Os padrões de vida, a alfabetização, os serviços de saúde e a produção de bens alimentares foram elevados para níveis impressionantes.

O Presidente Suharto pode evidenciar liderança libertando todos os prisioneiros, mantendo contactos com o maior autor contemporâneo da Indonésia, Pramudya Ananta Tur, com Megawati Sukarnoputri, líder do PDI e filha do fundador da Indonésia, o falecido Bung Karno, com Muchtar Pakpahan, o Lech Walesa da Indonésia, com Sri Bintang Pramukas e com George Aditjondro, o ambientalista mais condecorado da Indonésia.

Suharto deveria ainda escutar e conversar com o sábio e respeitado académico muçulmano, Abdurramanh Wahid, que está hoje aqui connosco em Oslo.

Os dirigentes e militares do PRD estão entre os melhores filhos da Indonésia. Em vez de os perseguir, Suharto deveria convidá-los a visitar o seu palácio e dialogar sobre o futuro.

Promovendo uma Transição Democrática e Pacífica na Indonésia

Nenhum país, por mais rico e dotado de recursos naturais que seja, é uma ilha isolada. Num mundo cada vez mais pequeno e numa época cada vez mais competitiva, onde os modernos meios electrónicos de comunicação quebram as barreiras do silêncio erguidas por ditadores, a Indonésia não pode continuar a escarnecer do direito à auto-determinação do povo de Timor Leste e do Estado de Direito na Indonésia.

Os próximos dois a três anos darão testemunho de uma transição na Indonésia. A Austrália, a Nova Zelândia, os EUA, o Canadá e a União Europeia podem encorajar uma transição pacífica e progressiva através uma política discreta mas firme que conduza a reformas democráticas e a um Estado de Direito na Indonésia e a um verdadeiro acto de auto-determinação em Timor Leste.

O Papel da Comunidade Internacional

Estamos tão determinados quanto optimistas relativamente ao nosso futuro. À Indonésia e aos nossos vizinhos da ASEAN estendemos a mão em sinal de amizade e apelamos à sua ajuda para conseguir a paz e a liberdade em Timor Leste.

A União Europeia, em conjunto com os EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão e os parceiros da Indonésia na ASEAN, poderão acelerar o actual diálogo sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, dando-lhe algum ímpeto e conteúdo real.

A Administração dos EUA é única grande potência que adoptou medidas concretas para encorajar mudanças na Indonésia e em Timor Leste. Manifesto aqui o nosso sincero apreço ao Presidente Clinton pelas suas acções por Timor Leste. Apelo ao Presidente Clinton que empenhe o seu vigor e compaixão com vista à resolução permanente do conflito que, uma vez, classificou como "inescrupuloso".

O Ocidente e a Venda de Armamento

Não pedimos que a Indonésia seja punida com sanções económicas globais. Cremos que o compromisso económico com um país pode, por vezes, promover mudanças positivas através do desenvolvimento de uma sociedade com uma consciência democrática.

Todavia, consideramos repugnante que os países ocidentais que proferem os mais inflamados discursos sobre direitos humanos, são aqueles que fabricam a maioria das armas que mataram mais de 20 milhões de pessoas, nos países em desenvolvimento desde a II Guerra Mundial.

Minas terrestres, instrumentos de tortura, bombas de fragmentação e o armamento químico, são armas concebidas para infligir a dor e a morte ao ser humano. A maioria das vítimas são civis, mulheres e crianças. Como podem os fabricantes de armas, os que concebem as armas, os directores das fábricas e os políticos, que têm uma família que amam, ser tão insensíveis ao sofrimento de outros seres humanos?

Direitos Humanos e "Valores Asiáticos"

Os povos da Birmânia, da Tailândia, das Filipinas, da Coreia do Sul e os movimentos democráticos na China e na Indonésia, estão a mostrar ao resto do mundo que a democracia e os direitos humanos não são uma invenção ocidental.

Os milhares de asiáticos que morreram nas ruas de Manila, Bancoque, Jacarta, Rangun e Beijing, não morreram por um dito "valor asiático" que nega aos povos da Ásia as liberdades básicas e fundamentais vividas na Europa, na América Latina e num número crescente de países africanos.

Coreia do Sul

O povo corajoso da Coreia, que resistiu a décadas de ditadura e ocupação, venceu a luta pela democracia, não com armas mas com a sua determinação na luta, ao enfrentar a tropa nas ruas de Seul e Kzangju.

O povo da Coreia do Sul poderá demonstrar ainda maior coragem sendo magnânimo e perdoando àqueles que erraram. Às vezes, na História, os indivíduos no poder são levados a cometer crimes brutais, mas aqueles que sobrevivem e estão hoje no poder, deveriam resistir à tentação de exercer vingança em nome da justiça.

A pena de morte deve ser abolida e o povo corajoso da Coreia do Sul deveria dar o exemplo comutando a pena de morte a que foi sentenciado o ex-Presidente Chun Do Hwan. Daqui, apelo aos meus amigos coreanos para que não exerçam vingança sobre aqueles que foram derrotados. Na vitória, sê magnânimo.

Birmânia

Dirijo os meus mais profundos sentimentos de solidariedade ao povo da Birmânia e à sua líder eleita, Daw San Suu Kyi, laureada com o Prémio Nobel da Paz, pela sua luta pela democracia, pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos.

Num momento em que alguns governantes da ASEAN são coniventes com o regime do SLORC na negação da vitória democrática do povo da Birmânia, devemos mantermo-nos firmes e redobrar os nossos esforços para restaurar a democracia na Birmânia.

Os EUA e a UE devem ser elogiados pelo papel de liderança que têm tido no apoio à restauração da democracia na Birmânia, mas devem reforçar a pressão com sanções adicionais, diplomáticas e económicas, contra o SLORC.

Subscrevo inteiramente as recomendações sobre a Birmânia aprovadas pelo Forum de Dirigentes Democráticos na Ásia Pacífico, chefiado por Kim Dae Jung e Cory Aquino, durante a sua recente reunião em Manila.

China, Taiwan e Tibete

Quando o Conselho de Segurança da ONU debateu a questão de Timor Leste em 1975 e 1976, a China era o nosso mais próximo aliado e trabalhei de perto com competentes diplomatas chineses. Apesar da indiferença dos outros quatro membros permanentes, a China, juntamente com os membros não-permanentes, conseguiu pressionar o Conselho de Segurança a aprovar duas resoluções sobre Timor Leste.

É com este sentimento de gratidão e admiração pela China que apelo aos líderes chineses que escutem a opinião e as aspirações do seu próprio povo, por uma sociedade mais aberta, assente num Estado de Direito, na democracia e na liberdade de expressão. Na realidade, não são senão direitos concedidos, a todo o cidadão chinês, pela sua própria Constituição.

Wei Jing Zhen é um dos ilustres filhos da China. Ele está a ser desaproveitado quando os seus talentos poderiam ser utilizados de melhor forma ao serviço dos seus concidadãos e do seu país.

O povo de Taiwan tem demonstrado grande maturidade, responsabilidade e empenhamento pela paz e pela democracia. Ainda que não subsistam dúvidas de que Taiwan faz parte da China, enquanto não houver progresso na questão da reunificação pacífica dos dois países creio que a causa do diálogo e da paz será melhor servida se ao Taiwan for concedido o estatuto de observador na ONU, como foi o caso, no passado, com a Coreia do Sul e a Coreia do Norte e com o Vietname do Sul e o Vietname do Norte. Ao fim e ao cabo, a China não se opôs à adesão de Taiwan e de Hong Kong à APEC.

A China deveria escutar a voz de paz e de moderação do povo tibetano. Desde há muitos anos que o líder espiritual tibetano, Sua Santidade o Dalai Lama, tem oferecido uma proposta moderada de paz às autoridades chinesas para resolver o conflito tibetano.

Chipre

Chipre, exemplo brilhante de democracia e tolerância, continua dividido e ocupado por um aliado da OTAN, cuja história de agressão e violência é bem conhecida.

Recentemente recebi uma carta assinada pelos alunos das classes C11 e C22 do Liceu Kykko B, em Nicósia, que dizia:

"A sua Pátria é um país ocupado nos confins do oceano. A nossa Pátria, no limite do Mediterrâneo, está parcialmente ocupada. Vivemos numa cidade dividida e não podemos atravessar a linha divisória ..."

Aos alunos do Liceu Kykko B, apenas posso dizer que, tal como a antiga Arménia, também irão reaver a vossa terra perdida.

Os Profetas da Desgraça

O mundo mudou muito profundamente no decurso dos últimos anos e os teóricos da irreversibilidade e do *status quo* foram desacreditados com o colapso da URSS.

Quem acharia possível que o grande povo arménio, perseguido durante centenas de anos, iria recuperar um país chamado Arménia?

O mundo inteiro conspirou contra o povo eritreu. Americanos, russos e cubanos foram coniventes contra aquela pequena nação.

Duas grandes nações, israelita e palestina, que juraram ódio eterno, demonstraram coragem e sabedoria e iniciaram um doloroso processo de diálogo.

Na África do Sul, antigos inimigos tentam reconstruir a sua Pátria comum.

Por último, mas não menos importante, permitam-me profetas da desgraça e aqueles que nos aconselharam "realismo", que lhes relembre uma notícia da fidedigna BBC, há poucos anos atrás.

No início de 1991, dirigia-me da pequena vila suiça de Nyon ao Palácio das Nações, em Genebra, para mais uma reunião fútil num local onde diplomatas fingem estar demasiado ocupados para darem ouvidos aos problemas reais de povos reais.

A BBC relatava o episódio do cosmonauta soviético que havia partido para o espaço uns meses antes, numa daquelas missões tendentes a bater um recorde de permanência no espaço. Quando, algures na União Soviética, foi lançado para o espaço era portador de um passaporte e de uma nacionalidade concedidos pelo império militar mais temido do mundo.

Depois de cumprido o dever, para orgulho da Pátria socialista, preparou a nave para a viagem de regresso à Terra. Mas já não tinha um país para onde voltar. O poderoso império deixara de existir. Foi obrigado a orbitar em torno da Terra durante mais alguns dias até que pessoas de boa vontade decidissem para que país deveria regressar.
Com esta observação termino com esperança renovada de que, independentemente do grau de força bruta utilizada contra nós, os nossos sonhos nunca morrerão.

Deus vos abençoe. Muito Obrigado.

TIMOR LESTE
CNRM
TIMOR LORO SAE

CONSELHO NACIONAL DA RESISTÊNCIA MAUBERE
NATIONAL COUNCIL OF MAUBERE RESISTANCE
CONSEJO NACIONAL DE LA RESISTENCIA MAUBERE
CONSEIL NATIONAL DE LA RESISTANCE MAUBERE

JOSÉ RAMOS-HORTA

THE CNRM PEACE INITIATIVE AND THE ISRAELI-PALESTINIAN AGREEMENT ON SELF-GOVERNMENT

** A discussion paper presented to the seminar «Peace Initiatives for East Timor» held at the Australian National University, Canberra, July 10-11, 1995. José Ramos-Horta is Special Representative of the Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) and personal representative of the Leader of the Resistance, Commander Xanana Gusmão.*

Ladies and gentlemen:

First, I must apologize to Dr. Michael Salla and everyone involved in this initiative for not keeping my promise to participate in person as I would have liked to. Numerous other initiatives and events in Europe demanded my presence and rendered it impossible a trip to Australia. I cannot thank enough everyone for this long overdue initiative at an academic institution that prides itself for its intimate relationship with the Australian Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT) and with the Suharto regime.

It was more than five years ago that the Resistance leader, Xanana Gusmão, formally articulated the principle of dialogue without pre-conditions. However, this was not the first time that this peace offer was made. In a letter dated June 1984 to the then Minister for Foreign Affairs, the Hon. Bill Hayden, I conveyed to him the willingness of the resistance to enter into direct talks with Indonesia without pre-conditions under UN auspices and asked him to convey this to Jakarta. Mr. Hayden declined. In the following months and years I kept hammering on this idea with the UN and Portuguese diplomats.

What is known today as the CNRM peace plan started off as a discussion paper which I prepared for my FRETILIN colleagues overseas and the Portuguese Foreign Minister in February 1989. This discussion paper containing almost all the elements of the 1992 CNRM peace plan was thoroughly debated and adopted by the external wing of FRETILIN in a meeting in Lisbon in July 1989. In September, Mr. Abilio Araujo, then FRETILIN leader overseas, handed over a copy to Mr. Paulo Pires, then a senior UDT leader in Lisbon, with a request for comments. Another copy was handed over to Mr. João Carrascalão, also of UDT, in Sydney. However, UDT never commented on the paper.

The CNRM peace plan which I first and formally presented to the European Parliament in Brussels in April 1992, to the Council on Foreign Relations in May 1992 and to the UN also in May 1992, was in fact the result of a long process of deliberation among all FRETILIN leaders abroad and by Xanana Gusmão.

As this proposal has been widely disseminated and is available for consultation I shall not elaborate on all its details. Rather I shall address only the main points. In essence, what is now known as the CNRM peace plan is a modest set of ideas aiming at contributing to an end to the East Timor conflict. The expression "peace plan" used here and elsewhere is a generous reference to this modest contribution in the search for a solution to the East Timor problem. A peace plan as such in *strictu sensu* entails a declaration of principles initialed by the high contracting parties with additional annexes detailing the mechanisms agreed upon.

The CNRM Peace initiative proposes to solve the East Timor conflict within a time frame of 5 to 10 years in a step by step process that takes into consideration the interests of all parties, namely, East Timor, Portugal and

Indonesia.

In his treatise, *On War,* Clausewitz argues that war is the continuation of politics by other means and negotiations come about when the parties involved realize that the costs of continuing the conflict are too high. While Clausewitz referred to the land wars of the XVIII and IXX centuries in Europe that were confined within the boundaries of the old continent, the wars of today usually have regional if not global consequences because of the modern weapons used or because of their economic consequences.

The 1973 Arab-Israeli conflict had world-wide implications not only because of the weapons of mass destruction deployed by all sides, but also because of the use of oil as a tool of war. As much as an earthquake in Japan can affect the economies of countries as far away as Vanuatu or Peru, a war waged by Indonesia in East Timor cannot be insulated from the rest of the world. In this increasingly interdependent world, ever smaller by the fantastic surge of the electronic media and now by the information highway, there is no dictator who can escape world scrutiny. The case of East Timor is one of the most revealing examples of how fruitless are the efforts of dictators and others alike to confine certain events to a restricted area.

For Indonesia, the costs of the East Timor conflict are beginning to exceed the current benefits and future potential dividends. Here costs are defined not only in quantifiable terms (soldiers killed or wounded, loss of materiel, money disbursed, damage caused by sanctions) but also in subjective terms, namely international embarrassment and diplomatic setbacks. For the East Timorese, the costs are immensely larger in material terms while the non quantifiable element weighs heavily in our favor.

It appears that for the Indonesian regime, the incentives for direct negotiations with the resistance are not strong enough to warrant it. Hence, one question can be asked: what is the use of a CNRM peace initiative if the other side sees no need for negotiations?

The CNRM peace initiative was not aimed only at the Suharto regime as a means and incentive towards an honorable way out of the East Timor quagmire. It was meant also for the Indonesian society in general and the international community. It meant to convey to the Indonesian society and the international community the sense of responsibility, maturity and moderation of the East Timorese resistance leaders. This CNRM objective has been achieved to a limited extent as the peace plan is gaining support world-wide. And this can be translated into costs for the regime if it continues to refuse to enter into dialogue with the resistance.

I will try now to look into the similarities and relevance between the Israeli-Palestinian peace process and the basic elements of the CNRM peace initiative. The "Declaration of Principles on Interim self-government Arrangements" (DOP), signed on 30th September 1993 in Washington, resembles in essence the CNRM peace initiative of 1992 or the earlier document of 1989[1]. However, I wish once again to emphasize that the CNRM initiative is a unilateral plan offered as a gesture of good will to the adversary, while the DOP is a formal agreement initialed by the high contracting parties and the result of a long process of bi-lateral and multi-lateral negotiations conducted by numerous mediators.

What to me is the most salient political element in the two documents is that both the CNRM initiative and the DOP freeze discussion and decision on the final status of the respective territories and postpone a decision to a later stage. The CNRM proposes a settlement of the status of the territory at the end of Phase II of the plan, i.e., at the end of the second phase (autonomy) which would be valid for five years renewable for another five, while the DOP provides also a 5-year interim period of Palestinian self-rule with discussions on the permanent status beginning no later than the 3rd year of the interim period.[2]

Neither the CNRM peace initiative nor the DOP prejudge the permanent status of East Timor or of the occupied territories of Palestine. Other similarities exist. The DOP establishes the following phases:

A. Gaza-Jericho: self-rule in the Gaza strip and the Jericho area, including withdrawal of Israeli forces from those areas;

B. Early Empowerment: In the rest of the West Bank, responsibilities on education, culture, health, social welfare, direct taxation and tourism are to be transferred to a Palestinian authority.

C. Interim Agreement and Elections: a Palestinian Council will be elected.

D. The Permanent Status: negotiations on the permanent status will commence as soon as possible but not later than the beginning of the third year of the interim period (May 1996).

The CNRM peace initiative calls for demilitarization, the training by the UN, and deployment of an East Timorese police force, stationing of UN specialized agencies and an expanded presence of the ICRC, appointment of a resident representative of the UN SG, release of prisoners, etc. These are *sine quo non* conditions for phase two to be effected, namely elections for a Territorial Assembly vested with ample powers.

What are the conditions that exist in the Middle East that compelled the two parties in the Israeli-Palestinian conflict to negotiate and do not exist in the case of East Timor?

It is true that the end of the Cold War and the Gulf war weakened the Palestinian-Arab camp vis-à-vis Israel. The Palestinians can no longer count on a military powerful patron, the USSR, and the Gulf War divided even more an already divided Arab world. However, Israel cannot go on counting on the US as its unconditional patron. The Middle East remains a region of major strategic importance even in the post Cold War and the US is forced to rethink its relationships in the region and is strengthening its ties with Saudi Arabia and the small Gulf States.

---

[1] See Annex I, The Madrid Framework and Annex II, Israeli-Palestinian bi-lateral negotiations.

[2] See Annex III, "Q&A: East Timor's Peace Proposals", interview with Jose Ramos-Horta conducted by Michael Richardson, International Herald Tribune, February 20, 1995

In the case of East Timor, the Cold War argument that served as the rational for Indonesia's invasion ceased to exist. Indonesia's relative importance during the Cold War has been lessened but it retains its economic attraction for the West. Indonesia's stability and security remains a major concern and strategic goal for the West. Having lost the communist ghosts provided by Cold War to justify its occupation of East Timor, lately Jakarta has resorted to a new scare tactic, the Yugoslavia scenario.

In the Israeli-Palestinian conflict, two major world powers, the US and Russia worked relentlessly to push the peace process. The successful Norwegian mediation was possible only because of the changing strategic equation in the Middle East, the end of the Cold War, and the pressure brought to bear by the two super-powers on all the parties in the region.

In the case of East Timor, the US remains non-committal and only formally supports the secretary-general's modest efforts. The USSR which had marginal interest in East and Southeast Asia is now even less interested and capable of influencing events in the region.

It is obvious that the East Timor conflict not even remotely resembles the Israeli-Palestinian conflict in the complexity and seeming intractability of the latter. A glance over the map in Annex II will provide a taste of the enormous complexity of the Middle East peace process and it shows how there cannot be a separate Israeli-Palestinian peace without parallel negotiations and peace between Israel and the neighboring Arab states.

The East Timor conflict is a very simple one to resolve by comparison. It involves only two parties - the people of East Timor and the Indonesian regime. There are no overlapping border claims, no inter-ethnic or inter-religious problems. If the countries of the region that comprise ASEAN and Australia and New Zealand have not shown much interest in the conflict this is partly because none has any particular claim to make and this can in fact work favorably towards resolving the problem. But then what is required for an East Timor-Indonesia dialogue to take place? Before I try to answer this question let me restate a number of points:

1. The CNRM recognizes Portugal as the Administering power of East Timor, the only State with international legal competence to enter into dialogue, negotiations, agreements, treaties that affects East Timor;

2. The CNRM supports the mandate of the UN SG in the framework of the GA Res. 37/30 (1982);

3. The CNRM declares as valid its 1992 peace initiative and remains ready to enter into direct negotiations with the government of Indonesia without prejudice of Portugal's role as administering power of the territory;

4. The CNRM declares that the resistance in East Timor will continue and will escalate until such a time when the CNRM believes that Indonesia has shown good faith;

5. The CNRM will continue to endeavor internationally to render Indonesia's occupation increasingly more costly.

I will now elaborate on what I believe the international community can do to push all parties to negotiate towards an early resolution of the conflict:

1. The US and the EU enter the peace process as co-presidents with the UN secretary-general;

2. If all parties agree, the ASEAN SG or a senior official of this organization join also as co-presidents;

3. Once Jakarta's agrees with the new framework of negotiations and with a comprehensive package of interim measures to resolve the conflict, Indonesia should benefit from a corresponding package of incentives: restablishment of diplomatic relations with Portugal; lifting of the Portuguese veto on the EU-ASEAN agreement;, substantial increase in the aid, loans and grants to Indonesia by the multilateral agencies along the lines of the incentives offered to the Arab states and Israel involved in the peace process. The interim measures include the elements contained in Phases I and II of the CNRM peace initiative and in the Burg Schlaining Declaration and its Annexes.

4. The CNRM declares its willingness to help Indonesia resolve its current or potential conflicts within its internationally-recognized boundaries with firm respect for its territorial unity and integrity along the lines of Indonesia's mediation of the Moro conflict in the Philippines.

Gorbachov and Frederick De Klerk were men of the *status quo* and were part of the dictatorial systems that bankrupted their countries. They had the courage and vision to change course. Suharto of Indonesia can be the man who brings democracy for Indonesia and freedom for East Timor. He needs the courage and humility of the great men who can change history. There is a golden opportunity, the 50th anniversary of the founding of the Indonesian Republic, for Suharto to begin a new era in his country's history.

Last but not least, a word about Australia's role. Can Australia play a role and is it willing to play an active role? Notwithstanding, my well-known criticism of Australia's and in particular of its Foreign Minister's policies regarding East Timor, no one denies Australia's successful contributions in resolving other regional problems. Its active involvement in the debate on the reform of the UN is commendable. And now that the Timor Gap saga has ended with a small consolation, procedural victory for Canberra while Portugal and East Timor won the most important victory on the self-determination issue, Australia can rethink its East Timor policy.

Australia has paid a heavy price and has been a victim of Indonesia's brutal occupation of East Timor. Time and again, Australia is accused of hypocrisy, double standards and betrayal because of its East Timor policies. The spectacle of Australia on the defendant seat in the International Court of Justice in the Hague in February during the three-week long oral proceedings was deeply embarrassing. All because of Indonesia's occupation of East Timor. Isn't it time for Australia to demand more flexibility from Indonesia? Or should Australia go on endorsing an immoral policy that has cost Australia so dearly? It is now obvious that the East Timor problem will not go away and as long as it is not resolved it will grow into a rock in Australia-Indonesia relations as Foreign Minister Gareth Evans acknowledged recently.

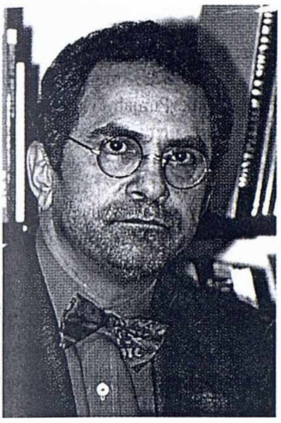
For the prophets of doom who never believe that our heroic people can survive and win, I will answer only that greater and more powerful empires have evaporated in the face of the will of the people. The peoples of East Timor and Indonesia too will prevail.

JOSE RAMOS-HORTA

ARTIGOS DE OPINIÃO

East Timor's Opportunity

With political change, time for Jakarta to cut its losses



P. Lesegretian — Sygma

JOSE RAMOS HORTA
is an East Timor resistance leader and joint awardee of the 1996 Nobel Peace Prize

It comes as no surprise that the Hong Kong investment bank, Peregrine, collapsed. It prospered with the Asian boom and its British-born chief executive, Philip Tose, had long praised Asia's authoritarian governments and thumbed his nose at democracy. Ironically, his nemesis was in Indonesia, a country he had long admired, where crony capitalism and corruption thrive and lack of democracy denies people the right to correct the failings of government. Meanwhile, Democrat leader Martin Lee blamed Hong Kong's financial woes not on too much democracy, but on too little. I tend to agree with Mr Lee.

The financial debacle in the region debunks the myth of the so-called "Asian values" promoted by leaders such as Jiang Zemin, Mahathir Mohamad, Suharto, Lee Kuan Yew and Goh Chok Tong. They claim that in the Asian paradigm, values such as "consensus" and "stability" trump individual rights and freedom. They claim that in order to further development, a strong state is needed to "guide," "organize" and "protect" business. Unfortunately some of that business now has been shown to be thriving on corruption, nepotism and lack of accountability.

> Through its stabilizing role in the region now, the U.S. is in a position to force the inclusion of the East Timor question in the ASEAN Regional Forum

The process of economic collapse under way in Indonesia strikes at the very core of the Suharto regime's legitimacy. For years, Indonesian elites and their foreign backers have argued that lack of freedom and authoritarianism were necessary prices to pay for economic development. But to what end development? In Indonesia virtually all business is owned by Suharto's family and their cronies, and crony capitalism is eating away the foundations of the country's economy — resulting in an obscene gap between the rich and poor. Political change is now needed urgently in Indonesia and Suharto must not seek re-election for his seventh term in office.

Though we East Timorese have been at the receiving end of Indonesia's barbarism, I have urged the U.S. administration to provide strategic leadership and vision to help rescue the economies of Indonesia, Malaysia, Thailand and South Korea. Of all leaders in the region, most deserving of support today is South Korea's new president, Kim Dae Jung. He and his people embody the struggle of freedom and democracy in the Asia-Pacific. This is the moment for the U.S. to use its financial leverage to push for a strategic vision in the region which incorporates reforms in democracy, respect for human rights, rule of law, transparency and accountability.

The rich countries should view Asian nations and their people as partners to be helped in times of trouble, and not as golden opportunities for taking over market share when their assets have collapsed. This is a disturbing aspect of the bailout schemes arranged by the International Monetary Fund. Another is that they are turning out to be a bailout not of troubled countries but of their international creditors. The private losses of foreign creditors seem to be socialized because under the bailouts, their debts are transferred to the government and therefore must be repaid by taxpayers. All this is dangerous because it will result in a backlash of resentment and anger from ordinary Asians.

With political change inevitable in Indonesia, Jakarta can hardly afford the economic and diplomatic costs of the ongoing occupation of East Timor. I am encouraged by the moves of the United States and Britain, but more is needed to push Indonesia to cut its losses in East Timor — more so now, when it is facing financial turmoil. It is estimated that Indonesia spends close to $1 million a day maintaining 15 battalions of troops in the territory, together with a huge network of spies and informers.

If a movement toward durable peace is to begin in East Timor, the starting point must be incentives for parties to stop the war. Political prisoners need to be released, and Xanana Gusmao, whom I represent, must be freed at once. The Indonesians must engage him and my co-Nobel Peace laureate, Bishop Carlos Ximenes Belo, in serious talks to restrain the increasingly desperate and frustrated young generation in East Timor.

The human rights violations must stop and troop reduction must be implemented. That could be followed by local autonomy and eventually a referendum on self-determination under U.N. auspices. Indonesia also must set up a haven in East Timor for the resistance fighters under international humanitarian protection — a guarantee that they will not be slaughtered by the Indonesian army. For its part, the resistance must pursue a non-violent strategy inspired by the great men of this century — Mahatma Gandhi, Martin Luther King, the Dalai Lama.

The U.S., through its stabilizing and supportive role in the region at this time, is in a position to force the inclusion of the East Timor question in the ASEAN Regional Forum, and to encourage a dialogue on human rights and democracy. A comprehensive security agenda for peace and stability, with a formula of conflict resolution acceptable to all parties, is overdue in the region. In Indonesia, the day of reckoning has now arrived: I believe a reformed system will be in place post-Suharto. Because of this, East Timor's freedom is in sight. ■

THE SYDNEY MORNING HERALD
WEDNESDAY, JANUARY 7, 1998

JOSE RAMOS HORTA

Hope remains in East Timor

The East Timorese remain puzzled by Australia's cosy relationship with Indonesia.

LAST year was one of dramatic developments in the East Asian region. It has brought the collapse of a myth and at the same time offered opportunities for necessary political reforms.

Nearly six months have passed since a currency crisis brought financial havoc and spurred a panic run by foreign investors from the region – a region that was home to the world's fastest growing economies and was the envy of the developing world.

Indonesia has been hit the hardest, and the process of economic collapse strikes at the core of the Soeharto regime's legitimacy. For many years, Indonesian elites and their foreign backers have argued that the lack of democratic freedoms and authoritarianism were necessary prices to pay for economic development. The prices paid by Indonesians during the past 30 years were high. Exploitation, oppression and exclusion from political participation were prevalent. In addition, natural resources were depleted and the environment seriously damaged. Wealth has been distributed in a very inequitable manner and traditional social structures, that previously kept a balance in society, have been undermined and destroyed.

This regional economic collapse is partly a result of these social and political shortcomings – the same characteristics that have allowed issues such as East Timor to fester for so long and not be addressed.

It is clear that it is a matter of enlightened self-interest for those economies in Europe and North America not, as yet, directly implicated in the recent Asian economic collapse to help these economies get back on their feet. It should also be clear that as part of this package of assistance there must be attention to the social and political foundations – so that future development occurs on a more stable base. Accountability, transparency and respect for democratic values are necessary prerequisites for sustainable and equitable development – as they are prerequisites for the solution to issues such as East Timor.

I am cautiously optimistic about East Timor, which is widely recognised as a significant and substantial issue. The United States, the European Union (soon under the presidency of the British Foreign Secretary, Robin Cook) as well as the United Nations all openly recognise it as an issue of concern, both because of the horrendous human rights abuses that have occurred and continue to occur and because of the obvious legitimacy of the Timorese cause. The Secretary-General of the UN, Kofi Annan, sees East Timor as an important issue that must be resolved and has appointed a capable diplomat, Jamsheed Marker, as the UN envoy specifically for this matter. Recently the involvement and interest of Nelson Mandela have, of course, been very heartening.

These signs of support have been backed up by actions such as the recent US Congress vote to prohibit the use of American weapons in East Timor thus, in effect, recognising it as distinct from Indonesia. This decision adds to a previous ban on small arms sales and training of Indonesian officers in the US. The British have also extended a ban on sales of certain types of weapons such as water cannon to Indonesia. Also, brave individuals within the pro-democracy movement in Indonesia have had the courage to speak out about the rights of the East Timorese people to self-determination. So there are grounds for optimism – but we must acknowledge that the matter is a long way from resolution.

In these circumstances it is sad that the Australian Government has chosen to take so little interest in a solution to the matter. As a significant regional power and one that was looked to by other governments for guidance on the East Timor issue, Australia was in a strong position to exert influence over what happened there. Not only is Australia a close neighbour to East Timor, it is also one that has shared significant parts of our history.

In World War II Australian commandos occupied the neutral territory of East Timor to help Australia's strategic defence. Unfortunately this led to tragic consequences for the East Timorese people. Many died as a result of the subsequent Japanese occupation. One of these was my grandmother – brutally murdered by the Japanese in reprisal for Timorese (who included my grandfather) assisting the Australians. My family's experience was not unusual during that occupation.

Australia and East Timor have another link brought about by the refugees arriving here since 1975. More than 15,000 East Timorese are living in Australia and as a people we are appreciative of the opportunities that have been afforded us here. However, we are saddened and confused to find that the Australian Government is determined to pursue all means to send recent refugees – "asylum seekers" – to Portugal. It seems that whereas our oil may be shared between Australia and Indonesia, our refugees are deemed to be Portugal's problem.

Equally we would wish that Australia would take a principled stand and cease supporting the Indonesian dictatorship by training its military officers, engaging in joint military exercises here and sharing intelligence with its military – activities that are detrimental to the East Timorese people.

We understand and acknowledge the "realpolitik" of Australian governments that led to Australia's acceptance of the Indonesian invasion and occupation of our country and the key diplomatic support given at that time by Australia to Indonesia in forums such as the UN. We understand that it was expedient for Australia to look away as the massacres occurred in East Timor, to consolidate an illegal occupation.

The circumstances that led to this tragic situation were complex. The Indonesians cannot escape blame for the tensions and ensuing civil war in August 1975 as its army intelligence branch actively worked to create tensions and divisions in the territory. However, we, the East Timorese political leaders, cannot pretend that we were all innocent. We acted at times with obvious and understandable immaturity but at other times with reckless irresponsibility.

Though Indonesia helped foster the climate of tension in the territory in mid-1975, we were the ones ultimately responsible for our own actions. We were the ones who pulled the trigger and unleashed a civil war that caused the deaths of hundreds of our own brothers and sisters. Some in Fretilin were particularly violent during that period and their actions created deep divisions and resentment in East Timor.

As early as 1974, Australian policies were firmly set to support the Indonesian incorporation. The possibility of positive influence by Australia on the emerging political process in East Timor was lost; instead the Australian Government decided to become the main diplomatic ally of the Indonesian occupation and try to help give it legitimacy. This process and Australia's subsequent entering into the "Timor Gap" oil treaty with Indonesia caused profound regret and disappointment to many East Timorese.

However, Australia is still seen as a friend by most East Timorese people. We recognise these government policies of "realpolitik" are not widely supported in the Australian community. We understand that many Australians have a sense of fair play and are concerned about the injustice being perpetrated in East Timor.

As East Timorese, we look forward one day to living in our own country – a country at peace and governed democratically. When that time comes, Australia can be sure that East Timor will be a good neighbour – and a friend.

Jose Ramos Horta is a Sydney-based East Timorese independence leader and Nobel laureate.

Herald INTERNATIONAL Tribune
PUBLISHED WITH THE NEW YORK TIMES AND THE WASHINGTON POST

Saturday-Sunday, January 3-4, 1998

For an East Timor Settlement

By José Ramos Horta

SYDNEY — As 1998 begins, it is time for the international community to press harder for a peaceful solution to the East Timor conflict, which first became a United Nations issue in December 1975 when Indonesia invaded and occupied the territory.

In the last few days before the invasion, the East Timorese Fretilin party, with me as its foreign affairs spokesman, made a unilateral declaration of independence from Portugal, the colonial ruler. That declaration prompted Jakarta to invade.

Twenty-three years later, the toll has been enormous. East Timorese have experienced brutality of genocidal proportions, with the loss of around one-third of the population. Our culture has been severely damaged, our people marginalized by Indonesian immigrants, their land taken and the environment destroyed.

Indonesia has suffered increasing international opprobrium. A looming recession, following the collapse of the Indonesian currency in the East Asian financial turmoil since mid-1997, will challenge the legitimacy of President Suharto's government. It is now clear that the end of his regime is near and East Timor's freedom is in sight.

Both sides should reflect on the East Timor tragedy and seek a negotiated settlement.

Although the invasion was probably the most serious political and military mistake in Mr. Suharto's long rule, we East Timorese leaders must have the courage and humility to acknowledge our share in the tragedy. Indonesia did its utmost to undermine the 1974-1975 decolonization process initiated by the Portuguese, but we also bear responsibility for the way things unfolded.

A handful of East Timorese students returning from Portugal (led by the purported Maoist Abilio Araujo, now a wealthy entrepreneur in Portugal) introduced Marxist terminology to the territory. This worried Jakarta. It feared that an independent East Timor under a radical Fretilin could become a beachhead of leftist subversion in the Indonesian archipelago, following the Communist takeover of Vietnam in mid-1975.

Indonesia cannot escape blame for the political tensions and the ensuing civil war in August 1975 as its military intelligence branch sought to inflame and divide the territory.

But East Timorese leaders, too, sometimes acted with understandable immaturity and at other times with reckless irresponsibility. We were the ones who unleashed a civil war that caused the deaths of hundreds of our own people. Some in Fretilin were particularly violent during that period, creating deep divisions and resentment in East Timor.

The Indonesian occupation did even greater damage to our society. It is time all of us looked at our future in a spirit of sincerity and humility about our past. We need to face the future with honesty, clear vision and purpose.

Indonesia must improve the situation in East Timor. Political prisoners should be released; the widespread human rights violations must stop, and Indonesian troop reductions should be carried out. Bishop Carlos Ximenes Belo, my fellow Nobel laureate, has appealed to Indonesia through the United Nations to end violence and torture.

Such steps could lead to local autonomy and eventually a referendum on self-determination for East Timor under UN auspices to work out the final status of the territory.

The East Timorese resistance fighters must cease their activities and pursue a nonviolent strategy inspired by the great men of this century, Mahatma Gandhi, Martin Luther King and the Dalai Lama.

As Indonesia faces an increasingly difficult future, it cannot afford the economic and diplomatic costs of a continuing occupation of East Timor.

I am encouraged by the moves of the United States and Britain to help find a peaceful solution to the conflict. But more effort by the international community as a whole is needed to push Indonesia to cut its losses in East Timor.

The writer, who shared the 1996 Nobel Peace Prize, contributed this comment to the International Herald Tribune.

San Francisco Chronicle

BAY AREA
AND CALIFORNIA

MONDAY, NOVEMBER 3, 1997

OPEN FORUM

Toward Peace on Earth

We need code of conduct linking arms sales, human rights

By Jose Ramos-Horta

On Friday, the State of the World Forum will host a dialogue called "Should Great Crimes Against Humanity Be Forgiven?" The forum is a nonprofit, global educational organization that seeks to address the fundamental challenges facing humanity. Participants include Jose Ramos-Horta, who received the 1996 Nobel Peace Prize with Carlos Felipe Ximenes Belo, for their work toward a just and peaceful solution to the conflict in East Timor.

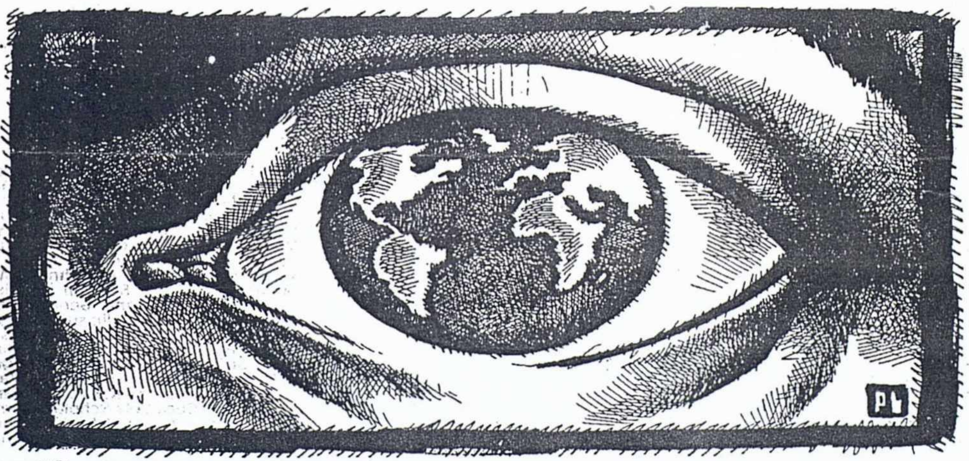
AS WE PREPARE to enter the Third Millennium, each of us might wish to reflect on what has been the last hundred years of the history of mankind, on the extraordinary positive achievements in every level of human activity but also on the darker side of our humanity. Conferences such as the State of the World Forum, here in San Francisco, or Forum 2000, held in Prague last September at the initiative of President Vaclav Havel and Elie Wiesel, demonstrate this need of evaluation, of contemplation in a period of transition.

The geopolitics of our world have undergone tremendous changes. Nations have disappeared and new ones have emerged. The notion of "global village," born from the progress in transports and telecommunications, has made us even more interdependent and responsible for what happens around the world, as it becomes increasingly difficult to dismiss our responsibility by pleading ignorance. (Tyrants immune to international scrutiny only a decade ago are no longer safe. An event taking place in a remote village or Burma soon finds its way to the world through the air waves or the Internet.)

We must recognize that significant advances have been made in the past 50 years in the global struggle for human rights and the rule of law. The international community, through the United Nations and at a regional level, has developed an impressive mass of binding international legislation and protection mechanisms that had been unthinkable. Awareness about human rights is now much more widespread than ever and victims have learned how to make use of the existing international procedures for protection of human rights. For instance, the U.N. Human Rights Center in Geneva receives each year about 500,000 letters, reports, faxes and telegrams denouncing cases of human rights violations from every corner of the globe.

Even in Asia, our tortured corner of the world, unprecedented events are taking place. The peaceful overthrow of the dictatorship in South Korea is of enormous significance for democracy and rule of law in the entire region. For the first time in the history of Asia, former heads of states and other leaders are being prosecuted for their crimes while in office. The people of South Korea are challenging the sacrosanct myth of national security interest, which allows leaders to imprison, torture and murder with impunity.

Countries in all parts of the world, including Latin America (Argentina, Brazil, Chile, Costa Rica), Africa (South Africa, Mozambique, Cape Verde Botsana), Asia (Philippines, Malaysia, Thailand and South Korea) stand out as living proof that human rights are fundamental freedoms, rule of law and democracy are universal values, and that both go hand in hand with economic development.



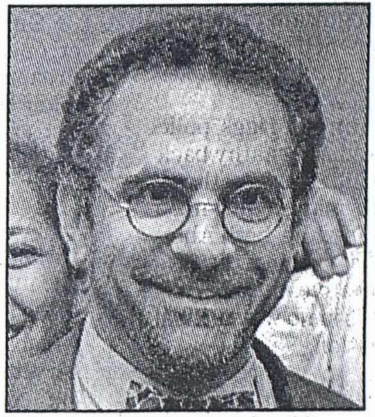
BY PAUL LACHINE

But as I write, people are imprisoned arbitrarily and tortured by the Indonesian occupation troops in my homeland, East Timor; the victims of land mines must learn to live with their mutilated bodies in Angola or Bosnia; innocent villagers are butchered in their sleep and babies burnt alive in Algeria. Crimes occur in places far away from the peaceful and prosperous shores of the Western democracies, when in reality, these are the same countries which encourage them.

On May 29, I joined with 14 other past winners of the Nobel Peace Prize — including the Dalai Lama, Betty Williams and Elie Wiesel — to launch a campaign for an international code of conduct on arms transfers. This initiative adopted by the State of the World Forum is the brainchild of Oscar Arias, laureate of the 1987 Nobel Peace Prize. The code would require arms suppliers to certify that all arms recipients meet common-sense criteria, such as compliance with internationally recognized human rights and democracy standards, before transferring weapons. We have presented our idea at the European Union and United Nations, and we are encouraging all arms exporting countries of the world to adopt it.

Since the end of World War II, more than 20 million people in the developing world have died as a direct result of the sale of weapons from rich nations to less affluent nations. In August 1977, Indonesian air force pilots murdered my 21 year-old sister, Maria Ortencia, along with at least 20 children in a remote village in East Timor. My sister and these children were only a few of the more than 200,000 people that were killed in East Timor from December 1975, when Indonesia invaded and illegally annexed the newly independent land, to 1979. Indonesia waged this war, and continues to wage this war, using an arsenal of weapons imported from the United States and Europe.

Sadly, my homeland is not the only place where such repression and destruction takes place. In 1995, exports of "conventional" arms — bombers, guns, armored personnel carriers and the like — to the developing world totaled over $21 billion. The majority of these weapons were sold to undemocratic governments. The five permanent members of the U.N. Security Council, who have been entrusted to guarantee peace and security in the world, who make the loudest rhetorical speeches about human rights, are also the ones whose arms manufacturers made most of the weapons that have caused most of the destruction of countries and peoples since the end of World War II, by arming unelected and abusive regimes.



ASSOCIATED PRESS

JOSE RAMOS-HORTA
Nobel Laureate

Such transfers not only threaten the lives of innocent people in far off lands but also increasingly threaten U.S. and other peacekeeping troops. In several recent instances (Haiti and Somalia, for example) American arms were turned on U.S. forces. Arms exports to these governments were made in the context of the Cold War, but as Representative Dana Rohrabacher, a former speechwriter for President Ronald Reagan and a principal supporter of the code of conduct, recently said in Congress:

"The Cold War is over. It is time for us to have a new code of conduct that puts democracy and human rights ahead of a fast buck in selling weapons to the dictators around the world who repress people and violate the very principle which the country is supposed to be all about."

Land mines, torture equipment, cluster bombs, chemical weapons are weapons designed to inflict pain and death on human beings. Most victims are civilians, women and children. How can arms manufacturers, weapon designers, plant managers, politicians — who have families of their own whom they love — be so insensitive when it comes to the suffering of other human beings?

Human rights are not only a moral imperative. Human rights, fundamental freedoms and rule of law are also the only real guarantee of peace and stability that are so necessary for economic progress, for international trade and investments. Ultimately, a repressive regime that oppresses its people, denies the right of workers to form independent trade unions, suppresses academic freedom and freedom of expression, is not a reliable partner.

The Washington Times

ashtimes.com WASHINGTON, D.C., WEDNESDAY, JULY 23, 1997 ★★★ PHONE: (202) 6
SUBSCRIBER SERVICE: (202) 6

Deadly arms sales

By Jose Ramos-Horta

On May 30, I joined with fourteen other past winners of the Nobel Peace Prize — — including the Dalai Lama, Betty Williams and Elie Wiesel — to launch a campaign for an international "Code of Conduct" on Arms Transfers. This initiative is the brainchild of Oscar Arias, the former President of Costa Rica, and winner of the Peace Prize in 1987. The Code would require arms suppliers to certify that all arms recipients meet certain common-sense criteria, such as compliance with internationally-recognized human rights and democracy standards, before transferring weapons. We have presented our idea at the European Union and United Nations, and we are encouraging all arms exporting countries of the world to adopt it.

The United States — the world's leading exporter of weapons — has an opportunity this week to lead the world in the formulation of responsible arms transfer policy by establishing its own Code of Conduct. Legislation setting democracy, human rights and non-aggression standards for U.S. arms customers is currently pending in a House-Senate conference committee on a State Department funding bill. The conference committee, scheduled to begin meeting this week, should retain the measure, both for practical and moral reasons.

I did not hesitate when President Arias asked me to join him in this effort, since my own family has been on the receiving end of weapons supplied by the Western democracies to one of the most brutal regimes in the world.

In August 1977, Indonesian air force pilots murdered my 21-year old sister, Maria Ortencia, along with at least 20 young children in a remote village in East Timor. My sister and these children were only a few of the more than 200,000 people that were killed in East Timor from December 1975, when Indonesia invaded and illegally annexed the newly independent land,to 1979. Indonesia waged this war, and continues to wage this war, using an arsenal of weapons imported from the United States and Europe.

Sadly, my homeland is not the only place where such repression and destruction takes place, facilitated by the willingness of arms exporters to sell their weapons to murderous regimes. In 1995, exports of "conventional" arms —bombers, guns, armored personnel carriers and the like — to the developing world totaled over $21 billion. The majority of these weapons were sold to undemocratic governments. The five permanent members of the U.N. Security Council, the same countries that are entrusted with upholding peace and security, are the very ones that have contributed most to the devastation of countries and peoples around the world, by arming unelected, abusive or aggressive regimes.

Such transfers not only threaten the lives of innocent people in far off lands but also — increasingly — threaten U.S. and other peacekeeping troops sent to restore order. In several recent instances (Haiti and Somalia, for example) previously-transferred American arms have been turned on U.S. forces. Arms exports to these governments were made in the context of the Cold War, but as Rep. Dana Rohrabacher, a former speech writer for President Reagan and a principal supporter of the U.S. Code of Conduct, said recently in Congress: "The Cold War is over. It is time for us to have a new code of conduct that puts democracy and human rights ahead of a fast buck in selling weapons to the dictators around the world who repress people and violate the very principles which this country is supposed to be all about."

My own family has been on the receiving end of weapons supplied by Western democracies.

The legislation, whose fate now rests with a small committee of senators and representatives, establishes four eligibility criteria governments must meet in order to import American arms: democratic government; respect for widely-accepted norms of human rights; non-aggression against neighboring states; and participation in the U.N. Register of Conventional Arms. These criteria are all tenets of the administration's stated foreign policy, yet the majority of U.S. arms exports continue to go to states — like Indonesia — where people are unable to choose their government and/or suffer abuse for trying to obtain the same basic freedoms Americans enjoy.

Undemocratic or repressive governments are by their very nature unstable. To ensure that America's arms do not again outlast its alliances, and to ensure that U.S. weapons are not again used to kill innocent civilians, careful consideration should be given before weapons transfers proceed to such regimes. By writing these four criteria into U.S. law, the code of conduct will bring balance to a review process currently weighted toward short-term economic, strategic and diplomatic considerations.

Opponents of such a policy often claim that other governments will simply step in to fill an arms sales vacuum left by a unilateral U.S. Code of Conduct. However, I believe that if the U.S. leads the way, other exporters will follow, much as they did on American-led efforts to bar sales of ballistic missiles and anti-personnel land mines. In fact, the new British Labor government has announced support for a United Kingdom Code of Conduct. And I — along with my fellow laureates — will continue to work to globalize the policy.

Jose Ramos-Horta is co-laureate of the 1996 Nobel Peace Prize.

LOS ANGELES TIMES

INTERVIEW

“What they understand or try to portray as Asian values is in contradiction with the universally accepted rule of law of freedom from torture. . . .

The Nobel Peace Prize has given even greater hope and determination to the people of East Timor.

If Indonesia does not change and disintegrates like Iran 15 years ago, tens of billions of [dollars of] economic interests will be erased.”

Jose Ramos-Horta

Fighting in Exile for Self-Determination in East Timor

BY NANCY YOSHIHARA

In 1975, Jose Ramos-Horta fled his beloved homeland, East Timor, when Indonesia invaded and annexed the small island between Java and Australia. Since then, he has worked tirelessly so the world will not forget East Timor under the closed and brutal rule of Indonesia.

The island's plight finally received world attention when the 1996 Nobel Peace Prize was awarded to Ramos-Horta and another little-known activist, Roman Catholic Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo, for their work to bring peace to East Timor. More than 200,000 East Timorese have died—one-third of the population—as a result of war, terror, starvation and epidemics. Both men advocate self-determination for the island.

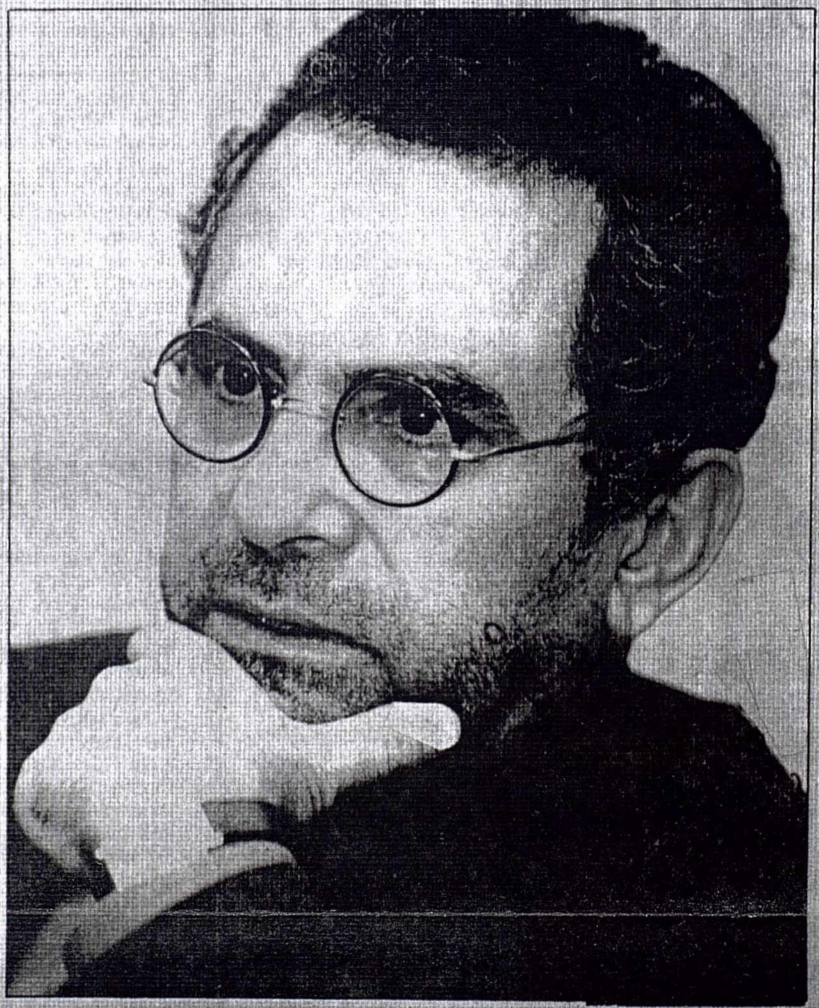
Belo, 49, remains on East Timor, a prominent figure among its largely Roman Catholic population and a calming influence amid the tensions between Indonesian forces and the local population. Ramos-Horta, in exile in Sydney, Australia, continues to press for a U.N.-sponsored referendum for East Timor. The United Nations does not acknowledge Indonesia's annexation of the former Portuguese colony, and classifies it under Portuguese sovereignty as a non-self-governing territory with the right to self-determination.

Ramos-Horta knows the United Nations well. He worked at its New York headquarters for 13 years for the government of Mozambique, which granted him a diplomatic passport after he fled East Timor. He moved to Australia in 1989. "I had had enough of the United States. I was burned out, broke, almost had a nervous breakdown."

Today, it's hard to imagine the 51-year-old Ramos-Horta as the former leftist guerrilla who was named East Timor's foreign minister 22 years ago. Low key and professorial in demeanor and dress (bow tie and wire-rimmed glasses), he fits right into the University of New South Wales, where he has developed a diplomacy-training program. His 18-year-old son lives in Mozambique with his ex-wife, Anna Pessoa, a judge in that country.

Ramos-Horta fears that East Timor is being held hostage to U.S. economic interests in Indonesia. But, "I must also say we are grateful to the Clinton administration, which even before the Nobel Peace Prize announcement, made East Timor an international issue and raised awareness in this country," he said during a recent conversation in Los Angeles. Clinton has called the East Timor situation "unconscionable" and, in March 1993, the United States backed, for the first time, a U.N. resolution critical of Indonesian human-rights abuses in East Timor. Nevertheless, the United States accepts Indonesia's incorporation of East Timor even as it acknowledges that no valid act of self-determination has taken place.

■ ■ ■



KEN HIVELY / Los Angeles Times

Question: *Why is a conflict on a small Asian island so important to the entire international community?*

Answer: Each of us, be it an American in Los Angeles or an American in Alaska or the British in Sheffield, England, should have some moral responsibilities, concerns about other fellow human beings . . . It's a question of conscience, particularly when you are secure, when you are safe in your home in your country. The least someone in the United States can do is to care about those who are suffering, particularly suffering as a result, directly or indirectly, of some U.S. role.

Q. *How would you characterize the Clinton administration's policy toward East Timor? You once described U.S. policy as "a complex contradiction." What did you mean?*

A. I understand the constraints imposed on the U.S. by the necessities of *realpolitik*. Indonesia is a country of 200 million with enormous wealth. We should not have any illusions that countries, the U.S. included, would make moral considerations a primary source of foreign policy. But, at the same time, a country like the United States, which is founded on certain ideals and being the only surviving superpower in the world, cannot simply relinquish these moral responsibilities and surrender to mere economic interests or make these principles totally hostage to *realpolitik*. In the case of the United States, it has expressed concern to the Indonesia side about human rights and East Timor; but, at the same time, it has provided Indonesia the same tools that cause the human-rights violations over which the U.S. is worried. The U.S., along with the United Kingdom, are the two largest arms suppliers to Indonesia.

Fortunately, I must also say we are grateful to the Clinton administration, which, even before the Nobel Peace Prize, raised awareness in this country. It took some modest steps in putting pressure on Indonesia, cutting some limited amounts of weapons . . . .

But this is very little in proportion to U.S. influence and its huge economic ties with Indonesia. These economic ties give the United States strong leverage . . . . That's why I believe the U.S. could be more active, without upsetting the strategic interest it has in the region.

Q: *Do you think the current problems the Clinton administration is having with political campaign contributions—a good chunk of which have come from Indonesian companies or individuals affiliated with Indonesia—help the East Timor situation or detract from it?*

A: If anything, I would believe that the administration would have to show the American people and the Congress that these contributions, whatever they are—I'm not stating whether they actually exist, whether they were wrong or right, whether they were in conflict with certain rules and ethics, all I'm saying is that whatever they are—would compel this U.S. administration to prove to the Congress and the American people that in no way are they affecting a moral and objective view of U.S. policy in regard to the tragedy in East Timor.

Q: *What has been the international response to East Timor since the Nobel Peace Prize? And where do you see it needing to go next?*

A: Two issues here. One, no matter the policy of the U.S. or any country in regard to Indonesia or East Timor, the East Timorese are going to continue the fight. We have shown in the past 21 years that we are able to survive every attempt to crucify us. We survived five American presidents—I mention this because they provided the weapons to Indonesia. The Nobel Peace Prize has given even greater hope and determination to the people of East Timor.

Second, it raised awareness in Indonesia itself, where there are growing sympathies and support for an independent East Timor. The current regime under President Suharto has aged and cannot live eternally. At some point, Suharto will follow the natural fate of Ferdinand Marcos, Deng Xiaoping and Kim Il Sung. There is an excellent window of opportunity for the U.S. to work on two fronts: to compel Indonesia to move on political reforms, open up its political system, engage in dialogue with the opposition . . . so that Indonesia can move into the 21st century in a stable way. On the East Timor front, the U.S. does not have to take sides in terms of supporting independence. But it should not support an annexation, which it knows to be illegal.

The U.S. could pursue a positive neutrality approach. What we mean is: It should simply support holding an internationally supervised referendum, whereby the people of East Timor would freely choose.

Q: *How could the U.S. compel Indonesia to have a more open political system?*

A: The global village and the global economy in which we are all entangled means that Indonesia cannot claim that the affairs of Indonesia are its own, a matter of exclusive domestic jurisdiction—because human rights are universal and transcend boundaries. Secondly, the dynamic multilateral trade that exists, with hundreds of millions, if not billions, of dollars invested in Indonesia's economy, gives a country like the U.S. a huge stake, an authority to tell Indonesia that it is in our interest that you change.

If Indonesia does not change and disintegrates, as Iran did 15 years ago, tens of billions of [dollars of] economic interests will be erased, and it would affect millions of jobs in the region. Instability in Indonesia would affect Malaysia, the Philippines, Hong Kong . . . across the region.

Q: *If you could have an ideal framework for East Timor, what would it be?*

A: I wouldn't say I think about the ideal scenario. The realistic scenario is we have to wait for Suharto to depart from the scene, either voluntarily leaving office or of natural death or graciously pushed out by the more reformist Indonesian military people. That would open up immense possibilities for a more serious dialogue with the East Timorese, because whoever comes after Suharto, even a new military leadership, would have its reputation, its hands clean of the East Timor conflict. Because of all the people who were involved in the planning and execution of the war in 1975, Suharto is the only one alive. So it's a question of his own reputation alone, not the interests of the republic that is at stake.

In that scenario, we would be prepared to be flexible and creative to enable Indonesia to disengage from East Timor gradually without loss of face, with honor and dignity, starting with a total demilitarization of the territory, release of all prisoners, end of torture. Then, followed by a general, limited autonomy, whereby East Timorese are in power to run their own territory without Indonesia losing any of its appearance of sovereignty over the territory. But, in the end, there would have to be a referendum.

In that scenario I'm convinced the overwhelming majority of the people of East Timor, 99.9%, would vote for independence. We East Timorese have to be realistic, in the sense that we have to move slowly, step by step, without rushing, so that there is no upheaval, no breakdown of the institutions, whatever they are. So East Timorese who serve in the Indonesian administration in East Timor do not fear being left out or, worse, prosecuted for collaborating. We have to offer a hand of reconciliation.

Q: *Have there been any efforts at organizing a boycott against Indonesia similar to what is happening in Burma, where a number of international companies have pulled out?*

A: The state legislature of Massachusetts has a (pending) bill aimed at prohibiting companies in that state from doing any business with Indonesia and to withdraw billions of dollars in pension funds in investments and securities in Indonesia. Rep. Patrick Kennedy (D-R.I.) introduced a bill in Congress to cut off about $26 million [in annual military assistance] to Indonesia, as well as $600,000 in military training.

That is not a major amount, but it has enormous political symbolism. Besides, it would be very difficult for the U.S. administration to justify to American taxpayers giving $600,000 or $26 million to Indonesia when the Suharto family has a fortune estimated to be $40 billion . . . .

It would also be difficult to explain that a country so wealthy that it gives so much in contributions to U.S. campaign politics should not receive this kind of money. This bill by Patrick Kennedy has strong practical and moral cover and a strong chance of passing in the House. It will be difficult for any congressman, after the Lippo scandal, to come out to object to Patrick Kennedy's bill.

Q: *Do you have a definition for what the Western world calls Asian values? Do you think they are so "incompatible" with democracy?*

A: It is not the Western world but certain Asian rulers—like Lee Kwan Yew, Li Peng and Suharto—who coined this phrase "Asian values." What they understand or try to portray as Asian values is in contradiction with the universally accepted rule of law, of freedom from torture, freedom from persecution, freedom of expression and so on.

What they are trying to say with "Asian values" is that, while in Europe and the U.S., individuals are protected from torture, from being shot, from being kidnapped for political reasons, these leaders should be able to do so with impunity. Wei Jingsheng of China. He is Asian. He is fighting for democracy, for the rule of law in China. Aung San Suu Kyi also is Asian. Cori Aquino and her late husband, [Benigno S.] Aquino are Asians who fought for democracy in the Philippines, and prevailed. The thousands of people in South Korea who, over the years, demonstrated in the streets of Kwangju and demanded democracy and finally prevailed are Asians.

What is ironic is that these speeches we hear today by certain Asian leaders, saying that human rights and democracy are a Western capitalistic concept, are exactly the same kind of rhetoric we heard in the '60s and '70s from the mouths of Stalinist leaders in the Soviet Union [and] in Central and Eastern Europe.

In the '60s, the conflict was between the West and others who argued that human rights were universal and the Stalinist concept of collective rights, which were supposed to supersede or be placed over individual rights.

These anti-communist regimes today in Asia have hijacked the Stalinist definition of conflict of the '60s and '70s. It is, essentially, an opportunistic argument. Those who argue it, support it, have a commonality, and that is they are all autocratic, dictator, fascist-like regimes. □

Nancy Yoshihara is an editorial writer for The Times.

The Guardian
Wednesday April 9 1997
Edition Number 46.833

One step to our dream of freedom

Today **José Ramos-Horta** meets Robin Cook to demand commitments on East Timor that Labour still has not given

THE past 22 years of my life have been an emotional roller-coaster as I have struggled to get the world to care about the tragedy of East Timor. The Indonesian army invaded on December 7, 1975. An obscure footnote of the Portuguese colonial empire, East Timor became a casualty of the major powers' pragmatism and hypocrisy.

Two months before the invasion, two British newsmen, Malcolm Rennie and Brian Peters, were murdered by invading Indonesian troops, along with two colleagues from Australia and a New Zealander.

I knew Malcolm and Brian well. I had picked them up one morning at the abandoned Dili airport and driven them to Balibo to join the other three. On that fateful day, an Indonesian battalion entered East Timor at several points, including Balibo. From Indonesia's perspective, the newsmen were in the wrong place at the wrong time. They were captured alive and executed, the first casualties of the Indonesian invasion of East Timor. They too became mere footnotes, along with the tens of thousands of East Timorese who were later massacred, napalmed or starved to death.

Neither the Australian nor the New Zealand governments cared much about their murdered citizens; still less did the British government care about Brian and Malcolm. More than 20 years after the invasion and the murder of the five newsmen, the three governments continue to engage in a cover-up.

Only once has the UN Human Rights Commission in Geneva adopted a strong resolution on East Timor. That was in February 1993, but only after the Foreign Office bore down heavily on Portugal, threatening to withdraw its support for the EU resolution, in favour of a meaningless chairman's consensus statement. Portugal resisted, threatening in turn to pull out of EU resolutions on China, Iran, Iraq and Cuba unless the EU stood firm on East Timor.

ON THAT occasion, Portugal's firm stance prevailed, but ever since, London has blocked any resolution at the commission on East Timor. Meanwhile, British arms sales to Indonesia have increased dramatically, making this country its largest supplier of weapons. While I believe that the cause of peace can best be served by a complete ban on all conventional arms sales to developing countries, a major step would be to impose arms embargoes selectively on dictatorships or on countries involved in internal or inter-state conflicts.

As yet, the Labour Party has not made a commitment to stop arms sales to Indonesia. All I have been promised is that arms will stop if there is evidence that British weapons have been used against the East Timorese.

Visual evidence of British Hawk aircraft being used in East Timor is virtually impossible to obtain but I know that these aircraft were used extensively. I know too that British tanks and Land-Rovers mounted with machine guns have also been used.

The Labour Party should make a firm commitment that, if elected, it will immediately freeze all new arms sales to Indonesia until Jakarta releases all Indonesian and East Timorese political prisoners, ends torture and summary executions and reduces its 20,000-troop presence in East Timor to 1,000 men.

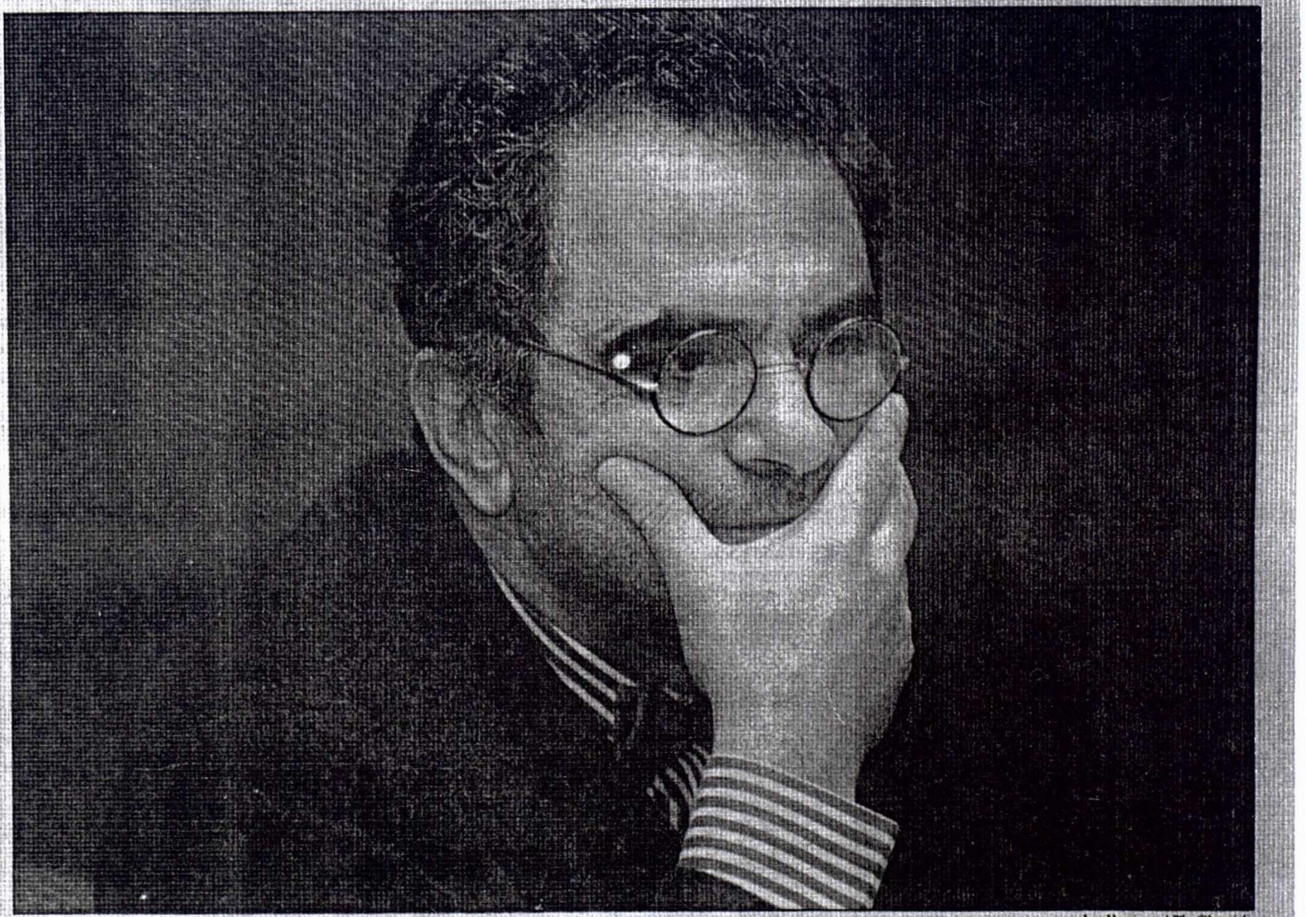
THE East Timorese people have survived five US presidents, two British prime ministers and three French presidents, all of whom have supplied weapons to Indonesia. Yet all the weapons and violence unleashed against our people by Western leaders and their Indonesian clients have been unable to crush the East Timorese dream of freedom. We don't ask for a Falklands or Kuwait-style liberation force. All we ask is for the UK, working with the UN, the EU, the US, Canada, Australia and New Zealand, to support an internationally supervised referendum in East Timor. President Clinton recently said he supports one — a major breakthrough for a country that until now has supported the illegal annexation. Britain can surely do no less.

José Ramos-Horta is co-winner of the 1996 Nobel Peace Prize

Crusader For a Forgotten Nation

Exiled from his Southeast Asian island homeland, Jose Ramos-Horta, winner of the Nobel Peace Prize, talks about the struggle faced by his nation since its 1975 invasion by Indonesia

By Stephen Schwartz
CHRONICLE STAFF WRITER



LIZ HAFALIA / *The Chronicle*

Last year, the Nobel Peace Prize was awarded to two men from the small Southeast Asian island of Timor, exiled independence advocate Jose Ramos-Horta and Roman Catholic Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo.

The Norwegian Nobel Committee accompanied the honors with a strong criticism of Timor's neighbor, Indonesia, accusing the Jakarta government of "systematically oppressing" East Timor. The Nobel panel declared that an estimated "one-third of the population of East Timor lost their lives due to starvation, epidemics, war and terror" after the Indonesian invasion in 1975.

Ramos-Horta has experienced Indonesian aggression personally, with two of his brothers and a sister killed. He is a member of the law faculty of the University of New South Wales in Australia, but spends most of his time as a globe-trotting representative for the East Timor independence movement.

Ramos-Horta came to the Bay Area recently, to speak at the World Affairs Council in San Francisco and to participate in a conference on East Timor at the University of San Francisco. In this interview, he discusses the background and impact of the East Timor independence struggle.

Q: *Why don't we start out with the location of East Timor, a very brief sketch of its history and, similarly, the history of your movement?*

A: East Timor was a Portuguese colony for almost 500 years. The missionaries first arrived in East Timor in the early 1500s and colonized the territory, which has about 19,000 square kilometers, roughly the size of Israel, Kuwait or Fiji.

By 1975, it had an estimated population of 700,000. It is located about 364 miles north of Australia. It has vast resources, including oil, natural gas, marble, and the rarest and most precious sandalwood in the world – which is now almost depleted.

It was invaded and occupied by Indonesia on Dec. 7, 1975. I am one of the founding members of FRETILIN, the Revolutionary Front for an Independent East Timor.

Q: *And what was your own political background?*

A: I was a founding member of the Social Democratic Association of East Timor. I was always – and am still today – at the center of the ideological spectrum. I consider myself a Social Democrat. I was never a Marxist in any shape or form.

Q: *Now, to return to the historical context: In 1974, the Portuguese colonial regime essentially collapsed. Is that correct?*

A: The Portuguese colonial empire began to collapse after more than 10 years in which the quasi-fascist dictatorship fought on multiple fronts in Africa: in Angola, in Guinea-Bissau and in Mozambique.

Then, the young radical Portuguese army officers overthrew the 50-year-old Salazar dictatorship, at a time when the Franco regime in Spain was near its end. The new regime in Portugal recognized the right of all its colonies to self-determination, including East Timor. We had a period of relative peace in 1974-75, while the Portuguese attempted to decolonize the territory.

Q: *In a rational fashion?*

A: In a rational fashion, and in spite of the problems they were facing in Portugal itself. It was the end of an empire. There were coups and counter-coups in Lisbon, a constant instability.

They had enormous difficulties carrying out a normal course of decolonization in East Timor, particularly because Australia, the closest neighbor to East Timor aside from Indonesia, did not assist us at all. Second, Indonesia, from the very beginning, attempted to undermine the decolonization process.

Q: *Do you think the Indonesian government would have been happier if the Portuguese had remained in control of East Timor?*

A: Yes, the irony is that the Indonesians never cared about the people of East Timor as long as it was a Portuguese colony. Only when the Portuguese empire collapsed and the Portuguese began to think about giving independence to East Timor, did the Indonesians wake up to the prospect of an independent East Timor.

And they didn't like that prospect, so they set out to destabilize the decolonization process, to create a scenario justifying armed intervention. This was also what happened in history when Nazi Germany intervened in Czechoslovakia. They manufactured incidents of ethnic violence; the same thing happened in Bosnia, with the Serbs. The kind of ethnic cleansing the Serbs carried out in Bosnia has been going on in East Timor since 1975.

Q: *"Ethnic cleansing," of course, being a polite term for genocide: an attempt to destroy a people, a nation, a community, a culture.*

A: I have read and studied the history of the Jewish Holocaust. There are similarities with our experience, in the international behavior that led to the Jewish Holocaust.

In the '30s, there were already warning signs from Europe. And yet the world ignored them, or suppressed the information. Because they believed that they could work with Hitler. This attitude is still pervasive in many other situations.

Q: *How did the situation of the East Timorese become involved with the East-West Cold War of that time?*

A: In the case of East Timor, because Indonesia was more important, strategically and economically, the major governments suppressed information about the war in East Timor.

We, the East Timorese, were labeled separatist and Communist. And we became simply a footnote of the Cold War, a footnote of East /West rivalry. Because Indonesia was a powerful anti-communist element in the region, the East Timorese could be sacrificed.

Q: *What were the real politics of your movement?*

A: All the books I read were about the West. John F. Kennedy's speeches – I marveled at them – at what he said about the Algerian war of independence. Because Kennedy said the same things Patrice Lumumba would have said. Or the speeches of Martin Luther King, Jr. Those were really inspiring, beautiful, human speeches. And when you read Marxism or the speeches by Mao Zedong or other Marxists . . . by contrast, Kennedy was like a movie star.

Q: *Did the East Timorese ever have the illusion or the belief that Indonesia would help them?*

A: Yes. I had that illusion. I went to Indonesia as one of the two countries I visited within a month of the formation of the Social Democrats. The other was Australia.

> *We, the East Timorese, were labeled separatist and Communist. We became a footnote of the Cold War, a footnote of East/West rivalry. Because Indonesia was a powerful anti-communist element in the region, East Timor could be sacrificed.*

Q: *What was it like when you visited Indonesia?*

A: I went to Indonesia because I was conscious, even in that naive, totally inexperienced age, that the future of East Timor was interlinked with that of Indonesia. We could not choose our neighbors. And we had to do everything to win their sympathy, their understanding.

I went to see their foreign minister at that time, Dr. Adam Malik. I was only 24 at the time. A young Indonesian journalist drove me on his scooter to meet the foreign minister in his private residence. I went three times.

Malik, who was very bright, said Indonesia had no claims to East Timor, that East Timor after independence could rest assured that Indonesia would always try to have good relations. I said an independent East Timor would seek to join ASEAN, the Association of Southeast Asian Nations, and I even proposed to him that our diplomats, our future diplomats, should be trained in his foreign ministry and our security forces would be also trained in Indonesia.

These were guarantees, offers made by me, as part of our attempt to reassure Indonesia, to say, "Don't worry about an independent East Timor."

Q: *In essence, you were asking the Indonesians to accept a parallel to the relationship between Singapore and Malaysia.*

A: Yes, I believed that was possible at that time. I also stated to him that an independent East Timor would not welcome or assist dissidents from the separatist movements in Indonesia. Because I knew that one of their fears was that an independent East Timor would harbor or encourage the South Moluccans, the Acehenese, the West Papuans, and the remnants of the Communist Party of Indonesia, the PKI.

Q: *Which the Indonesians are still extremely jittery about, even though they destroyed it in 1965, with hundreds of thousands killed.*

A: Yes, every guarantee was given to them. But the Indonesians claim that they didn't invade East Timor, rather, they went there at the invitation of the East Timorese people.

Well, when the Russian army invaded Afghanistan in the '70s, they also claimed that they were invited by the Afghan people. And the Russians were even more efficient. They brought along a new president of Afghanistan with them!

Q: *Are you saying that small or minor powers like Indonesia act as imperialist powers?*

A: Indonesia is the bully of the region. I will give you two examples. I was recently in Malaysia, meeting with a very senior Muslim leader there, who is close to Malaysian Prime Minister Mahathir Mohamad. He told me that the Indonesians look down on Malaysia; he said, "Indonesia has this big brother attitude towards us."

Q: *Even though Malaysia is doing so much better economically?*

A: Yes; and he mentioned this in the context of the huge problems of human rights repression in Sumatra, one of the main Indonesian islands. The Sumatran people, ethnically, religiously, have more in common with Malaysia than with Java. And after I told him about the atrocities in East Timor, he said, "It does not surprise me. We see daily reports about the killings of our own people in Sumatra."

Q: *That is, Muslim people in Sumatra?*

A: Muslim people in Sumatra. Then in May 1994, a group of Filipino nongovernmental organizations decided to host a conference on East Timor, like we have had hundreds of times, all over the world. And there ensued a huge international incident, because Indonesia didn't like the idea, and threatened the Philippines with withholding economic cooperation, to the tune of $700 billion.

A high-level delegation traveled back and forth from Manila to Jakarta, Jakarta to Manila. Of course, as it turned out, it was a great public relations coup for us, and a public relations fiasco for Indonesia. The Times of London had an editorial calling Indonesia "the regional bully."

Q: *So Indonesia is perceived this way by the Malaysians and the Filipinos. What about liberal and democratic opinion in Australia? I don't think most Americans have any sense of the fact that Australia is a regional economic and military power.*

A: The unfortunate thing for East Timor was that the invasion took place at the height of the Cold War, in the Vietnam era. And we were a casualty, a footnote, to that period. In Australia itself, as elsewhere in the West, no one believed the East Timorese would be able to resist the Indonesian onslaught. They thought we would be crushed – would succumb and disappear.

The circles of power in Australia said, why should we care? We were viewed as the product of 500 years of Portuguese neglect. East Timor was 95 percent illiterate, underdeveloped, and we were considered a backward people.

That was the motivation at the time for an accommodation with Indonesia on the part of Australia. We were left to fend for ourselves. Unfortunately, when these countries – Australia and the United States – found out that, after all, the East Timorese were fighting ferociously and were being killed by the thousands, they still did not do anything about it – or rather, they provided more weapons to Indonesia.

Q: *And, I suppose, training as well?*

A: Training as well, in Australia and in the United States.

Q: *And strategic and tactical backup?*

A: Oh, yes. That is what is morally unacceptable. And then, when as governments, they were faced with these naked, tragic realities, what did they do? They suppressed information. Because they could not simply admit the truth.

Q: *What about Malaysia as a regional power? For example, Malaysia was very active in helping the Muslim Bosnians.*

A: Malaysia is quite hypocritical, even as they were very outspoken on Bosnia. I remember once in Geneva, listening to the speech of a Malaysian representative who castigated the West for not doing anything while Bosnian Muslim women were being raped. And he said, rhetorically, "Is it because they are Muslims?" That is, did the West view them as Muslims, as dark people unworthy of being defended against rape?

A young Malaysian diplomat was standing next to me, and I joked with him. I asked, "Will he now talk about the Acehenese women in Indonesia who are raped, with the West also doing nothing in that case?"

Q: *The Acehenese are a Muslim minority, right?*

A: A minority, strongly Muslim group that has been on the receiving end of repression, killings, and, in the recent past, a situation that at times was worse than East Timor.

Q: *So what was the Malaysian diplomat's reaction?*

A: He replied sarcastically, "We too have our own selectivity." Yes, why didn't Malaysia speak out about the situation in Indonesia, which went on much longer than Bosnia? And why didn't he talk about the killings in East Timor? After all, it's in their own backyard.

So I believe, yes, one can accuse the West of hypocrisy, but we in the Third World, we too have perfected hypocrisy into a high art.

Q: *The picture you're drawing of Indonesia reminds me that there is also an unresolved issue in West Papua. Indonesia controls the western end of the island Europeans call New Guinea, or Papua, which is certainly not, historically, an Indonesian or Muslim area.*

A: What is happening in West Papua is one of the most shameful cases of genocide in modern history. Here you have an indigenous nation, so different in culture, in language, in history, from the Javanese. But, again, for strategic and economic reasons, in the '60s, the United States supported Indonesia's annexation of West Papua.

Thirty years later, the West Papuans are totally impoverished, their land is destroyed by American corporations such as Freeport-McMoRan, the resources conglomerate based in Louisiana, and by logging companies from all over the world.

The West Papuans are subjected to physical discrimination, and their land has been taken over by hundreds of thousands of migrants from Java. The Javanese look down at the peoples of West Papua, at the Acehenese, at the people of the island of Kalimantan, at East Timor, with profound racism – similar to the way the Serbs look down on the Muslim Bosnians, or the way Nazi Germany viewed the Jews and Gypsies. That is, the Javanese view every other group outside Java as subhumans.

Q: *If anybody in the United States is identified with the protest against genocide in East Timor, it's Noam Chomsky. What would you say about Chomsky?*

A: Well, Chomsky is a bit like Schindler, but a greater and better man than Schindler. Chomsky was a lonely voice in the desert. He never hid behind a so-called academic neutrality or objectivity.

I am a journalist by profession, but I consider myself the least objective journalist in the world. I can tell you, in the face of Serbian persecution of Muslim Bosnians, that I will write unobjectively, in support of the Bosnians. In the case of aggression against the Tibetans, I will write in favor of the Tibetans.

I don't believe in the so-called objectivity, or neutrality, of journalists. When you face injustice and persecution, which side do you take? And Chomsky is unashamedly in favor of people he perceives to be persecuted.

JOSE RAMOS-HORTA

Jose Ramos-Horta was born in 1949 in Dili, in then-Portuguese Timor.

He received a Catholic primary and secondary education in Timor. He was later awarded a master's degree in peace studies by Antioch College in Yellow Springs, Ohio, and attended The Hague Academy of International Law and the International Institute of Human Rights in Strasbourg, France. He has also been a fellow in international relations at St. Antony's College, Oxford.

As a journalist, he contributed to a local Catholic paper, before founding his own four-page daily, the first independent newspaper in East Timor. He also contributed to the Lisbon daily *Expresso* and other leading Portuguese newspapers. Prior to the Indonesian invasion of East Timor he was briefly minister for External Relations and Information in the island's independent government.

Since 1975, he has served as an international representative of the East Timor independence movement, at the United Nations and before other world bodies.

He is currently special representative of the National Council of Maubere Resistance of East Timor, a political group based on his own philosophy.

His published works include "The Unfinished Saga of East Timor" (1987), and "Amanha em Dili" ("Morning in Dili," 1994).

WHERE TO SEND SUGGESTIONS

Who do you think should be featured in the Sunday interview? Send suggestions to Sunday, San Francisco Chronicle, 901 Mission Street, San Francisco, CA 94103.

'WE HAVE NO ILLUSIONS'

LAST WEEK PRESIDENT SUHARTO visited East Timor, the former Portuguese colony that has been fighting for its independence since Indonesian troops launched a brutal occupation in 1975. Suharto brought as a gift a statue of Christ, acknowledging East Timor's Catholicism. He also greeted Bishop Carlos Felipe Ximenes Belo, who a week earlier shared the Nobel Peace Prize for his efforts to promote peaceful self-determination for East Timor. The bishop's fellow Nobel laureate, independence activist José Ramos-Horta, met with NEWSWEEK's Melissa Roberts in Sydney, his home in exile. Excerpts:

ROBERTS: Does President Suharto's visit to East Timor signal any change of policy?
RAMOS-HORTA: Regrettably, President Suharto missed an opportunity to announce on location a number of steps that could have introduced an element of trust and hope for the East Timorese. He could have announced the immediate release of all prisoners, an end to torture and summary and arbitrary executions, a drastic reduction in the troop presence. These steps would have won Indonesia enormous space in the minds of the East Timorese people.

Instead, how do you see the future of the region following this visit?
We have no illusions that there can be any improvement in the situation in the near future. But as the democracy movement grows in Indonesia and the Indonesian people are made more aware of the true situation in the country and as international pressure grows, there will be inevitable changes for the better.

Is your hope for independence realistic given East Timor's small size?
There are about 40 countries in the world today, members of the U.N., that are smaller in size or population and poorer in resources than East Timor. East Timor has oil, natural gas, marble, coffee, fish and agricultural potential. East Timor is in fact extremely rich in natural resources.

DAVID GRAY—REUTERS

> "Who knows? If Indonesia behaves, East Timor might opt to continue in the Republic of Indonesia."
>
> —JOSÉ RAMOS-HORTA

Won't that make Indonesia all the more determined to keep control of the island?
Yes, certainly. There are Australian, Indonesian and American oil companies drilling offshore. There have been some promising discoveries of oil.

Is a peaceful outcome possible?
There is no way out but a negotiated solution in a gradual step-by-step process. First of all, Indonesia must be sensible and release all prisoners; stop torture and execution; stop the influx of non-East Timorese into the territory and drastically reduce the troop presence. Second, there should be free and democratic elections for a territorial assembly that could legislate on domestic matters. This is the basis for a genuine autonomous status for the territory [within] five or 10 years. The legal status of the territory should be left for a later stage. Who knows? If Indonesia behaves, the people of East Timor might in fact opt to continue in the Republic of Indonesia. Or conversely, a new generation of rulers in Jakarta may accept a free and independent East Timor as very natural and unthreatening.

What should the West do?
We do not advocate trade and economic sanctions or a boycott of Indonesia. We fully support the continuing engagement with Indonesia, but at the same time there must be a stop to the delivery of weapons that are not necessary for Indonesia's external security. In the 50 years of its history, it never faced an external threat. There should be a ban on delivery of torture equipment and other lethal weapons that are prone to be used against the civilian population. At the same time there must be a discreet yet firm [warning] to the Jakarta regime that it must quickly act on two fronts: a serious dialogue with its own domestic democracy movement and a dialogue with [East Timor's imprisoned guerrilla leader] Xanana Gusmao and [Bishop] Belo.

Some Indonesians and others charge that you played a violent role in East Timor's Fretelin guerrilla movement before the Indonesian invasion in 1975.
I was always involved only in external relations, diplomacy, media relations. The very first mission I had, within a month of the setting up of Fretelin, was to travel to Indonesia, where I met with Foreign Minister Adam Malik. Within a month I proposed talks with Indonesia to win its sympathy for East Timor.

Were you involved in the civil violence in East Timor during that period?
No. I was completely out of the country from almost three months prior to the outbreak of the fighting [in August 1975]. I returned only when the civil war had ended.

Have you ever engaged in or assisted violence in the struggle for independence for East Timor?
No. I have never fired a gun in my life except as a teenager in a hunting expedition. But even then I never killed one single buffalo, wild pig or deer.

How will you spend the money that accompanies the peace prize?
It will be exclusively invested in a foundation to support our diplomatic initiatives; our human rights training programs; humanitarian aid for our prisoners and their families and also for the resistance. But I exclude completely the purchase of any lethal equipment.

INTERNATIONAL Herald Tribune
PUBLISHED WITH THE NEW YORK TIMES AND THE WASHINGTON POST

MONDAY, OCTOBER 14, 1996

EDITORIALS/OPINION

The Way to Right the Wrong in East Timor at Last

By Jose Ramos-Horta

SYDNEY — As a teenager in East Timor, then a colony of Portugal, I was called ''o Americano,'' the American, because of my admiration for the United States. To me, America stood for freedom as well as power and wealth.

No world figure impressed me more than President John Kennedy.

On Dec. 4, 1975, I had to leave my country three days before it was invaded by Indonesia. At the age of 26, I had just been appointed minister for external relations in the first East Timorese government. Portugal had effectively abandoned East Timor, and we had unilaterally declared independence.

On Dec. 6, President Gerald Ford and Henry Kissinger, his secretary of state, arrived in Jakarta to meet Indonesia's President Suharto. When I learned of their presence, I naively thought that they would counsel the Indonesian leader not to go ahead with the invasion.

The United States had considerable leverage and influence in Indonesia. It was the country's most important arms supplier, and a bilateral agreement signed in 1958 forbade the use of American weapons in wars of aggression.

But I soon realized that President Ford and Mr. Kissinger were prepared to connive at the invasion.

The United States had suffered a traumatic defeat in South Vietnam at the hands of Vietnamese Communists in the spring of 1975. Pro-American governments had also fallen to the Communists in Cambodia and Laos. The ignominious U.S. retreat from Indochina seemed to show that the ''domino theory'' was correct — the fall of one non-Communist government would have a knock-on effect, causing the others to collapse.

It was not difficult for Mr. Suharto, a former army general who ruthlessly repressed an attempted coup in Jakarta in 1965 that he blamed on Communists, to convince his American visitors that Indonesia could not allow a leftist or Communist enclave in the eastern half of the island of Timor, the western part of which was Indonesian territory.

Portugal, rightly, saw the East Timorese government that I represented abroad as nationalist. At Lisbon's request, the UN Security Council was convened to discuss the Indonesian invasion. After almost two weeks of deliberations, the council on Dec. 22, 1975, unanimously adopted a resolution calling for the withdrawal of Indonesian troops from East Timor.

But I was soon to learn the meaning of international hypocrisy.

The United States voted for the resolution, as did the other four permanent members. This, in my innocent reading, meant that if Indonesia failed to comply with the binding resolution, the minimum response would be to withhold delivery of new weapons to the country. Instead, U.S. arms deliveries to Indonesia went on unabated.

In the summer of 1978, with East Timorese guerrillas continuing to resist the Indonesian military occupation, the war struck my family. My sister Maria Ortensia was killed by a U.S.-made Bronco aircraft that was being used by Indonesian forces in East Timor for counterinsurgency operations.

The same year I lost two brothers, Nunu and Guilherme, the first killed by fire from a U.S.-designed M-16 automatic assault rifle made under license in Indonesia, the second during a rocket and strafing attack by a U.S.-supplied helicopter on an East Timorese village.

My personal vision of the United States was shattered. The ''Americano'' had firsthand evidence of the hypocrisy of its leaders and political system.

Yet because the basic demand of the East Timorese for the right of self-determination is just, many people in East Timor and elsewhere have protested against Indonesia's war of aggression and will continue to do so. East Timor is small, roughly the size of Kuwait. But Indonesia cannot defeat the will of the East Timorese, and we will fight for another 20 years if need be.

America could help bring the East Timor conflict to an end by a discreet yet firm approach to the Suharto government. Indonesia must be persuaded to remove its troops from East Timor, release all political prisoners and repatriate its civil servants, traders and others who are overwhelming the local population.

East Timor should be granted full autonomy, in a transition arrangement leading to a final resolution of the conflict. The East Timorese are prepared to be flexible in exploring ideas that would enable Indonesia to disengage from East Timor gradually without loss of face.

No one expects the United States and its allies to marshal a multinational force to liberate East Timor. This is not necessary. What is required is quiet. firm and sustained U.S. discussion with Indonesia. America, the European Union and Australia can provide the moral leadership to right the wrong in East Timor with no cost to them or to Indonesia.

The writer was jointly awarded the 1996 Nobel Peace Prize with Bishop Carlos Belo on Friday for "work toward a just and peaceful solution" in East Timor. He is the special representative of the National Council of Maubere Resistance, which links all East Timorese groups struggling for the independence of East Timor. He contributed this comment to the International Herald Tribune.

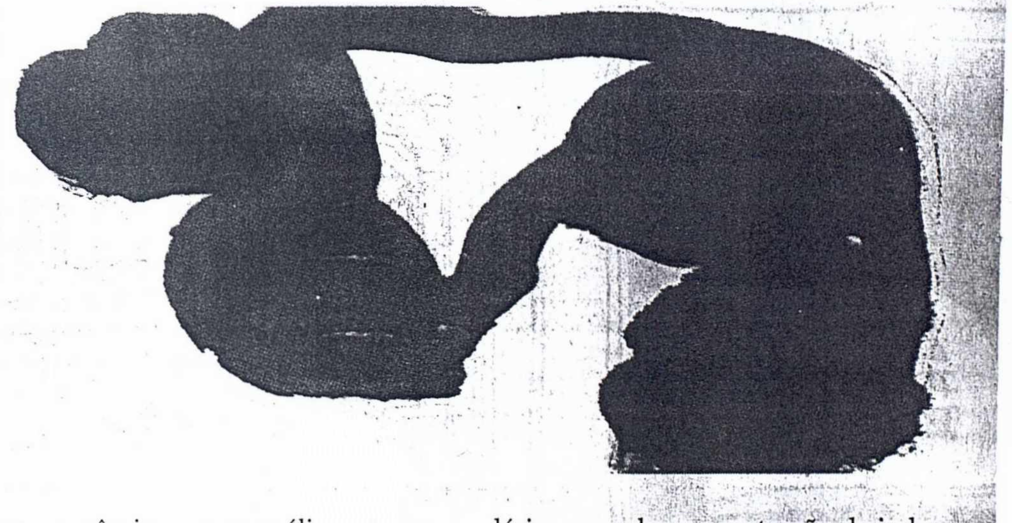
FOLHA DE S.PAULO
São Paulo, domingo, 25 de janeiro de 1998
DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 ★ ANO 77 ★ Nº 25.134 ★ R$ 2,00
EDIÇÃO NACIONAL

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Indonésia: fim de um mito

JOSÉ RAMOS-HORTA



Célia Euvaldo

Em junho de 1995, na primeira reunião "intratimorense" promovida pela ONU, num castelo da Áustria, fiz uma breve intervenção de improviso.

Falei do desmantelamento do Muro de Berlim e do império soviético, da libertação dos países da Europa Central e do Leste, dos Estados bálticos. A pequena grande Armênia, povo humilhado e perseguido por séculos, reconstituiu-se num país livre e soberano. Os impérios e os regimes não são eternos.

Fiz uma avaliação crítica do chamado "milagre econômico" indonésio, assente em empréstimos públicos e privados excessivos, megaprojetos, destruição do meio ambiente e um vasto "pólo" de mão-de-obra semi-escrava.

No tempo da abundância, todos emprestavam dinheiro ao regime de Suharto, apesar de ser sobejamente conhecida sua natureza repressiva e corrupta. Afirmei que, dali a dois ou três anos, alguém teria de pagar a fatura.

Apelei para a unidade dos timorenses, para que não perdêssemos o comboio, como em 1974-75. Nessa época, a resistência timorense estava desunida e se bateu numa guerra civil breve, violenta e sem nenhum sentido. Portugal abandonou o território, e a Indonésia invadiu Timor poucos meses depois.

Em 1995, poucos partilhavam a minha análise. Perante as estatísticas esmagadoras de um crescimento anual de 7%, minhas palavras soavam como propaganda sem fundamento.

Em outubro de 1997, voltamos a nos reunir, noutro castelo austríaco. O otimismo dos servidores do regime indonésio estava muito mais atenuado. A crise financeira asiática tinha se instalado, mas não atingira a Indonésia. Parecia, porém, inevitável que muitas instituições financeiras e centenas de empresas fechassem as portas em meses.

> *A oposição democrática indonésia ainda tem um longo caminho para se afirmar democraticamente*

O ano terminou com o desmoronar de um castelo de areia: o mito do milagre econômico asiático. Mas também com a vitória de Kim Dae Jung, veterano de 40 anos de luta pelos direitos humanos, na Coréia do Sul. Ao herdar a 11ª economia do mundo, em bancarrota, culpou a ausência da democracia e do Estado de Direito pela catástrofe econômica do país e desmontou a doutrina de "valores asiáticos", que nega a universalidade dos direitos humanos.

Ditaduras e autocracias geram intolerância e arrogância política, favoritismo econômico e monopólios, acumulação de dívidas e corrupção generalizada. O Banco Mundial e o FMI não escaparão às suas responsabilidades. Por três décadas, fecharam os olhos à corrupção e ao despotismo do regime de Suharto, com relatórios elogiosos à performance econômica indonésia.

O Itamaraty e alguns empresários brasileiros também foram seduzidos pelo canto de sereia da Indonésia, iludidos pelas estatísticas oficiais.

O regime no poder há 32 anos, sem eleições livres e democráticas, tem seus dias contados. Mas, ao contrário de Tailândia, Filipinas e Coréia do Sul, onde a democracia foi instaurada e a sucessão política é uma rotina, o pós-Suharto é uma incerteza preocupante.

Em quase 60 anos de independência, a Indonésia teve só dois presidentes: Sukarno, fundador da República (1945-65), e Suharto (desde 1965).

Este subiu ao poder num banho de sangue que dizimou mais de 1 milhão de militantes comunistas, camponeses, operários, estudantes e comerciantes chineses —os últimos, bodes expiatórios em tempo de crise.

A atual oposição democrática é protagonizada pela filha de Sukarno, Megawati Sukarnoputri, repetindo um fenômeno comum na Ásia: viúvas e filhas de líderes depostos ou assassinados assumem a herança política paterna.

No entanto, a oposição democrática indonésia ainda tem um longo caminho para se afirmar nacionalmente. Por enquanto, não tem podido desenvolver uma estrutura partidária nacional, num país de 200 milhões de pessoas espalhadas em milhares de ilhas.

A luta pela sucessão de Suharto não será convencional. O déspota favorito dos EUA liquidou as instituições partidárias com alguma pretensão de independência. Se o ditador não abandonar o poder pacificamente, a política se fará nas ruas dos grandes centros. O banho de sangue de 1965-66 poderá repetir-se.

O coquetel étnico (300 grupos falando 500 línguas) e religioso pode levar à desintegração da Indonésia. Esse é, porém, um cenário remoto: nenhum grupo é suficientemente grande e eficaz para conseguir a secessão. Mas uma implosão social provocada pela crise econômica é muito possível.

A economia não crescerá neste ano. Haverá pelo menos mais 10 milhões de desempregados. A inflação vai disparar para mais de 20%. A renda "per capita" deve cair para US$ 600 (era de US$ 1.000 em julho de 1997). Mas o poder real de compra dos pobres na Indonésia será igual ao de 30 anos atrás, quando Suharto roubou o poder.

Falta o cenário chinês. Se a China não resistir às pressões sobre a sua moeda e desvalorizá-la, forçará todos os seus vizinhos a uma segunda onda de desvalorizações e de descalabro nas Bolsas.

Timor Leste não tem nada a perder. Perdemos tudo desde 1975; só temos a ganhar. A Indonésia não conseguirá manter seu exército de 30 mil homens e milhares de informantes. A tensão subirá ao ponto de explosão nos próximos meses. A hipocrisia americana e européia permitiu a bárbara ocupação de Timor Leste. É hora de retificarem sua política e apoiarem a realização de um referendo de autodeterminação no território. Nossa moderação e nossa flexibilidade podem esgotar-se.

Nosso povo poderá exigir sua liberdade. Haverá centenas de milhares de timorenses nas ruas. Os indonésios dispararão? Fazem fogo sobre pequenos grupos por ser covardes. Não terão coragem de fazê-lo contra 500 mil manifestantes. A bola está agora no campo de Jacarta, Washington e Bruxelas. Já demos muitas provas de flexibilidade.

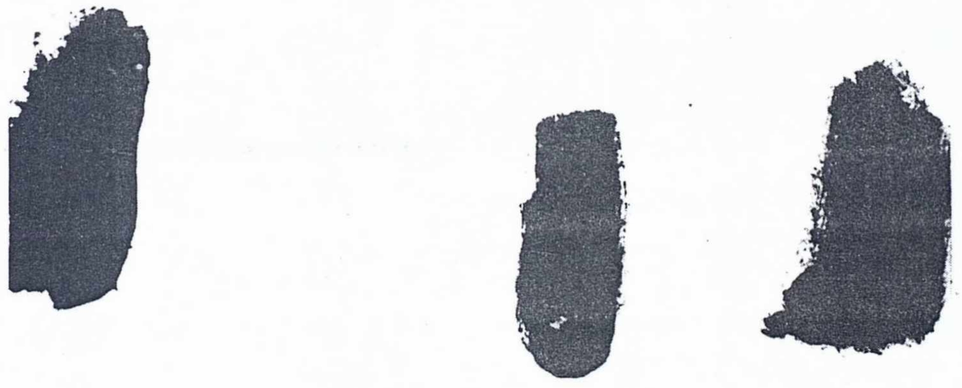
José Ramos-Horta, 47, diplomata, é especialista em direitos humanos pelo Instituto Internacional de Direitos Humanos (Estrasburgo, França) e membro sênior associado do St. Anthony's College (Oxford, Inglaterra). Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1996.

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Colonialismo terceiro-mundista

JOSÉ RAMOS-HORTA



Célia Euvaldo

Na lista dos "territórios não-autônomos" (países que ainda não alcançaram sua independência) que constam da agenda da Assembléia Geral da ONU estão Timor Leste, colônia portuguesa durante quase cinco séculos, e Saara Ocidental, colônia que a Espanha abandonou e entregou, sem muitas cerimônias, a Marrocos e Mauritânia em 1975.

A Indonésia, quarto país mais habitado —cerca de 200 milhões de pessoas— e quarto maior país muçulmano do planeta, invadiu Timor Leste em dezembro de 1975. Um mês antes, Marrocos invadira o Saara Ocidental.

Os dois casos revelam grande similaridade jurídica e constituem um fenômeno novo, o colonialismo do Terceiro Mundo. Este substitui o colonialismo europeu, que chegou ao fim na década de 70. O comportamento dos novos colonizadores é mil vezes mais brutal que a colonização das potências ibéricas.

A colonização portuguesa de Timor não foi uma missão filantrópica. Deixou o país em completo subdesenvolvimento. Mas a presença portuguesa, benevolente, foi tolerada pela população.

Portugal, nunca tendo no território mais de mil soldados, não teve problemas em por ali ficar. Não havia mais de cem famílias portuguesas na ilha, e pelo menos 95% dos empregos públicos estavam nas mãos dos timorenses.

Para além de uma rebelião localizada, em 1959, fomentada pela Indonésia, Timor Leste era uma ilha de total tranquilidade e tolerância. Em 1974, ano da Revolução dos Cravos, quando a ditadura portuguesa caiu, não havia um único prisioneiro político timorense nem um só refugiado fora do país. Na época portuguesa, nunca houve violação de mulheres ou prostituição forçada.

> *O comportamento dos novos colonizadores é mil vezes mais brutal que a colonização das potências ibéricas*

O balanço da colonização indonésia é bem diferente. Pelo menos 200 mil timorenses morreram só nos primeiros três anos da invasão. A população era de apenas 700 mil em 1975. Hoje, há pelo menos 20 mil refugiados timorenses na Austrália e mais de 3.000 em Portugal. Milhares fugiram para a Malásia. Há milhares de órfãos e viúvas. Mulheres são violadas e forçadas a prostituir-se para servir o exército de ocupação. Há milhares de vítimas de tortura.

Nenhum país sofreu trauma tão completo e profundo em tão pouco tempo. Famílias e aldeias inteiras desapareceram. O comportamento indonésio só é equacionável com a barbárie em Uganda e Camboja nos anos 70, ou em Ruanda e Burundi hoje. A tão propalada solidariedade sul-sul é substituída pela selvageria cega. Os sentimentos humanos se perdem completamente.

No Saara Ocidental, a situação é menos dramática em termos numéricos de perdas de vidas, mas não menos injusta. Mais de dois terços de uma população nômade, de 200 mil pessoas, vivem em acampamentos precários em território argelino. Apenas poucos milhares estão sob o controle marroquino.

Mas, de novo, aqui se prova que os direitos humanos não são conceito abstrato ou invenção da cultura cristã ocidental. Os milhares de nômades com quem convivi recentemente têm os mesmos sentimentos, preocupações e aspirações dos mortais europeus. Querem paz, tranquilidade, exigem respeito por seus direitos civis e políticos mais fundamentais; querem voltar à pátria. Quem os oprime não é uma potência ocidental, e sim o velho reino de Marrocos, país árabe, muçulmano.

Há outra similaridade entre Timor Leste e Saara Ocidental: ambos foram vítimas —pés de página— da Guerra Fria. Abandonados pelas grandes potências, sofreram com o pragmatismo ocidental, que os sacrificou no altar dos seus interesses econômicos e estratégicos. Os países ocidentais foram cúmplices na agressão, pela venda de armas e pelo apoio econômico e diplomático.

O mundo mudou completamente desde 1975. Indonésia e Marrocos perderam a importância estratégica da Guerra Fria. A conjuntura internacional é mais favorável aos dois povos que lutaram teimosamente contra a indiferença e a cumplicidade internacionais. No caso do Saara, um referendo de autodeterminação foi negociado pela ONU com as partes em conflito. Prevê-se implementá-lo dentro de um ano.

No caso de Timor Leste, a Indonésia continua a recusar a realização de um referendo por saber que a esmagadora maioria do povo votaria um "não" muito forte contra a integração.

A crise econômica e a incerteza da sucessão do ditador Suharto, no poder há mais de 30 anos, retiram do regime sua influência. A dramática queda da Bolsa, a desvalorização da moeda e a alta da dívida externa (US$ 110 bilhões, a terceira maior do mundo) refletem problemas estruturais mais profundos e vão repercutir social e politicamente. É um regime despótico, corrupto e cada vez mais desgastado, que continua obstinadamente a ocupar Timor e a desafiar a comunidade internacional.

Creio que a solidariedade por Timor no Brasil é impartível. Suharto, cuidado. Em menos de um ano, visitei o Brasil três vezes; cada vez encontro mais simpatia, amizade, apoio. No ano que vem, passarei dois meses seguidos. Não será só trabalho. Quero ir ao majestoso Amazonas. Voltar à Bahia, de sedução africana. Passear pelo Rio, com todos os perigos, conversar com meninos de rua, partilhar de novo momentos agradáveis com artistas, intelectuais e jornalistas, gente maravilhosa que meu querido amigo José Aparecido de Oliveira me apresentou num domingo.

Naquele dia, nem acreditei ter me sentado ao lado do famoso Oscar Niemeyer. A seguir, fomos à casa de dois irmãos gêmeos, famosos cartunistas (já não me lembro do nome deles, mas não importa; os brasileiros sabem de quem estou a falar. Gente fantástica).

Depois, em casa de Lucélia Santos, a grande intérprete de "Escrava Isaura", conheci o fantástico Rubens de Falco. Pela primeira vez quis tirar uma foto com alguém. Fico sempre meio ridículo quando me pedem para posar. Sofro, mas faço-o sempre, com um sorriso idiota. Nesse dia vi Itamar Franco, fascinante, apesar de meio reservado. Um amor de pessoa, simples, acessível, charmoso. Um bom presidente.

O Brasil poderia ajudar muito mais o povo de Timor. Uma reunião entre Jorge Sampaio, de Portugal, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Mandela e Joaquim Chissano, de Moçambique, poderia aumentar a visibilidade da luta de Timor em 1998 e intensificar a pressão diplomática sobre o regime de Jacarta. FHC poderia ser o anfitrião.

Algum dia, diremos um grande "obrigado de todo o coração, amigo brasileiro". Os brasileiros terão em Timor Leste, livre e independente, um país amigo e grato —a única presença da lusofonia em todo o Oriente.

José Ramos-Horta, 47, diplomata, é especialista em direitos humanos pelo Instituto Internacional de Direitos Humanos (Estrasburgo, França) e membro sênior associado do St. Anthony's College (Oxford, Inglaterra). Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1996.

NOTAS BIOGRÁFICAS

José Ramos-Horta

Notas Biográficas

José Ramos-Horta nasceu a 26 de Dezembro de 1949, em Dili - Timor Leste, e é filho de mãe timorense e pai português (que fora deportado para Timor Leste pela ditadura de Salazar). Foi educado numa missão Católica na vila de Soibada. Dos seus onze irmãos e irmãs, quatro foram mortos pelo exército indonésio.

Esteve activamente envolvido no emergir da consciência política em Timor Leste, motivo porque foi deportado para Moçambique durante dois anos, 1970-71. Uma tradição de família. Também o seu avô havia sido deportado de Portugal para os Açores, depois Cabo Verde, Guiné Bissau e finalmente Timor Leste.

Como influência moderadora no nacionalismo timorense emergente, José Ramos-Horta foi mandatado, em 1974-75, pela FRETILIN como representante de Timor Leste no exterior. Deixou a ilha três dias antes da invasão pelas tropas indonésias.

Em Dezembro de 1975, deslocou-se a Nova Iorque para intervir perante o Conselho de Segurança da ONU e apelar à tomada de uma posição face ao ataque das forças militares indonésias que, no período entre 1976 e 1981, resultaria na morte de 200.000 timorenses. José Ramos-Horta foi o Representante Permanente da FRETILIN junto das Nações Unidas durante os 10 anos seguintes, e relata a sua experiência como diplomata em *FUNU: the Unfinished Saga of East Timor* (Red Sea Press, Nova Iorque, 1987).

É o Representante Especial do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), a organização que abrange os activistas, movimentos e partidos pró-independência dentro e fora de Timor Leste; é o Representante Pessoal de Xanana Gusmão, líder da Resistência Timorense, encarcerado numa prisão indonésia desde Novembro de 1992.

José Ramos-Horta passou os últimos 22 anos a denunciar a invasão e ocupação ilegal da sua Pátria pela Indonésia, defendendo o direito à autodeterminação do povo timorense. Dando voz a todos quantos não podem falar, expôs o caso de Timor Leste e apelou ao respeito pelos Direitos Humanos perante o Conselho de Segurança da ONU, o Quarto Comité da Assembleia Geral da ONU, o Comité Especial de Descolonização da ONU, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, o Conselho de Relações Internacionais e o Parlamento Europeu.

Em 1992, apresentou formalmente ao Parlamento Europeu o Plano de Paz do CNRM (composto por três fases). O Plano apela à resolução do conflito, por fases, e, entre outros, envolve a retirada das tropas indonésias, a libertação dos presos políticos, o respeito pelos direitos humanos e o estabelecimento de missões da ONU em Timor Leste. A fase final do plano inclui um período de autonomia seguido de um referendo, supervisionado pela ONU, através do qual o povo timorense poderá optar por: independência, integração com a Indonésia ou livre associação com Portugal.

Em Outubro de 1994, encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, no âmbito das Rondas de Conversações, realizadas sob os auspícios da ONU. Foi o primeiro encontro público entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio e líderes timorenses no exterior, desde a invasão indonésia. Participou igualmente nos encontros, apoiados pela ONU, que juntaram timorenses do exterior e do interior do território, realizados na Áustria em 1995 e 1996.

Em Fevereiro de 1996, foi-lhe atribuído o Prémio UNPO, da Organização das Nações e Povos Não Representados na ONU, pelo seu "constante empenho nos direitos e nas liberdades dos povos ameaçados." Anteriormente fora já distinguido com o Prémio de Direitos Humanos Professor Thorof Rafto, em 1993, e o Prémio de Activista Internacional da Fundação Gleitsman, em 1995.

Em Dezembro de 1996, José Ramos-Horta foi laureado com o Prémio Nobel da Paz juntamente com o seu compatriota Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo. O Comité Nobel escolheu distinguir os dois laureados pelos seus "esforços permanentes para pôr fim à opressão de um pequeno povo", na esperança de que "este prémio estimule os esforços para encontrar uma solução diplomática, para o conflito de Timor Leste, baseada no direito do seu povo à autodeterminação". O mesmo Comité considera José Ramos-Horta "o principal porta-voz da causa de Timor Leste desde 1975"

A sua dedicação à defesa dos direitos humanos levou-o a organizar, em 1989, o Programa de Formação em Diplomacia (Diplomacy Training Programme - DTP) na Faculdade de Direito da Universidade de New South Wales, com o objectivo de formar representantes de povos e minorias e activistas de direitos humanos, originários da região da Ásia-Pacífico, no sistema de Direitos Humanos da ONU. O DTP funciona fora de Sydney mas também tem estágios na Ásia.

Ramos-Horta mantém fortes relações com outros defensores dos direitos humanos pelo mundo, tais como Daw Aung San Suu Kyi por quem nutre o maior respeito. Em Julho de 1994, permaneceu duas semanas na Birmânia, no âmbito do DTP, a trabalhar com activistas do partido de Suu Kyi, o National League for Democracy. Tem desenvolvido igualmente a sua relação de amizade com o Dalai Lama e de solidariedade com a luta dos tibetanos, bem como com Rigoberta Menchú, da Guatemala. Recentemente, em conjunto com Oscar Arias, trabalhou com o objectivo de elaborar um Código de Conduta Internacional sobre a Transferência de Armamento, na sequência da sua posição activa contra a venda de minas e outras armas convencionais a países em vias de desenvolvimento.

O empenho nesta causa Timorense impossibilitou o seu regresso à terra natal. Após a invasão indonésia viveu durante 15 anos nos EUA. Actualmente encontra-se a residir em Sydney. Tem um filho, Loro, do seu casamento com Ana Pessoa, uma juíza timorense.

José Ramos-Horta estudou Direito Internacional na Academia de Direito Internacional de Haia, Holanda (1983) e na Universidade de Antioch, Estados Unidos de América, onde realizou o mestrado em Estudos de Paz (1984). Especializou-se em Direitos Humanos pelo Instituto Internacional de Direitos Humanos em Estrasburgo, França (1983). Frequentou o curso de Pós-Graduação em Política Externa Norte-Americana, da Universidade de Columbia, Nova Iorque (1983). É *Senior Associate Member* do St. Anthony's College, Oxford, Inglaterra (1987)

José Ramos-Horta recebeu o grau de Doctor in Laws, *honoris causa,* pela Pontifica Universidade Católica de Campinas, Brasil (1996), da Universidade de Antioch, Yellow Springs, Ohio, (1997) e da Universidade de Nova Galha do Sul, Sydney (1998).